

O País Distorcido reúne textos publicados por Milton Santos na *Folha de S. Paulo* ao longo de 20 anos, desde 1981 até sua morte, em 2001. Nestes artigos e entrevistas, registram-se, com característico vigor de estilo e independência, as idéias do grande geógrafo sobre o Brasil, a globalização, a cidadania e outros temas fundamentais para nossa autodefinição.

"Para quem estuda o território, afirmar que um país é distorcido é, no mínimo, curioso", escreve o organizador do volume, Wagner Costa Ribeiro (USP). "Como geógrafo, Milton Santos sabia que a distorção do território ocorre nos mapas devido às projeções cartográficas. Mas não era a isso que o professor queria se referir. A expressão que dá nome a este livro foi usada por ele para criticar os que olham o Brasil com idéias de fora. O país distorcido é resultado de um *olhar* distorcido."

Completa o livro um ensaio panorâmico sobre a obra de Milton Santos, escrito pelo professor Carlos Walter Porto Gonçalves (Universidade Federal Fluminense). "Uma das principais contribuições da obra de Milton Santos para as ciências sociais", diz ele, "foi ter colaborado para colocar o *espaço geográfico* no centro do debate acerca dos dilemas da sociedade contemporânea".

Se o debate vai prosseguir, segundo tal viés, isso se deve, em boa medida, à influência marcante de Milton Santos na cultura brasileira do nosso tempo.

PUBLIFOLHA



Milton Santos O País Distorcido

FOLHA



MILTON SANTOS

**O PAÍS DISTORCIDO
O BRASIL, A GLOBALIZAÇÃO E A CIDADANIA**

Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro
Ensaio de Carlos Walter Porto Gonçalves

PUBLIFOLHA

© 2002 Publifolha – Divisão de Publicações da Empresa Folha da Manhã S/A
© 2002 Milton Santos

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, arquivada ou transmitida de nenhuma forma ou por nenhum meio sem permissão expressa e por escrito da Publifolha – Divisão de Publicações da Empresa Folha da Manhã S/A.

Editor
Arthur Nestrovski

Assistência editorial
Paulo Nascimento Verano
Marcelo Ferlin Assami

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica
Paula Astiz

Foto da capa
Flávio Florido / Folha Imagem

Assistência de produção gráfica
Soraia Pauli Scarpa

Revisão
Maria Suzete Casellato
Mário Vilela

Foto da página 169
Lauro Tolledo

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Santos, Milton. 1926-2001
O País distorcido : o Brasil, a globalização e a cidadania /
Milton Santos : organização, apresentação e notas de Wagner
Costa Ribeiro : ensaio de Carlos Walter Porto Gonçalves. –
São Paulo : Publifolha, 2002.

Bibliografia
ISBN 85-7402-356-6

1. Cidadania 2. Geografia 3. Santos, Milton, 1926-2001
4. Territorialidade humana I. Ribeiro, Wagner Costa.
II. Gonçalves, Carlos Walter Porto. III. Título.

02-1194 CDD-910.01

Índices para catálogo sistemático:
I. Geografia : Teoria 910.01

1ª reimpressão

PUBLIFOLHA

Divisão de Publicações do Grupo Folha

Al. Barão de Limeira, 401, 6º andar, CEP 01202-001, São Paulo, SP
Tel.: (11) 3224-2196/2202/2205 – Site: www.publifolha.com.br

Os leitores interessados em fazer sugestões podem escrever para Publifolha no endereço
acima, enviar um fax para (11) 3224-2163 ou um e-mail para publifolha@publifolha.com.br

APRESENTAÇÃO 7

Milton Santos: do Território à Cidadania

Wagner Costa Ribeiro

Parte 1: O PAÍS DISTORCIDO 17

Pesquisa, Questão Nacional 18

O Território e a Constituição 21

Modernidade e Memória 24

De Novo Sobre o Território e a Constituição 27

Ainda Persiste a Noção Antiga da Disciplina 30

Um Reordenamento Global Para o Brasil 32

Só a Geografia Reconstrói o País 35

Uma Campanha sem Cara 40

As Duas Esquerdas 43

O Chão Contra o Cifão 46

O País Distorcido 49

A Vontade de Abrangência 53

Uma Metamorfose Política 57

Um Olhar Dissonante 61

Da Cultura à Indústria Cultural 65

O Brasil (Segundo Milton Santos) 69

Parte 2: POR UMA GLOBALIZAÇÃO MAIS HUMANA 73

Uma Terra Tratada a Ferro e Cobiça 74

Por uma Globalização Mais Humana 79

Geografia 81

A Revanche do Território 84

Guerra dos Lugares 87

A Normalidade da Crise 90

Nação Ativa, Nação Passiva 94

Revelações do Território Globalizado 98

A América Latina Não Teve uma Real Redemocratização 102

Altos e Baixos na Política 105

O Tempo Despótico da Língua Universalizante 109

O Novo Século das Luzes 115

Parte 3: OS DEFICIENTES CÍVICOS	119
Redivisão Territorial e Cidadania	120
Quem Tem Medo das Grandes Cidades?	123
Ter Medo de Quem na Cidade Grande?	126
Fixos e Fluxos – Cenário Para a Cidade sem Medo	129
A Lei da Causalidade às Avessas	133
Pesquisa Reforça Preconceito	136
A Reinvenção da Cidadania	141
Qual o Principal Pecado da Imprensa Hoje?	148
Os Deficientes Cívicos	149
O Recomeço da História	153
Ser Negro no Brasil Hoje	157
Elogio da Lentidão	162
Contra o Uso Político das Estatísticas	167
Milton Santos: Ciência, Ética e Responsabilidade Social Carlos Walter Porto Gonçalves	171
Bibliografia de Milton Santos	187

APRESENTAÇÃO
MILTON SANTOS: DO TERRITÓRIO À CIDADANIA
Wagner Costa Ribeiro

Para quem estuda o território, afirmar que um país é distorcido é, no mínimo, curioso. Como geógrafo, Milton Santos sabia que a distorção do território ocorre nos mapas devido às diferentes projeções cartográficas que se podem empregar. Mas não era a isso que o professor da USP queria se referir. A expressão que dá nome a este livro foi usada por ele para criticar os que olham o Brasil com idéias de fora. O país distorcido é resultado de um *olhar* distorcido, fruto da assimilação acrítica de temas de pesquisa impostos de fora. Fruto também da determinação do que se deve estudar/entender por agências de fomento que não definem claramente seus objetivos, nem o que fazem com os resultados que lhes são entregues, como costumava dizer Milton Santos.

Um olhar distorcido, então, porque desenraizado e porque se recusa a adentrar o território para conhecer a gente que nele vive, bem como suas condições de vida e necessidades. Um olhar distorcido que enlaça o país e seus recursos naturais em uma teia de relações sociais complexas – ditas “globais” – e que afirma um único padrão de inserção internacional para o Brasil, sem levar em conta nossa *formação socioespacial*, categoria que o próprio Milton criou. Um olhar de quem tem “preguiça intelectual”, como dizia à boca pequena o geógrafo baiano, e não quer ousar buscar o novo para si e para o Brasil.

Os textos aqui reunidos, originalmente artigos publicados na *Folha de S. Paulo* ao longo de duas décadas, permitem que se criem olhares alternativos para o Brasil e o mundo. Por meio de conceitos como *globalização*, *cidadania* e a já citada *formação socioespacial* – analisado no ensaio do geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves, que integra esta obra juntamente com a bibliografia

completa do autor (p. 187) –, constroem-se críticas que podem gerar alternativas para um mundo e um Brasil mais justos.

Milton Almeida dos Santos nasceu em Brotas de Macaúbas (BA), em 3 de maio de 1926, e formou-se bacharel em direito em 1948, em Salvador. Mas passou a ter fascínio pela geografia a partir de aulas que ministrava no ensino médio. Foi por aí que descobriu a Associação dos Geógrafos Brasileiros e suas reuniões científicas, que na época se encerravam com um estudo geográfico da localidade onde ocorria o encontro.

O interesse pela disciplina, que acabaria consagrando-o, consolidou-se com o título de doutor em geografia, alcançado na Universidade de Estrasburgo (França), em 1958. A partir daí, passou a ministrar aulas em diversas universidades, como a Católica de Salvador e a Federal da Bahia, na década de 1960.

Milton Santos combinava a seu rigor acadêmico outras virtudes, como a habilidade política, que o levou a ocupar cargos públicos de destaque, e a produção de textos para a imprensa, tornando-se colaborador de jornais na década de 1950 (*A Tarde*) e na década de 1990 (*Folha de S. Paulo*). Suas idéias contundentes despertaram seguidores e críticos. Seu estilo causou-lhe problemas, como a prisão por três meses em 1964, durante o regime militar. Ao sair da prisão, ganhou o mundo.

Começou pela França. Depois, passou por diversos países e continentes, fazendo pesquisa e ensinando. Entre as universidades onde atuou naquele país, destacam-se a de Toulouse (1964-7), a de Bordeaux (1967-8) e a de Paris (1968-71). Deu aulas na América do Norte (Universidade de Toronto, no Canadá, 1972-3; Instituto de Tecnologia de Massachusetts, 1971-2; e Universidade Columbia, em Nova York, 1976-7, ambos nos Estados Unidos), na América Latina (Universidade Politécnica de Lima, no Peru, 1973; e Universidade Central de Caracas, na Venezuela, 1975-6) e na África (Universidade de Dar-es-Salaam, na Tanzânia, 1974-6). Seu retorno ao Brasil, como confessou em entrevista ao jornalista Fernando Conceição, foi para que seu filho Rafael nascesse baiano, em 1978.

Mas a volta às atividades acadêmicas foi conturbada e difícil. Tal qual ocorreu pelo mundo, o geógrafo Milton percorreu

diversas universidades e institutos de pesquisa até estabilizar-se profissionalmente no Brasil. Em meio a assessorias a órgãos públicos e de pesquisa do país, ele passou pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (1978-82) e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1983), até fixar-se no Departamento de Geografia da USP (1983-96), de onde saiu para regressar à Universidade Federal da Bahia (1996), mas sem desligar-se do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, onde vários de seus alunos desenvolveram dissertações de mestrado e teses aplicando suas referências teóricas até depois de sua morte, em 24 de junho de 2001.

Para os que trabalhavam com temas como planejamento urbano, urbanismo, geografia e, mais tarde, epistemologia da ciência, globalização e cidadania, o impacto de sua volta ao país foi muito forte. Isso ficou registrado em homenagens a ele realizadas na USP, como o evento “Um Mundo do Cidadão – um Cidadão do Mundo”, promovido pelo Departamento de Geografia em 1996 com a presença de intelectuais de várias partes do mundo; e na cerimônia organizada pelo Centro Interunidades de História da Ciência, no mesmo ano, na sala do Conselho Universitário, com a coordenação do professor Shozo Motoyama, quando o geógrafo da USP Armando Corrêa da Silva apontou que, no âmbito da geografia, o livro *Por uma Geografia Nova* (1978)¹ tornara-se um marco teórico fundamental. Por sua vez, o arquiteto e professor da FAU Julio Katinsky confirmou a incorporação da reflexão original sobre o urbano e o planejamento de Milton Santos à produção de arquitetos brasileiros. E Milton Vargas, engenheiro da Escola Politécnica da USP, pronunciou palavras que deixaram nos presentes a impressão de um diálogo de gigantes, comentando aspectos éticos e metodológicos presentes na obra do professor baiano.

Se teve reconhecimento amplo entre seus pares universitários, entre políticos (incluindo aqueles que emergiram desse meio) suas idéias geraram inquietação. As críticas dirigidas a esse segmento, incluindo partidos políticos – mesmo os de esquerda, com os quais simpatizava –, foram duras, como o lei-

tor poderá conferir na primeira parte desse livro.

Destacam-se ali os textos referentes ao debate na época da Constituinte brasileira, mas também reflexões agudas criticando o modelo adotado de inserção do país no mundo globalizado. Daí o título: *O País Distorcido*, extraído de um dos artigos.

Outro aspecto presente nessa seção são as idéias sobre a importância da pesquisa científica e tecnológica no país e sobre a preservação da memória nacional. Milton Santos acreditava ser possível desenvolver um sistema científico capaz de dar ao país maior autonomia e meios para ingressar no complexo sistema de relações internacionais contemporâneo, incluindo uma maior participação da sociedade brasileira. E também defendia o uso de imóveis tombados, pois do contrário “apodrecem”, se não são incorporados aos novos usos da dinâmica social que ocorre nas cidades.

O caminho percorrido por Milton Santos tornou-o um observador do mundo. O sistema de objetos, que ele definiu como o conjunto de artefatos técnicos construídos pelo trabalho humano ao longo do tempo que compõe a paisagem do mundo hodierno, merece ser analisado para que possamos reavaliar as condições em que vivemos. Para ele, de nada valiam as perspectivas amplas que as alterações tecnológicas apontam para o curto prazo – alterações que permitem um intenso intercâmbio de pessoas, de idéias e de mercadorias –, se fosse mantido o atual padrão de controle exercido por grupos econômicos. Elaborou, por isso, uma crítica contundente do padrão de produção e acumulação em vigor.

Mas ele era otimista. Escreveu que o meio técnico-científico-informacional que caracteriza o espaço geográfico no início do século 21 pode gerar um mundo melhor. Esse é o conteúdo de um pequeno mas importante artigo: “Por uma Globalização Mais Humana”, título que emprestamos à segunda parte deste livro. Publicado pela *Folha de S. Paulo* em 1995, na seção destinada a jovens vestibulandos, ele já apontava para temas que cinco anos depois apresentou de maneira mais acabada em seu livro *Por uma Outra Globalização*.² No artigo citado, ele propôs

¹ Milton Santos, *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

² Milton Santos, *Por uma Outra Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

não o abandono do sistema técnico em curso, mas a mudança de seu destino, dotando-o de valores do humanismo voltados para a construção de um mundo mais justo, de modo a forjarmos “um mundo solidário [...] onde os homens serão mais felizes, um outro tipo de globalização”.

Nessa parte do livro estão distribuídos artigos como o que trata da situação da África na década de 1980. O retrato elaborado na época permanece válido, indicando um diagnóstico seguro do autor. Em outra passagem, o leitor verá uma interpretação da condição da América Latina a partir do caso da Venezuela. E textos que abordam o papel do Estado, algo em desuso e fora de moda no meio intelectual brasileiro em tempos de globalização.³

Mas o destaque maior dessa seção fica para os textos em que analisa o *território*, categoria central em suas análises, que combinam economia e política na “guerra entre os lugares” em busca de investimentos diretos. O papel do território, ao delimitar fronteiras e instituir uma das formas da geografia, em nosso entendimento, coroa as idéias de Milton Santos sobre a aceleração contemporânea, tema que desenvolveu em outra obra.⁴ É por meio do território que o capital penetra, atraído seja por políticas fiscais, seja por atributos geográficos, possibilitando a manutenção da desigualdade, tanto no interior de um país quanto entre países no mundo.

O tema da desigualdade encerra esta obra. Mais uma vez, fazemos uso do título de um dos artigos de Milton Santos para nomear a última parte do livro: “Os Deficientes Cívicos”.⁵

Observador atento do seu tempo, das técnicas e também

³ Em seu livro *A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo; Razão e Emoção*, publicado pela Hucitec em 1996, Milton Santos dedicou-se a avaliar também a globalização, porém detendo-se na análise de seus fluxos.

⁴ Milton Santos, Maria Adélia Souza, Francisco Scarlato e Mônica Arroyo, *Fim de Século e Globalização*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993. Em capítulo desse livro, apresenta a idéia de que o mundo atual caracteriza-se pela aceleração da vida, baseada na acumulação capitalista. Esse tema será depois desenvolvido quando propõe, em obras como *Por uma Outra Globalização*, a defesa do tempo lento, ou seja, daquele que é próprio a cada ser no mundo independente de determinações externas.

⁵ A cidadania percorreu a obra de Milton Santos, mas teve um livro em que ele se dedicou a ela: *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

das pessoas, o geógrafo mantinha uma indignação permanente. A isso somava-se uma enorme capacidade de comunicação oral, que testemunhamos em inúmeras passagens de sua vida acadêmica, como no famoso debate com o filósofo José Arthur Giannotti em um evento para discutir os rumos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, em meados da década de 1990, quando defenderam posições distintas sobre os rumos da universidade amparados em filósofos como Kant, Sartre e Marx, entre outros citados mas não registrados em nossa memória.

Essa indignação e sua vida de itinerância tornaram Milton Santos um militante, embora negasse isso em inúmeras ocasiões. Mas como definir de outra forma, por exemplo, sua participação como mediador entre professores, funcionários e estudantes grevistas e os reitores das universidades estaduais paulistas, para a retomada das negociações durante a greve de 2000? Ou mesmo a constante participação ministrando palestras sobre cidadania e justiça social em eventos promovidos por outras categorias profissionais, como arquitetos, advogados e psicólogos? Sua atenção aos inúmeros convites para palestras, cursos e produções de textos vindas das mais de 30 seções locais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)? Seu atendimento aos chamados de diretórios acadêmicos dos vários rincões do país, à convocação de movimentos sociais diversos, como o de negros e o dos trabalhadores rurais sem terra?

Milton Santos era um militante pelas palavras. E a cidadania, que sua origem social e condição de negro não o deixavam esquecer, foi sua busca permanente. Não a dele, reconhecido no país e no exterior ao ser agraciado com inúmeros prêmios como o *Vautrin Lud*, considerado o Nobel na área da geografia e o primeiro concedido a um intelectual que não escreve em inglês como primeira língua, em 1994. Os vários títulos de doutor *honoris causa* que recebeu em universidades como as de Toulouse (1980), de Buenos Aires (1992) e de Barcelona (1996) e o título de professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (1997) coroaram sua vida de realizações. Ele dispunha sua pena a favor de quem necessitava de apoio para ser no mundo.

Ao tratar com desprezo argumentos que buscam propor modelos de distinção social baseados na cor da pele, ou mesmo ao abordar pesquisa sobre a condição do negro no Brasil, o autor se posiciona de maneira apaixonada, como caía bem a quem gostava tanto de conversar com as pessoas sobre as necessárias mudanças no mundo atual. Mas ele também se preocupava com a formação dos jovens e destilava críticas “à difusão acelerada de propostas que levam a uma profissionalização precoce, à fragmentação da formação e à educação oferecida segundo diferentes níveis de qualidade”, que resultariam nos tais deficientes cívicos. //

Os escritos aqui reunidos estão recheados de passagens ricas, que se sobrepõem. Daí poderem ser lidos em ordens distintas da proposta. Por isso manteve-se, no interior de cada parte, a cronologia em que foram publicados, para quem quiser lê-los acompanhando o desenvolvimento das idéias do autor. Vez ou outra, encontram-se pequenas notas explicativas da conjuntura dos textos e de citações neles contidas.

Procurou-se com esta apresentação permitir ao leitor enveredar pela trama resultante da organização dos trabalhos, já que em outra ocasião apresentamos de maneira mais direta o autor e suas idéias (Ribeiro, 2001).

Organizar o material fornecido pela Publifolha foi, antes de mais nada, um privilégio. Na verdade, duplo. Em primeiro lugar, por ter podido reler vários textos e descobrir outros de um dos intelectuais mais vivos e contundentes dos últimos tempos no Brasil. O outro foi a indicação pela AGB para realizar essa tarefa, fato que me honrou em especial pela deferência que a ela devotava Milton Santos, seu presidente em 1963. Como ele costumava dizer, a AGB abriu-lhe “as portas para a geografia do Brasil e do mundo”.

Este livro também abrirá as portas do Brasil e do mundo para seus leitores. Trata-se de um conjunto de idéias sobre a vida e sobre os meandros que a determinam, baseando-se em seus aspectos globais, mas também nacionais, regionais e locais. Nessa sobreposição de escalas geográficas, o autor fornece material fértil para quem deseja discutir o poder, a política, a cidade-

nia, a globalização, o espaço geográfico e o território. Além disso, encontrará um intelectual engajado, que se dedicou a interpretar seu país, no qual buscou intervir politicamente seja por meio de ações, já que ocupou cargos públicos, seja teoricamente, propondo modelos de investigação que chegaram aos quatro cantos do mundo, formando pesquisadores tanto em países centrais quanto periféricos.

Não cabem mais palavras ao organizador a não ser convidar o leitor a entrar pelas diversas portas que as idéias de Milton Santos propiciam abrir. A elas!

Barcelona, janeiro de 2002

WAGNER COSTA RIBEIRO é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da USP e autor de *A Ordem Ambiental Internacional* (2001) e *Relações Internacionais: Cenários Para o Século XXI* (2000), entre outros trabalhos.

PARTE 1
O PAÍS DISTORCIDO

PESQUISA, QUESTÃO NACIONAL

Enquanto a Nação assiste ao presente discurso eleitoral, há grande número de interrogações, de que depende o futuro do país como um todo, mas que aguardam uma discussão aprofundada e séria. Um desses assuntos é a clamorosa questão da pesquisa, até agora carente de uma visão mais abrangente, tanto de um ponto de vista doméstico, quanto no âmbito internacional.

Essa questão ganha atualidade nova quando, através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, devem ser gastos, em cinco anos, cerca de 350 milhões de dólares (em torno de 700 bilhões de cruzeiros de hoje) numa primeira aproximação, para reforçar as investigações nas áreas de: geociências e tecnologia mineral; química e engenharia química; biotecnologia; instrumentação; educação para ciências; informação em ciência e tecnologia; manutenção; tecnologia industrial básica; planejamento e gestão em ciência e tecnologia.

Vivemos em uma época em que a história dos povos, para ser por eles próprios conduzida, depende da força e discernimento de que forem capazes ao elaborar sua política científica e tecnológica. A pesquisa é considerada como tão ou mais importante que o território e a população, entre os instrumentos nacionais de formulação eficaz de um planejamento estratégico ou de uma geopolítica.

Tão decisivo é o seu papel na divisão mundial do trabalho que se está gestando no bojo da crise, que a pesquisa passa a ter uma importância crucial, neste final do século 20. Esse, aliás, é o entendimento dos países centrais que agora mesmo competem, numa corrida desabalada, pela posse das maiores novidades científicas e tecnológicas naqueles ramos do saber conside-

rados essenciais. Pois disso dependerá o lugar de cada qual no mundo dos próximos anos.

Por isso, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, projeto brasileiro bilionário que conta com o apoio do Banco Mundial, deve merecer um debate que ultrapasse os limites profissionais ou corporativos e, desse modo, torne-se menos restrito. Esse debate deve incluir: os objetivos e o alcance do projeto em si mesmo, a começar pela forma que nasceu e se desenvolve; o impacto que trará à estrutura atual da política científica, incluindo as razões que levaram à escolha de determinadas áreas do conhecimento e ao desprezo de outras; as possibilidades e limitações correspondentes a cada qual das áreas específicas, com a visão, tão clara quanto possível, do seu escopo e escala; a parte respectiva que cabe aos participantes nacionais e internacionais na condução das diversas etapas da operação.

A questão central, todavia, da qual as demais são meros acessórios, parece-nos ser o lugar atribuído, pelos formuladores nacionais e estrangeiros do PADCT, a uma divisão internacional do trabalho que, pela primeira vez na história, está podendo ser organizada e prevista, em termos globais, justamente porque uns poucos países detêm o privilégio de conhecimentos extensos e aprofundados quanto às riquezas e ao potencial dos demais.

Aliás, uma leitura dos editais com que se convocam os candidatos ao dinheiro do Programa a muitos deixa pensar que se trata de encorajar atividades de pesquisa que reforcem nossa condição de exportadores de certos bens e serviços (que os países do centro não querem mais produzir) e de importadores de tecnologias cuja cessão não envolve, da parte deles, perda de poder. O caso das biotecnologias teria de ser tratado à parte. A ser assim, a escolha das áreas do saber premiadas reproduziria, com roupa nova, o velho *partage colonial* com que as nações centrais buscam reforçar a sua hegemonia, à saída de cada crise internacional, e às custas dos países periféricos.

Trata-se de um debate nacional. Sendo nacional e não técnico, não estará limitado à área universitária ou à comunidade científica e tecnológica, mas aberto a todas as parcelas da socie-

dade civil. Sendo debate e não monólogo, supõe que todas as informações disponíveis, e não apenas as regras operacionais, sejam abundante e facilmente distribuídas.

16/8/1984

O TERRITÓRIO E A CONSTITUIÇÃO

Aqueles que acompanham atentamente o presente debate sobre a futura Constituição brasileira já devem ter notado que um dos grandes ausentes é, justamente, o território da nação. Quando há discussão, ela é feita de forma, digamos, clássica, como se o mundo não houvesse mudado e o país com ele. Cabe discutir, antes do mais, a nova significação do território dentro do mundo, nas relações internacionais; e dentro do país, nas relações entre pessoas e lugares. O território nacional é hoje um subsistema do planeta e internamente se define como um subsistema da sociedade. Trata-se de um elemento fundamental das mudanças internacionais e internas. Da forma que ele é encarado, advêm as possibilidades de evolução ou retrocesso nos diversos planos da vida social. A questão do território não é exclusivamente uma questão de geografia eleitoral ou de partilha de impostos, como boa parte da classe política teima em ver. Base da vida material que transcende a nação mas cujo uso, em última instância, é regulado pelo Estado, o território é hoje marcado pelo fato de que não há mais espaços vazios, sendo todo ele ocupado por dados atuais – do mundo já concreto ou do mundo das intenções. O Estado e o capital estão em toda parte, embora de forma diferenciada. Diante do território, falar hoje em capital de maneira generalizada em nada contribui à sua análise. Também não se deve generalizar quanto à ação do Estado, como provedor de infra-estruturas e serviços, regulador do crédito, tomador de impostos etc. Origem, escala e nível da ação dos múltiplos vetores são diversos.

A generalização do uso do território se acompanha de seletividades de uso, governadas por fatores estranhos ao lugar e à região. Por isso mesmo, a valorização das terras e das firmas é

diferencial, enquanto cada indivíduo se torna *outro*, mesmo sem sair do lugar. E o lugar, enquanto fator direto, tem influência cada vez menor na definição integral do habitante. A vida de cada qual passa a ser definida pela vida de todos os outros, tanto no cotidiano quanto no projeto da existência. É assim também que se define, pelas mãos de alguns homens e firmas e com o apoio do Estado, uma nova geografia, isto é, uma nova sociedade territorial. Para resumir tudo isso com uma frase, diremos que, segundo ritmos diversos em cada caso, os lugares – e os homens com eles – mudam muito rapidamente e muito brutalmente de significação.

As grandes migrações são, aliás, uma resposta e representam, na maior parte dos casos, uma queda no valor individual: o abandono não desejado da rede tradicional de relações longamente tecidas através de gerações; a entrada já como perdedor em uma outra arena de competições cujas regras ainda tem de aprender; a ruptura cultural com todas as suas seqüelas e todos os seus reflexos. A maior parte das pessoas não é, hoje, diretamente responsável por estar aqui e não ali, vítimas de migrações que podem ser qualificadas como forçadas. Os lugares todos se descaracterizam, os antigos cimentos e fidelidades se desfazem, e as novas elaborações são forjadas sem autonomia e autenticidade. Como renovar fidelidades e cimentos, como recriar sociabilidades, que colaboram até mesmo para a eficácia das administrações? Os dados da vida municipal, sobretudo nas regiões metropolitanas, se alteram gravemente, incluindo variações desnorteadoras no capítulo da receita e da despesa públicas, multiplicando a tipologia das crises fiscais e das crises urbanas e regionais, cuja medicina não pode mais ser a clássica. A quem incumbem todos esses ônus?

Cada vez mais as idéias de lugar e de localização, antes irmãs gêmeas, aparecem como divorciadas. Uma dada fração do território permanece no mesmo ponto de encontro das coordenadas geodésicas, marcada pelas mesmas características geográficas e freqüentemente guardando o mesmo nome herdado. Isso é o seu lugar físico. Sua localização, isto é, seu lugar econômico e social (e político), está mudando, segundo uma lei que é a da nação como um todo. No caso brasileiro, tal mudança,

rude e perversa, freqüentemente decorre de fatores distantes e estranhos, sem possibilidade de contraponto local. A própria lógica interna do lugar, que deveria guiar e apoiar as tarefas dos governos locais, é com freqüência deslocada, tornada alheia, no sentido de estranha. Mas a organização político-territorial ainda é pensada como se houvesse unidade entre lugar e localização e como se os meios materiais e jurídicos para enfrentar a nova síntese histórica pudessem ser os mesmos.

Cada Estado se organiza segundo uma sábia combinação entre horizontes temporais que vão do mais longo prazo ao cotidiano. As estruturas fundamentais do poder e a sua prática de todos os dias apreendem e retratam essa dicotomia, como um guia na regulação da existência coletiva. De que forma deverá a Constituição levar em conta essa realidade e velar para que novos equilíbrios se possam instalar, em benefício da coletividade e tendo o território como pano de fundo?

21/11/1986

MODERNIDADE E MEMÓRIA

Houve momentos em que São Paulo decidiu, pelas mãos dos condutores da economia e da política, que em nome do futuro – o chamado progresso – a memória do passado podia ser varrida. Todavia, o próprio jogo das forças de mercado, levando à migração parcial do centro de negócios, deixava incólume uma parte dos bairros venerandos. Ao longo do seu processo, a cidade, organismo vivo, impõe solidariamente valores funcionais, mercantis e simbólicos às suas diversas frações. Novos lugares são chamados a novas funções, velhos lugares se renovam inteiramente ou parcialmente, sendo arrasados ou conservando relíquias. A cada momento histórico, cada pedaço da cidade evolui diferentemente, o centro histórico sendo, por sua persistência como lugar central, o espaço por excelência das mudanças contínuas e às vezes brutais de valor.

As práxis individuais revelam a impossibilidade para alguns de ficar na terra valorizada, a incapacidade para outros de sair dos lugares desvalorizados. Nesse contexto se inscrevem as migrações de conforto, os bairros buliçosos sendo desertados pelas camadas mais prósperas. O que sobra de “histórico” é muito mais o resultado dessas práxis individuais inseridas numa economia política cambiante; e muito menos o fruto de uma deliberação oficial explicitada em leis, decretos, portarias.

É por isso que, na questão da remodelação do centro urbano, pelo menos duas óticas se defrontam, a da economia política e a da memória urbana. A economia política da cidade supõe o jogo das forças de mercado mais a regulação por ação ou omissão do poder público. Quanto à memória, tanto ela pode ser herdada do passado, como, simplesmente, projetada no futuro. A paisagem é uma herança que pode ou não ser preser-

vada; ela também pode ser deliberadamente construída para tornar-se simbólica. Em qualquer caso, nas cidades que acordam tarde para este seu dever, a idéia e a prática de defender o patrimônio histórico defrontam-se com as tendências já fortemente estabelecidas pelo que, hoje, se chamaria de especulação inercial.

O problema deve ser estudado à luz da cidade como um todo. Por isso, um dado novo se incorpora ao debate, isto é, o projeto de reurbanização das marginais. Esse prometido espaço novo será funcionalmente adequado, desde a sua origem, a funções novas ou suscetíveis de renovação. O solo criado em grande escala não apenas acolherá o novo centro cívico municipal, como atrairá outras atividades. Podem-se prever migrações de funções em toda a cidade, e elas serão tanto maiores quanto for maior a indução econômica. O capital monopolista atualmente ocioso se incumbirá de preencher o solo novo e vazio. A nova composição orgânica urbana, gerada pela redistribuição de valores relativos dentro da cidade, atingirá sobretudo aquelas áreas inadequadas, por sua configuração atual, a dar uma resposta territorial às novas exigências da modernidade. Deixado à lei do mercado, o centro velho será, ainda mais do que hoje, atrativo de atividade e residências pobres, agravando o contraste já presente entre valor venal dos terrenos, valor mercantil dos edifícios, valor locativo e de uso. A oposição agravada entre valor de uso e valor de troca virá acompanhada de uma tendência crescente à deterioração. E esta será tanto maior quanto for maior a rigidez dos regulamentos de uso, que não apenas desestimularão as construções segundo os gabaritos propostos, mas impedirão a própria conservação dos imóveis. A menos que se pense numa intervenção rápida e maciça. Mas aí retornaremos à questão da economia política e da memória, cuja oposição terá de ser resolvida pelo poder público.

A questão tem de ser enfrentada com sisudez. Centros imobilizados por decreto apodrecem, esquecem-se as leis fundamentais de evolução da cidade. Veja-se o caso exemplar do centro histórico de Salvador, caindo aos pedaços. O tombamento puro e simples pode conduzir a resultados opostos aos desejados pelos seus defensores. A modernização sem limite ou critério

levará à desfiguração dos bairros atingidos e à expulsão, em ritmo acelerado, dos moradores.¹ O problema é o de encontrar as formas de intervenção adequadas. Renovação e revitalização não são obrigatoriamente antagonistas. Falemos antes de uma regeneração que leve em conta as novas exigências da modernidade, permitindo, ali mesmo, a renovação das funções centrais, sem desfiguração do caráter histórico e sem ofensa ao direito dos moradores de viver onde estão. Isso não significa mantê-los em pardieiros irrecuperáveis, até que a degradação avançada os torne completamente inabitáveis. Lembrar-se-á, apenas a título de ilustração, que é mesmo possível acelerar a deterioração, como já foi feito com êxito no Harlem, em Nova York, mediante o esforço conjugado de pesquisadores urbanistas da universidade e dos bancos, pela recusa sistemática de dar crédito para os mais simples remendos. Felizmente há exemplos opostos, como o de recente operação urbana em Barcelona, onde velhos e pobres foram alojados na área em que viviam, mas em edifícios dotados de conforto moderno, enquanto se eliminavam obstáculos a uma utilização mais rentável, do ponto de vista econômico e social, dos equipamentos preexistentes. Mediante um projeto de renovação parcial bem concebido, é possível conjugar a produtividade espacial e o direito à memória.

5/3/1987

¹ A renovação urbana promovida no Pelourinho confirma o texto de Milton Santos. A maior parte dos moradores foi retirada de suas habitações, que foram adaptadas para novas funções, como bares, restaurantes e lojas diversas que atendem a turistas de várias partes do mundo. A população que lá vivia, entretanto, dispersou-se para diversas áreas periféricas de Salvador.

DE NOVO, SOBRE O TERRITÓRIO E A CONSTITUIÇÃO

Múltiplas questões de natureza espacial terão de ocupar o interesse dos que preparam projetos e dos constituintes de fato e de direito. Uma dessas questões é a das grandes aglomerações urbanas e não apenas das nove regiões metropolitanas da definição oficial. O problema metropolitano está exigindo urgentemente novas formas de regulação, cuja prática incumba, em maior parte, aos poderes públicos mais próximos do cidadão, sem deixar, todavia, que este seja esmagado por interesses localistas ou manipulações de grupos municipais. Tal regulação terá de escapar às injunções de um jogo oblíquo, mas eficaz pela proximidade dos atores, de forças confluentes contra os interesses do maior número e onde as ambições eleitorais ou de lucro se congregam e equivalem na subordinação aos mandamentos nem sempre sutis das classes dominantes e do poder econômico.

As chamadas campanhas preservacionistas dos "verdes", dos "ecolôs", mas também dos defensores sem adjetivos de uma convivência saudável entre o homem e o seu quadro de vida, também deverão se exprimir de modo a separar joio e trigo, discurso volátil e vontade efetiva de transformar a natureza hostil em natureza amiga. A Constituição poderá estabelecer limitações gerais, que obriguem Estados federados e municípios, quanto a certos usos que agora se generalizam apesar de insensatos, isto é, como abusos. Por exemplo, a abolição sistemática do desflorestamento inconsiderado, o zoneamento agrícola responsável, a fixação de um máximo de altura para os prédios urbanos e da distância a manter entre os mesmos, a instituição de um código severo com relação às áreas verdes urbanas (mas áreas realmente verdes e não apenas vazios cimentados), levando a respeitar o que já existe e a criar o que não existe, ainda que

seja pela eliminação pura e simples de bairros existentes. Por que não? Neste ponto, chegamos à questão do meio ambiente, parcialmente açambarcada como um modismo, recentemente objeto de uma ou outra intervenção efetiva e de muitas mais com efeito exclusivamente demonstrativo (vide, por exemplo, os sábios mas risíveis boletins da Cetesb). Esse problema é tratado no plano da União e dos Estados com uma timidez que nada tem de republicana. Ainda aqui, cabe responder a essa insistente indagação de estudiosos, desde sociólogos e juristas até urbanistas e paisagistas: que é espaço público, que é espaço privado? Quem fala nisso? Não mereceria esse problema, entretanto, um tratamento de nível constitucional? Ainda aqui poderia ajudar a restaurar essa figura ignorada em nosso país que é o cidadão, pois os projetos existentes somente se referem às associações de defesa do meio ambiente. Qualquer pessoa deveria ter acesso às informações sobre o que se passa em seu entorno e o direito de acionar as autoridades competentes para reprimir os abusos.

Uma questão puxa outra. Que falar da distribuição atual dos serviços, escandalosamente em desacordo com o próprio presente das populações e comprometendo o seu futuro? Deve esse capítulo ser ainda deixado ao arbítrio dos administradores ou regulado pela lei? Cada um de nós é mais ou menos consumidor (e, neste caso, também mais ou menos cidadão) em função da acessibilidade concreta aos bens e serviços de uso frequente e necessário. Para que esses serviços constituam um direito inseparável da condição de cidadão – isto é, daquele que é igual em deveres e direitos a todos os demais –, uma regulamentação constitucional também parece se impor. Há desigualdades sociais que são em primeiro lugar desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é o indivíduo num lugar. A Nova República somente o será quando considerar todos os cidadãos como iguais, independentemente do lugar onde estão.

A questão da representatividade eleitoral ultrapassa o valor quantitativo do sufrágio no ato de votar. Trata-se de um dos elementos do “pacto territorial” da nação, dado explícito ou implícito da definição concreta da sociedade civil. O que está em

jogo não é apenas a distribuição das pessoas sobre o território. Não se pode ficar impunemente repetindo que o número de eleitores-eleitos deve ser estabelecido em conformidade aritmética com o número de eleitores-votantes ou, ainda melhor, da população residente. Números são, simplesmente, abstrações. Falta dar-lhes conteúdo se se quer continuar discutindo de maneira adulta e responsável. A idéia antiga segundo a qual o Senado representava os Estados e a Câmara dos Deputados a população, chamada aqui de nação, entrou em colapso diante das novas realidades nacionais. As desigualdades territoriais são hoje de novo tipo, e os critérios de representatividade devem espelhar a nova condição. Em primeiro lugar, o número de brasileiros vivendo fora do seu lugar de nascimento é cada vez maior, do mesmo modo que se criou a figura do trabalhador circulante, como aquele que mora no vale do Jequitinhonha e vem trabalhar nos canais de São Paulo. E a questão da densidade? Ela seria, apenas, o reverso da questão da rarefação, se os ingredientes fossem apenas dados pelos números. A questão não é simples, não pode ser tratada de maneira simplória. Graças às disparidades econômicas e sociais que caracterizam o território, fruto de uma divisão do trabalho para a qual o lugar e a região são apenas o lugar funcional de sua realização, adotar a simples demografia como critério pode merecer o qualificativo de bisonho, e será certamente injusto, por não considerar a geografia social e econômica do país. Que cidadão é culpado de migrar ou de ficar residindo em regiões que se despovoam? Entre estas últimas, aliás, há as que se empobrecem, mas há, também, as que prosperam; apesar da crise.

A significação social e econômica dos lugares não se obtém de maneira mecânica. A questão é banal, mas não é simples. A questão é séria. A Constituição terá de levar em conta essa e tantas outras realidades emergentes do novo desenho social do território brasileiro, se desejamos uma Carta Magna que realmente incorpore o país real e leve em conta que as leis democráticas devem existir para reduzir as desigualdades sociais e não para agravá-las.

AINDA PERSISTE A NOÇÃO ANTIGA DA DISCIPLINA

A geografia é, possivelmente, de todas as disciplinas sociais, aquela em que o debate interno atual é o mais vivo e profícuo no Brasil. Mas perdura a velha noção de geografia corográfica como enumeração de sítios e lugares e como descrição nem sempre iluminada de acidentes chamados geográficos: rios, oceanos, lagos, montanhas, vulcões...

Essa visão ultrapassada é todavia mantida entre os que nos dirigem e mesmo por colegas da universidade pouco curiosos do saber do vizinho. Os geógrafos se queixam de que essa criatura não permite o reconhecimento do seu verdadeiro trabalho e lhes dá uma imagem desfavorável.

A geografia se ocupa das relações entre a sociedade e o seu entorno, desde a comunidade humana e o planeta até a escala do lugar menor. As subdivisões da disciplina, como a que separa a geografia física da geografia humana, ou a geografia geral da geografia regional, às vezes conduzem a deixar em segundo plano o seu caráter globalizante e totalizador.^{1/}

Exageros podem ser cometidos quando o geógrafo se aprofunda e se perde na rigidez das relações de causa e efeito do mundo natural e se esquece de que o homem se tornou não apenas o grande fator geográfico que ele é, mas um importante fator geológico em nosso tempo.

Ameaçada do interior (pela incompreensão quanto ao seu objeto) como do exterior (pela incompreensão quanto ao seu alcance), a geografia, entretanto, porta-se bem, apesar dos pequenos recursos materiais com que conta. Aumenta a já grande lista de departamentos de geografia nas faculdades, amplia-se o estoque de estudantes, cresce o número de horas ensinadas no ensino secundário, multiplicam-se as teses de

doutorado e de mestrado (nos dez últimos anos foram mais de 300, das quais metade na USP e dois terços em São Paulo).

A literatura geográfica, praticamente confinada às publicações oficiais até fins dos anos 60, agora participa vantajosamente do movimento editorial comercial (por exemplo, as coleções das editoras Hucitec, Difel, Nobel)¹ e compete pelo público com as demais ciências humanas.

O próprio crescimento pode, todavia, acarretar perigos, levando a distorções se não se tomam os necessários cuidados. Maior demanda pode significar menor qualidade no ensino. Já essa história é nossa conhecida.

E a recente profissionalização pode conduzir a comportamentos intelectuais menos abrangentes e mais imediatistas, valorizando, por exemplo, o ensino das técnicas – ainda que momentaneamente atrativas – e estreitando o espaço reservado à conquista metódica do conhecimento do mundo e de suas leis de funcionamento, cujo domínio somente se obtém através de uma formação que privilegie o pensamento lógico e não o instrumental.

Mesmo que haja ainda muito o que fazer, o inventário do trabalho dos geógrafos e da geografia do Brasil é positivo e encorajador.

12/4/1987

¹ Além das citadas, merecem ser incluídas as editoras Contexto e Bertrand Brasil, que nos últimos anos abriram coleções de geografia.

UM REORDENAMENTO GLOBAL PARA O BRASIL

A Constituinte está sendo o palco de um debate importante a propósito da redivisão territorial do país. Velhos e novos ressentimentos se valem da oportunidade para levantar diante da nação reivindicações aparentemente funcionais, mas cujo conteúdo estrutural em muitos casos é inegável. Tais reivindicações revelam um mal-estar em relação à forma que o território nacional é repartido.

Olhando-se o mapa do Brasil e a forma que as populações são atendidas, sobretudo nas periferias, entende-se sem dificuldade por que brotam aqui e ali tais movimentos. Muitas áreas de nosso vasto país vivem praticamente à mingua de cuidados da parte dos respectivos Estados e têm o sentimento de contribuir, pelo seu trabalho e riqueza, para beneficiar outras regiões do mesmo Estado, sobretudo aquelas que abrigam tradicionalmente as burguesias econômicas e a tradição do mando político. Tais regiões espoliadas, ou apenas esquecidas, devagar ou depressa se convencem de que vivem em situação de minoridade política, daí a vontade de emancipação.

O debate tornou-se acalorado. E, como é natural, argumentos se alinham para defender as pretensões de autonomia ou a integridade dos atuais territórios estaduais. Há, certamente, de um lado e de outro, segundas intenções que não afloram no debate público, como a vontade de hegemonia eleitoral ou econômica. E há também argumentos emocionais. Por exemplo, que significa a invocação à unidade territorial para quem se sente espoliado exatamente por pertencer ao conjunto? Onde o Estado se tornou uma verdadeira região, isto é, uma área consolidada de um ponto de vista demográfico e econômico, a multiplicidade, a frequência e a densidade de relações garantem a

existência de um tecido que funciona como um verdadeiro cimento regional. Mas, naquelas onde esse fenômeno não se deu, a manutenção do atraso e da pobreza geral ou um crescimento extravertido com a chegada da riqueza para outros levam a um mesmo resultado, isto é, à incapacidade de integração efetiva. É por aí que deveria ter-se iniciado a discussão do problema, pois a desintegração tornou-se estrutural e não conjuntural e aleatória. Essa verdade histórica é objetiva e permite ultrapassar uma argumentação puramente emocional.

Que significa o recorte territorial do país? Quais devem ser os seus objetivos e o seu conteúdo? Pode ele ser permanente, rígido, imutável, um recorte geográfico-político dado para todo o sempre? Começemos a responder pela última pergunta, e a resposta é não. Nosso próprio país, ao longo de sua história, já conheceu diversas modificações em seus limites internos, tanto no nível do que hoje são os Estados, como no que refere aos municípios. É que cada época cria necessidades distintas, a exigir arranjos diferentes, pois, sobretudo nos países novos e nas regiões novas, a eficácia das ações do poder público e da iniciativa privada depende das divisões territoriais, do respectivo estatuto político, das formas de gestão adequadas.

Não cabe, certamente, redividir o território para atender mais depressa à vontade de lucro de empresas hegemônicas, ou à fome de votos de um político. Também não há por que mantê-lo indiviso por essas mesmas razões. De um ponto de vista social, que aqui nos interessa, é evidente que em imensas regiões ainda desarticuladas, ou que já nascem desintegradas e onde o exercício da cidadania se tornou impossível, tanto sob o ângulo político-eleitoral, como sob o ângulo do acesso aos bens e serviços indispensáveis a uma vida decente, a criação de novos Estados em muitos casos criará as condições para uma acessibilidade política. Laços de proximidade reciprocamente mais fortes e sob o impulso das carências comuns e da unidade da ação pública podem desembocar em um atendimento mais pronto das necessidades locais. A descentralização não apenas formal ou funcional, mas estrutural, pode e deve ser um instrumento de democracia política e social.

Desse modo, o movimento pela criação de novos Estados não apenas está na ordem das coisas, como é oportuno, pois o momento constituinte é adequado à procura de um reordenamento global do país. O que agora estamos assistindo é a procura de um novo pacto social através de contradições e compromissos, pressões e acordos, avanços e retrocessos. Daí resultará a construção de um compêndio legal que irá presidir às regras de convivência da sociedade civil. Essas relações não são apenas patrimoniais e de trabalho, políticas, religiosas, morais, sociais e econômicas, mas também são relações propriamente territoriais. Não há pacto social sem pacto territorial concomitante, mesmo que este não venha explicitado. Nos tempos atuais, essa explicitação se torna cada vez mais necessária para que todos saibamos para onde nos levam. O pacto territorial não se forma somente de arranjos eleitorais, nem da repartição geográfica dos impostos e das jurisdições administrativas, mas sobretudo do conteúdo político e social que as fronteiras incluem para tornar mais adequado o exercício da cidadania. Na ausência de alusão ao território e às relações que ele cria, a noção de sociedade civil que nos resta é abstrata. Por isso, as divisões e subdivisões territoriais, através da conformação dos Estados, municípios e outras configurações, não são apenas uma moldura, um dado passivo, mas constituem um elemento ativo do quadro de vida. Das relações territoriais depende cada vez mais a orientação e a eficácia das demais relações sociais.

20/6/1987

SÓ A GEOGRAFIA RECONSTRÓI O PAÍS

Entrevista a Otávio Dias¹

Como o senhor avalia o sucesso do Atlas da Folha?

As pessoas estão atônitas com as mudanças que o mundo está sofrendo. São tão rápidas e tão profundas que cada um se interroga sobre o que está se passando, o que pode se passar. Há um desejo de saber mais.

A geografia como ciência auxiliar no desenvolvimento de um país tem sido levada a sério no Brasil?

Já foi. O primeiro a levar a sério foi o presidente Getúlio Vargas, que criou o IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Também os governos autoritários tinham como cérebro um grande geógrafo e geopolítico – o general Golbery do Couto e Silva. Ele traçou em sua cabeça o que o Brasil ia ser como território.

E traçou bem?

Bom, essa pergunta é uma casca de banana. Uma coisa é criar novos objetos, outra é o uso que se faz deles.

Se você me perguntar se as novas estradas e hidrelétricas, os novos portos foram um trabalho importante dos últimos 30 anos, eu digo sim.

Mas, se me perguntar se o uso que foi feito desse progresso material foi correto, digo não. Com esse equipamento extraordinário do território, poderíamos ter alcançado uma sociedade mais justa.

¹ Nessa entrevista, o jornalista Otávio Dias interroga Milton Santos sobre o interesse despertado pelo *Atlas Geográfico Mundial* (1994), publicado pela *Folha* em fascículos semanais aos domingos, o que resultou no aumento da procura pelo jornal, indicando também um maior interesse público pelas transformações da geografia política do mundo contemporâneo.

A partir de um estudo geográfico, seria possível reestruturar política e economicamente o país?

Creio que não há outra forma de entender um país. A sociedade é algo, não vou dizer abstrato, mas ela não existe fora do território, e sim por suas relações com ele. A partir da geografia, podemos chegar a uma reconstrução do país como sociedade nacional.

O que impede esse tipo de pensamento no Brasil?

Caminhamos para isso. A idéia de que a economia resolve os problemas é muito forte por aqui. Mas os economistas não têm noção do que é o espaço, só produzem teorias descoladas da realidade territorial. Por isso, suas soluções não têm resultados eficazes. A economia deve assumir seu papel subalterno.

A partir da cabeça de um geógrafo, como repensar o Brasil?

Começaria pela questão do emprego. É preciso reconhecer as formas atuais de trabalho no país. O que é trabalho no Brasil? Onde se dá? Como se dá?

Por exemplo: na cidade de São Paulo, o trabalho se dá em grandes empresas que fornecem quase metade dos empregos, mas também se dá em empresas menores, cujo destino está relacionado com o território da cidade.

É necessário facilitar a vida dessas empresas, de forma a ampliar a oferta de trabalho. Precisamos fazer um estudo expedito, mas sério. E sugerir relações mais intensas entre comércio, indústria, transportes e distribuição, de modo que a economia urbana cresça.

O que se poderia fazer no plano político?

Poderíamos tentar formas intermediárias de governo reunindo áreas entre o Estado e o município.

No Estado de São Paulo, por exemplo, existem áreas caracterizadas por certo tipo de produção – cana, laranja ou outras – que têm identidade de interesses.

Por que não organizar essas áreas politicamente, criar distritos onde o território fosse identificado por interesses concretos? Não ideológicos, mas da vida real de todo dia. Teríamos, então, instrumentos de ação informados.

Essa forma intermediária teria poder executivo?

É o que algumas pessoas chamam de “quarto nível” – além

da União, Estados e municípios. Haveria segmentação das atribuições. A União daria o quadro geral, mas cada região levaria em conta sua realidade. Esse “quarto nível” teria de ter força jurídica, produzir leis.

Haveria eleições nesse “quarto nível”?

Sim. A sociedade civil seria importante porque o exercício do voto seria comandado pelo cotidiano.

Isso não aumentaria ainda mais os gastos do Estado?

E o que é que tem, se esse aumento de custo também aumenta a produção? É muito grande o número de empregos que resultam hoje apenas do fato de a gente conversar.

Quando as pessoas vão para a rua dançar, comer, conversar, a economia cresce. Se eu fosse prefeito, me consagraria em aumentar o movimento de gente. Na sociedade de informação, a relação entre as pessoas cria riqueza. “

A reforma agrária é um tema que vai e volta no Brasil e nunca é enfrentado. A redistribuição de terras diminuiria a crise social do país?

A primeira coisa é saber que, se eu deixo o campo atrasado, as pessoas saem. Se eu modernizo o campo, as pessoas saem. A reforma agrária não tem o peso hoje que tinha antes. O Brasil é outro, o mundo é outro.

Creio que pessoas que querem trabalhar a terra, devem ter terra. Mas é preciso dizer a elas que não vão ter a terra por muito tempo.

Por quê?

Porque o sistema de circulação de mercadorias e a competição entre os produtores fará com que, em menos de uma geração, a terra seja objeto de reunião outra vez. À medida que o país se modernizar, o pequeno produtor rural ficará sem defesa.

A reforma agrária reduziria o êxodo rural?

Pedir às pessoas que fiquem no campo é uma herança romântica. Por que elas deveriam ficar no campo? No campo é mais difícil ter educação, saúde. É até mais difícil consumir ideologia.

A idéia de prender o homem ao campo é um equívoco. Em uma economia de prosperidade, eu vivo na cidade e trabalho no campo. A reforma agrária vai acelerar o êxodo. Não vai reduzi-lo.

Por quê?

Vai criar relações mais modernas no campo e diminuir a necessidade de homens. Marx dizia que capital e trabalho se opõem. A reforma agrária representa um aumento de capital no campo. Se eu aumento o capitalismo, diminuo o emprego.

Mas as unidades de produção também aumentam...

Num primeiro momento. Num segundo, as pessoas vão para as cidades. E não para as médias, mas para as grandes.

Mas deve-se fazer a reforma agrária?

Deve-se, respeitando as diferenças regionais e sabendo que é uma solução provisória. Para ser eficaz, deve ser seguida de outras medidas.

No mundo de hoje, o importante não é produzir, mas fazer circular. A idéia de reforma agrária vem de um mundo onde o importante era produzir, porque a circulação era difícil. Hoje, se eu não tenho os instrumentos para fazer circular bem, sou aleijado.

Um dos temas polêmicos do momento é o papel que o Brasil deve assumir no mercado global. Qual a sua opinião?

O que a gente está chamando mundo, será que é o mundo? Ou são os atores hegemônicos do mundo? Na minha opinião, há dois mundos: um pequeno mundo e um mundo grande. Eu tenho de aceitar o que este pequeno mundo diz que eu devo ser? Ou devo escolher o que quero ser no mundo grande? O menu que nos oferecem é reduzido e pobre.

Que menu é esse?

É o menu que considera que só há uma solução para o mundo. A maneira que os países são convidados a participar desse... não é um banquete, é uma comida do McDonald's... é muito restritiva. O uso das técnicas que nos aconselham é restritivo, quando nunca se ofereceram tantas possibilidades ao homem quanto hoje.

Pode explicar melhor?

Por exemplo, a competitividade, que todo mundo diz que é boa para a economia... Será que é? Será verdadeira a idéia de que, para ser competitivo, não devo ter garantia de trabalho?

Existe hoje uma nova ordem mundial?

A nova ordem mundial é baseada no mercado global, na

democracia de mercado e na informação. Agora, ela é frágil... não garante a ordem. Na verdade, cria desordem nos países, cria desordem urbana.

Que perspectivas traz a nova ordem?

O que busca hoje o mercado global? Ele não tem outra finalidade senão o próprio mercado. É uma fase em que o mundo vai sofrer.

Mas nós vamos chegar a um outro tipo de mercado global, onde as realidades regionais e nacionais serão importantes. Nesse momento, a globalização terá como finalidade a humanidade.

Existe alternativa para um país em desenvolvimento, como o Brasil, senão integrar-se à globalização?

Há a lei da necessidade. Então você dança a música, mas ao mesmo tempo prepara outra música. A gente vai rapidamente virar a mesa. O Primeiro Mundo² é subordinado a regras, normas, é prisioneiro de esquemas. Nós não. Somos soltos, criativos.

Os instrumentos com que contamos hoje já bastam para produzir uma nova ordem mundial que seja humana. As tecnologias à disposição são acessíveis e não escravizam o homem como antigamente. Ao contrário, o libertam. Está tudo aí. Temos tudo na mão para fazer um mundo gostoso.

5/9/1994

² A expressão Primeiro Mundo indicava os países desenvolvidos do chamado bloco capitalista durante os anos da Guerra Fria, para distingui-los dos que formavam o Segundo Mundo, os socialistas, e do Terceiro Mundo, que estavam excluídos desses dois grupos. Em um contexto internacional em que aqueles dois blocos desaparecem, a divisão regional em Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo perde o sentido. Apesar disso, emprega-se essa divisão regional do mundo com muita frequência. Entre os especialistas, organizam-se novas divisões regionais do mundo segundo critérios como, entre outros, a renda da população (países de renda elevada, renda média e renda baixa) ou o índice de desenvolvimento humano, que combina variáveis como renda, escolaridade e saúde da população para discriminar países.

UMA CAMPANHA SEM CARA

Já se conhece, desde agora, um dos resultados do pleito municipal do próximo dia 15 de novembro: a morte da política, com a perda cruel dessa rara oportunidade de debater problemas centrais do nosso tempo e da nossa cidade.

Em matéria de democracia, estamos assistindo a um verdadeiro retrocesso, quando o essencial dos debates, além das costumeiras diatribes de cunho pessoal, gira em torno de séries estatísticas, construções materiais e promessas de consumo, tudo isso desligado de um texto maior, onde o destino das coletividades – e não apenas de cada pessoa em particular – seja seriamente considerado.

Parece até que tudo se resume a explorar, mais e mais, o fascínio deste fim de século pelas cifras e pelas coisas e a rendição do homem comum frente aos objetos, sobretudo aqueles que permitem utilizar ainda mais objetos (a estabilidade da moeda e o consumo conspícuo, as estradas e o automóvel, a educação fragmentada e as perspectivas de sucesso material imediato...).

É a coisificação da política. Daí, talvez, o relativo sucesso da democracia de mercado. Mas terão também os partidos de esquerda renunciado a criar neste país uma vida política autêntica? Será, igualmente, vedado às direitas utilizar a linguagem dos valores?

Uma das conseqüências do presente processo de globalização é exatamente a dificuldade para encontrar ou atribuir um sentido aos objetos que nos rodeiam e às ações em que estamos envolvidos. Tudo ou quase tudo se apresenta confusamente, a começar da própria noção de cidadão, central no exercício da democracia, mas, agora, substituída pela figura do consumidor

ou do usuário, em torno da qual se constrói a atual democracia de mercado.

Daí a pobreza do debate sobre as questões ditas municipais, apresentadas por gregos e troianos como se fossem apenas problemas locais. Daí o embevecimento equivocado, transmitido aos eleitores, por centímetros de córregos canalizados, dezenas de janelas implantadas e pelo número de postes informatizados, como se cada qual dessas coisas, úteis à existência material cotidiana, pudesse ser entendida fora de um modo de vida que primeiro constrói carências materiais e culturais e sociais e políticas, para depois dar remédio, fragmentário e insuficiente, apenas às carências materiais, omitindo-se quanto aos outros reclamos, dos quais advém o verdadeiro sentido da vida humana.

Um erro palmar, praticamente repetido por todos os candidatos desde o primeiro turno, é a recusa a considerar a nova definição do fenômeno urbano na era da globalização. Todas as cidades, sobretudo as grandes, ganham sua cota de globalidade, sem cuja consideração nada pode ser entendido.

Mas a globalização afeta todo o território nacional, mudando, brutal e cegamente, os equilíbrios e as perspectivas, mas, sobretudo, trazendo um fermento de desagregação, um impulso à quebra dos cimentos nacionais pacientemente construídos, e comprometendo a idéia de nação e de solidariedade. Esse impulso à desunião interna é tanto mais eficaz quanto mais ajudado pelo aparelho do Estado, como no caso brasileiro, onde, dizendo querer ser menor, o Estado se torna um forte coadjuvante no processo de agredir a nação.

O fato, porém – é o que estamos agora, efetivamente, assistindo –, é que a nação se refugia nas cidades, onde parece construir uma trincheira contra as forças desagregadoras, pois nenhuma cidade, por mais forte e poderosa que seja, vive plenamente seu destino sem cuidar, de modo sistemático, de suas relações com as outras cidades do mesmo país.

É o caso de São Paulo. A globalização faz com que as cidades se tornem ainda mais nacionais, exigindo mais Estado para regular suas relações necessárias.

Uma campanha eleitoral apenas preocupada com miudezas (ainda que possam interessar a milhões) não chega a ser

uma campanha política. Acaba sendo um exercício de despolitização, no qual partidos de direita e de esquerda, sob o comando do *marketing*, comportam-se como se as eleições fossem apenas um mercado de votos e não a solene ocasião para discutir projetos de sociedade.

3/11/1996

AS DUAS ESQUERDAS

Quem observa os rumos atuais do processo político fica sem saber qual a orientação dos partidos quanto a distinguir, nas afirmações de fundo e nas manobras chamadas de conjuntura, o que é permanente e o que é ocasional e como os dois se combinam. A pretexto de que agrupações partidárias existem para perseguir o poder, assistimos a um esgarçamento do que resta de propriamente político na vida partidária.

Nesse quadro, confusões persistentes são alimentadas, como a assimilação que é levada ao grande público entre partidos de esquerda e partidos de oposição – como se, nas condições atuais, tudo que não é ou ainda não consegue ser governo participasse obrigatoriamente do campo do progresso.

Assistimos pelo menos duas vezes, na história do Brasil, a situações parecidas, mas em condições que não eram caricaturais: a primeira no fim da Segunda Guerra, a segunda mais recentemente, na saída do regime militar.

Em ambos os casos, era a questão da liberdade que se colocava em primeiro plano, como forma de encontrar, dentro das regras democráticas, um substitutivo à longa noite do regime autoritário. Tudo era claro: todos os defensores da liberdade podiam andar juntos.

Agora, com a globalização, sistema econômico-social que se alimenta da confusão dos espíritos, somos todos potencialmente vítimas de um lusco-fusco cientificamente fabricado.

A proximidade das eleições agrava o problema, já que é dado como prioritário dismantelar o aparelho do Estado sem ter muito claro o que fazer depois. Assim, as combinações mais disparatadas e espúrias podem se impor como um caminho auspicioso e normal.

Trata-se, mais uma vez, do convite à prevalência do jogo eleitoral sobre o jogo político, levando, como nos pleitos anteriores, à instalação da balbúrdia no espírito dos eleitores, na medida em que nessas condições o processo da política renuncia ao seu papel pedagógico. Ora, a democracia não se constrói sem partidos que digam claramente qual é o seu projeto de nação, sua visão de mundo e das relações interpessoais no país – e que ajam em consequência.

Como no mundo atual nada se faz sem o respaldo de idéias, é aí que aparece o novo papel do intelectual na reconstrução democrática do Brasil. O intelectual não pode ser dúbio nem oportunista. Mas, nas circunstâncias atuais, a intelectualidade é chamada a exercer uma militância ambígua, quando voltada a repetir discursos fátuos, slogans e palavras de ordem mais destinados à mobilização do que à produção gradual de uma consciência coletiva.

Freqüentemente, os partidos brasileiros atribuem aos intelectuais, próprios ou alheios, muito mais um papel de bobos da corte, chamados a enfeitar por um dia ocasiões propícias, do que um trabalho destinado à criação de idéias que expliquem sistematicamente o lugar, o país e o mundo.

É necessário o papel de partidos como PT, PDT, PC do B, PSB, PV, PSTU e PPS, que, opondo-se ao governo, enfrentem a situação atual e obtenham, em vista disso, sucessos eleitorais.

Muita gente descontente, por motivos ideológicos ou pessoais, grupais, setoriais, regionais, oferecerá seu sufrágio às agremiações rebeldes. O risco, já experimentado, é o de ganhar eleições e perder a oportunidade de ajudar a fortalecer uma vida partidária sisuda.

O ideal da construção de um debate político verdadeiro e a saúde política da nação residem na elaboração e na difusão de sistemas de idéias operacionais diante da realidade, que estejam acima de preocupações de estratégia e tática.

Aí entra o papel independente dos intelectuais. Na medida em que estes façam eco às demandas profundas das populações, expressas pelos movimentos populares (organizados ou não), servirão como vanguarda na edificação de projetos nacionais alternativos.

Na atual vida política, haverá pelo menos duas esquerdas: a que, nos partidos, age ao sabor do dia-a-dia e a esquerda intelectual, portadora de um pensamento de mais longo alcance e despreocupada de aspirações de poder.

Se desejamos alcançar no Brasil, rápida e firmemente, uma vida política séria e consistente, não há outro caminho senão o de um trabalho simultâneo, mas autônomo, entre esquerdo-pensantes e esquerdo-agentes. Por enquanto, a construção sólida da democracia brasileira reside na evolução separada dessas duas esquerdas.

7/12/1997

O CHÃO CONTRA O CIFRÃO

O debate que atualmente comove o país é muito mais que uma queda-de-braço entre governos estaduais e governo federal. Também não pode se limitar a uma discussão técnica para saber quem deve arcar com o ônus das atuais dificuldades financeiras da maioria dos 27 Estados e dos 5.507 municípios. O que está em jogo, na Federação, é o próprio sistema de relações em que se deveria fundar uma coexistência harmoniosa das atividades, da população e da administração.

A discussão sobre se há ou não crise institucional não se pode contentar com o argumento simplório de que as instituições, isto é, o Legislativo, os tribunais e os governos, estão funcionando. O problema é a qualidade desse funcionamento. Se Estados e municípios tornam-se incapazes de bem exercer o seu papel social e se a União, engessada por compromissos externos, apenas reconhece esses compromissos, o resultado substantivo é um empobrecimento institucional, que pode conduzir à ingovernabilidade e à deterioração dos laços sociais.

Tudo isso tem a ver com a maneira pela qual o país decidiu participar do processo de globalização. Erigido em dado supremo das vidas econômica, social, cultural e política do nosso tempo, o dinheiro funciona como motor e como ator, impondo sua lei e invadindo tudo. Ele se comporta como se fosse dotado de uma racionalidade pura, exercendo-se, de modo inflexível, sobre as outras racionalidades.

A questão está nas outras formas de vida: há, de um lado, a chamada economia real, com todas as produções, todos os consumos, todo o movimento das pessoas e das mercadorias, e, de outro lado, a prestação de serviços socialmente devidos às populações e o próprio exercício da cidadania. Estes últimos são

dependentes do fiel cumprimento de suas obrigações, pelas diversas instâncias político-territoriais, a União, os Estados e os municípios.

O problema é esse. Enquanto o dinheiro, na sua forma pura, busca se impor como um dado absoluto, o território é sempre impuro – porque misto –, o resultado de todas as relações entre a existência dos homens e as suas bases físicas e sociais. Levando-se em conta o processo histórico, o território não pode ser considerado uma tábula rasa, uma tela neutra, um espelho, porque é indissociavelmente integrado a todas as pessoas, empresas, instituições que o habitam, e assim dinamizado é, por sua vez, tornado atuante.

As soluções às possíveis derrapagens do funcionamento do financeiro são buscadas no interior do próprio sistema, para substituir uma lógica conjuntural por outra lógica conjuntural, considerada mais perfeita do que a precedente e legitimada por um discurso repetitivo e ruidoso. No mundo atual, o despotismo do dinheiro está ligado a uma lógica auto-referida e auto-explicativa, uma espécie de cachorro dando voltas e mordendo o rabo, razão pela qual busca remédio aos seus próprios tropeços mediante novas construções matemáticas. Sem dúvida, a ortodoxia do sistema financeiro casa-se bem com os setores da economia igualmente tributários de lógicas quantitativas, que potencializam a sua inflexibilidade. Mas a própria economia abriga setores que estranham esses rigores e envolvem a parcela maior da vida social e a prática existencial da maioria das pessoas. Por isso, quando tais lógicas são impostas a todas as situações, agudizam heterogeneidades e assimetrias e provocam fraturas e fragmentações.

Quando o subsistema financeiro se apresenta como se fosse o sistema econômico e social todo inteiro, revela a sua cegueira quanto ao resto da sociedade e desestrutura, ao mesmo tempo, os demais subsistemas. É assim que, ruptura após ruptura, brutalidade após brutalidade, a uma crise sobrevém outra, sempre mais aguda.

O dinheiro em estado puro dá as costas à realidade do ambiente em que se instala. Ele somente se preocupa com “outros dinheiros”, cada pedaço das finanças buscando se harmoni-

zar com outro pedaço – câmbio, juros, taxa de inflação, a cater-va dos déficits e outros símbolos contábeis –, mas não com os demais setores da vida social. Mas estes têm como base a existência real das pessoas sobre territórios reais e não apenas uma representação estatística e simbólica da vida, como nos comunicados do Ministério da Fazenda e do Banco Central.

É por tudo isso que, hoje, seja qual for a escala, o território constitui o melhor revelador de situações, não apenas conjunturais, mas estruturais e de crise, mostrando, como no caso brasileiro, melhor que outra instância social, a dinâmica e a profundidade da tempestade dentro da qual navegamos.

O território é onde vivem, trabalham, sofrem e sonham todos os brasileiros. Ele é, também, o repositório final de todas as ações e de todas as relações, o lugar geográfico comum dos poucos que sempre lucram e dos muitos perdedores renitentes, para quem o dinheiro globalizado – aqui denominado “real” – já não é um sonho, mas um pesadelo.

O território acaba sendo um limite à ação cega da finança, inclusive porque as suas crises e tremores facilitam uma tomada de consciência dos problemas nacionais, regionais e locais, sobretudo quando o discurso do dinheiro, brutal e reiterado, deixa de ser eficaz e, oferecendo-se como caricatura, torna-se cínico. Fica evidente que a relação belicosa entre o dinheiro e o território revoluciona relações estabelecidas, altera equilíbrios recentes ou pacientemente adquiridos, sepulta valores, amplia o desemprego e afeta o orçamento das famílias e dos municípios e Estados, desorganizando, profundamente, o cotidiano das pessoas e das instituições locais.

A briga entre o chão e o cifrão, da qual está resultando uma sociedade fragmentada e uma Federação ingovernável, não pode ser resolvida como se o dinheiro em estado puro fosse o único pressuposto da vida nacional. Urge encontrar um caminho que nos leve a uma outra Federação, um recomeço a ser buscado com altivez cívica, humildade intelectual e sabedoria política e cujo ponto de partida seja o bem-estar da população e a sobrevivência da Nação.

O PAÍS DISTORCIDO

Há, em toda parte, no país, um certo alvoroço, para festejar os chamados 500 anos de Brasil. Esse é um grande pano de fundo. Como nele enquadrar manifestações, como, por exemplo, esse questionário distribuído pelo “Mais!” a dez dos mais importantes intelectuais nacionais para que, indicando 30 títulos, opinassem sobre as cem melhores obras mundiais de não-ficção neste século e as 30 melhores obras brasileiras de não-ficção em todos os tempos, isto é, 500 anos?

Entre os escolhidos cem melhores livros de não-ficção do século 20, há apenas um de autor brasileiro, Euclides da Cunha.¹ E a lista contempla outro latino-americano: Jorge Luis Borges.² Cabe, desse modo, admitir nossa inapetência ou incapacidade de ser intelectualmente universais ou, mesmo, internacionais? Que país é este, o Brasil, nos seus 500 anos? Podemos, a partir desses fatos, indagar-nos sobre esses 500 anos de formação de uma idéia de Brasil? Ou seria melhor debruçarmos sobre a interpretação, a partir do fato nacional, de expressões como internacional, global, universal, noções que se prestam a confusão?

O chamado internacional seria modelado pela economia e pela política, criando relações que acabam por supor pontos de vista seletivos e por impor idéias e ações que, na origem ou nos desdobramentos, são marcadas por pragmatismo. Pensou-se

¹ Euclides da Cunha (1866-1909) ganhou notabilidade pela brilhante obra *Os Sertões* (1902), resultado de sua cobertura jornalística da Guerra de Canudos, descrevendo com propriedade aspectos da geografia nordestina.

² O escritor argentino Jorge Luis Borges (1899-1986) foi agraciado com o Prêmio Miguel de Cervantes, em 1979, na Espanha, como reconhecimento por sua vasta obra, da qual destacamos *História Universal da Infância* (1935) e *O Aleph* (1944).

que o global seria abarcativo, democratizante. Mas na prática atual, ao contrário do que se podia sonhar, reduz ainda mais o escopo das trocas, abastarda as comparações e aprofunda a visão pragmática, na medida em que convoca todas as forças a buscar um único caminho. Já o universal, que é independente de realizações práticas imediatas, é encontrado na busca de uma generalidade significativa e representa não apenas as quantidades do mundo, mas as qualidades e valores. Por isso é abrangente de tudo e de todos, a despeito de hierarquias.

Quando o parâmetro é a universalidade, o pensamento começa e termina com o pensamento filosófico; quando, porém, trata-se de internacionalidade, internacionalismo ou globalismo, a centralidade vai à economia. O internacional e a modernidade sempre estiveram na raiz da nossa busca intelectual, ambos significando a Europa e, mais recentemente, também os Estados Unidos. Mas era um internacional que se queria mundo e, pela força da economia, da política e das armas, oferecia-se equivocadamente como mundo, no processo de pensar o planeta, o continente e o país. O próprio ensino da filosofia, além de um passeio superficial sobre diversos continentes, apenas se aprofundava nos pensadores e nas idéias oriundas daquelas áreas geográficas constitutivas do que admitíamos como internacional, deixando para trás tudo o mais, considerando como irrelevante.

Esse caminhar acarretou pelo menos dois problemas. O primeiro, a partir da nossa construção via colonização, levava a limitar o pensamento na órbita de uma história que já havia sido feita por outros, como se a história nova fosse mera repetição ou herança obrigatória do passado alheio. O segundo problema vem de fato da mesma colonização, atribuindo ao ensino das idéias um certo caráter instrumental, na medida em que outras formas de pensar eram excluídas. No fundo, essa atitude acaba por produzir, perto ou longe, direta ou indiretamente, uma certa legitimação à instrumentalidade da economia na produção do pensamento social.

As conseqüências dessa visão distorcida do mundo são, na realidade, devastadoras para as ciências humanas, na medida em que adotem pontos de partida redutores e, neutralizando o

ímpeto da crítica e aceitando raciocínios estabelecidos em função de outras realidades, conduzam a fornecer exegeses e exemplos resignados. Quando o parâmetro é a universalidade (como dissemos), as idéias começam e terminam com um pensamento filosófico, que pode ser procurado e encontrado, não importa onde estejamos.

Tal atitude tem reflexos sobre a conformação do gosto e das escolhas, conduzindo, de forma talvez imperceptível, a reproduzir, com exemplos novos, formulações alheias, aceitas como se fossem universais.

Os mencionados desvios são limitadores na elaboração dos pensamentos brasileiro e latino-americano e em nossa própria visão de nós mesmos e do continente. É como se todos quiséssemos ser europeus e agora um pouco mais, porque também queremos ser norte-americanos. Até mesmo a elegância no dizer é copiada.

Quem é levado a uma atividade intelectual verdadeiramente transnacional (não nos referimos à rotina de congressos pré-concluídos nem às coletâneas de textos encomendados sob medida) descobre, de modo esporádico ou sistêmico, que um grande número de formulações genuínas, provindas de uma interpretação universal de situações específicas – continentais, nacionais, locais –, acaba por ser avaliada em função de outras formulações, igualmente emanadas de situações específicas, ditas internacionais e tornadas cânones pelo simples efeito de autoridade. É como se o trabalho acadêmico devesse constituir uma permanente adjetivação, geralmente diminutiva ou depreciativa, do que na realidade é substantivo. Isso, aliás, é válido para todo tipo de trabalho intelectual, não apenas o acadêmico.

A questão central que nos ocorre, sobre a nossa interpretação de nós próprios, nesses chamados 500 anos de Brasil, é a seguinte: é possível opor uma história do Brasil a uma história europeia do Brasil, um pensamento brasileiro em lugar de um pensamento europeu ou norte-americano do Brasil, ainda que conduzido aqui pelos bravos *brazilianists* brasileiros?

Não se trata de inventar de novo a roda, mas de dizer como a fazemos funcionar em nosso canto do mundo; reconhe-

cê-lo será um enriquecimento para o mundo da roda e um passo a mais no conhecimento de nós mesmos.

Ser internacional não é ser universal, e para ser universal não é necessário situar-se nos centros do mundo. Inclusive pode-se ser universal ficando confinado à sua própria língua, isto é, sem ser traduzido. Não se trata de dar as costas à realidade do mundo, mas de pensá-la a partir do que somos, enriquecendo-a universalmente com as nossas idéias; e aceitando ser, desse modo, submetidos a uma crítica universalista e não propriamente européia ou norte-americana.

2/5/1999

A VONTADE DE ABRANGÊNCIA

Qual o papel do intelectual nessa encruzilhada turbulenta da história? Pode ele contribuir, pela reflexão, ao aperfeiçoamento da vida democrática e das instituições? Cabe fazer tais perguntas no Brasil deste fim de século, onde, aparentemente, homens de estudo se instalaram no poder?

O antigo debate sobre o papel social dos intelectuais, mais vivo em países como a França, mais débil noutros como os Estados Unidos, onde a filosofia dominante do pragmatismo constitui por si mesma uma dificuldade, merece ganhar nova força com a emergência do fenómeno da globalização. Diante do papel político das empresas e do mercado global, frequentemente mais ativos que os Estados e os partidos na formação da opinião, as massas atônitas reclamam explicações mais consistentes. Estarão os intelectuais preparados e dispostos ao enfrentamento dessa tarefa?

A questão essencial é que a centralidade do trabalho dito intelectual tem, hoje, como eixo a técnica e o mercado, ambos planetários, pois constituem os esteios centrais da própria globalização. Enquanto a velha oposição entre trabalho manual e trabalho intelectual se torna insuficiente, a tecnociência acaba por obter um comando excessivo nas tarefas de elaboração das idéias. Pede-se, agora, aos homens do saber a elaboração das soluções mercantis e o respectivo discurso, a ser utilizado pelos governos e empresas. Não é essa a cantilena dos Ministérios da Educação e da Ciência?

Desse modo, levantam-se graves riscos às atividades de pensar, graças, sobretudo, às armadilhas da instrumentalização. Esta é cada vez mais presente, crescentemente exercida pelo mercado; mas, também, pela reclamada busca de sucesso; pela

substituição do modo, isto é, a busca incessante da verdade, pela moda, com a qual a notoriedade é garantida à custa da inteireza; e até mesmo por toda sorte de ativismos, isto é, partidismos, militantismos, unilateralismos e sloganismos, caminhos de facilidade que atropelam a possibilidade de um pensamento livre.

Para completar, provisoriamente, essa lista, lembremos que a institucionalização crescente da vida universitária acaba por forjar uma teia, cada dia mais sólida e visível, em que o trabalho rasteiro é deixado a alguns assessores, que recrutam subserviências no baixo e médio clero, editando medidas ditas saneadoras da administração e das finanças, cujo resultado final é a limitação à liberdade do pensar e do dizer, enquanto, esperadamente, autoridades superiores cada vez mais comprometidas com os meios e mais descompromissadas com as finalidades da educação inundam o mercado com discursos eloqüentes, mas vazios.

Esses riscos, que já se vinham delineando havia algum tempo, agravaram-se com a globalização, momento da história que consagra o reino do efêmero e abre espaço, tornado excessivo, às demandas de um saber prático em detrimento do saber filosófico, daí a confusão cada vez maior entre ser letrado e ser intelectual. Nas condições atuais, quando, no dizer de Ramsey Clark,¹ pensamos com um revólver apontado contra nossa cabeça, o exercício das idéias genuínas pode até parecer uma inutilidade. Tudo conspira para a primazia do pensamento calculante, a começar pelas próprias dificuldades de difusão de idéias fundamentais.

Para isso, aliás, contribui uma indústria editorial cada vez mais inclinada à busca do lucro, em detrimento da qualidade das obras, e ao elogio da banalidade, com a fabricação de *best-sellers* de retorno garantido e, também, com a síndrome do *show business* que agora acompanha as atividades propriamente inte-

¹ Advogado que ocupou cargos públicos relevantes nos Estados Unidos. Autor de *Crime in America* (1970), entre outros. Em 2001, encaminhou uma carta aos membros do Conselho de Segurança da ONU e ao embaixador dos Estados Unidos naquele órgão questionando a legitimidade de seu país ter atacado o Iraque no início da década de 1990, fato que considera crime de guerra, dada a quantidade de mortes de civis resultante da ação militar comandada pelo governo de George Bush.

lectuais, ameaçando-as de prostituição desde a origem. São, também, cada vez mais freqüentes as manifestações organizadas como grandes promoções e nas quais é difícil às estrelas escapar à condição de um produto oferecido, uma marca, uma grife, cuja presença apenas legitima a ocasião. Hoje, a moda cruel no *marketing* de idéias é dar a palavra a um oponente, a pretexto de democratizar o debate, enquanto o grosso da tropa fala de outra coisa, isto é, do que realmente conta.

Nessas condições, o intelectual trabalha sobre o fio da navalha, já que aos jovens se torna difícil ser autêntico, e os intelectuais estabelecidos, freqüentemente atraídos por prementes solicitações para aparecer, estão sob a mesma ameaça.

É normal que os produtores de idéias aspirem a que o seu trabalho seja conhecido: é a forma pela qual podem, ao mesmo tempo, influenciar a evolução da sociedade e obter aquele reconhecimento indispensável à continuação da sua tarefa. O perigo é que o mundo do *marketing*, sob diferentes disfarces, e a vontade, escancarada ou secreta, de ser um intelectual “bem-sucedido” levem à confusão entre o exercício do papel de intelectual e o mero desempenho como um ator de *vaudeville*.

O intelectual público tem como ponto de partida uma vontade de abrangência, uma filosofia certamente banal, mas solidamente ancorada nos fatos e na reflexão, que permite encontrar, ao mesmo tempo, as idéias, abertas a um público maior, e as respectivas palavras: simples, precisas, inteligíveis. Daí seu papel pedagógico e, às vezes, profético. As metáforas não serão um artifício mercadológico, mas o resultado de uma pesquisa freqüentemente longa, tanto das idéias como do discurso que as exprime. Cabe, todavia, na busca das palavras justas e do discurso acessível, fugir ao escorregão nas banalidades e chavões, isto é, escapar ao panfleto. É, talvez, esse o limite à ação do intelectual público, uma fronteira de reconhecimento difícil, inclusive porque é difícil avaliar *a priori* o jogo de influências entre um autor e o seu público. Cabe, mesmo, indagar sobre o que é esse público e como ele é conduzido, a partir da própria forma de sua convocação.

As cascas de banana no caminho daqueles que se querem manter, ao mesmo tempo, intelectuais íntegros e intelectuais

públicos são numerosas, obrigando a um permanente estado de alerta para obedecer, ao mesmo tempo, ao imperativo da crítica da história e ao da sua própria autocrítica, como seu intérprete.

20/6/1999

UMA METAMORFOSE POLÍTICA

O chamado milagre econômico brasileiro foi acompanhado de muitas "explosões", dentre elas um crescimento contínuo das classes médias, primeiro nas grandes cidades e depois nas cidades menores e no campo modernizado. Como essa expansão foi acelerada, é lícito falar em explosão das classes médias, que, neste meio século, acompanha a explosão demográfica, a explosão urbana e a explosão do consumo e do crédito.

Esse conjunto de fenômenos tem relação com o aumento da produção industrial e agrícola, como também do comércio, dos transportes, das trocas de todos os tipos, das obras públicas, da administração e da necessidade de informação. Há, paralelamente, uma expansão e diversificação do emprego, ainda que uma parcela importante dos que se dirigiram às cidades não pudesse ser de assalariados formais, só encontrando trabalho no circuito inferior da economia.

Um sentimento de segurança é infundido na classe média pelos programas governamentais que lhe facilitam a aquisição da casa própria, programas de que foram os beneficiários privilegiados, enquanto os brasileiros mais pobres apenas foram incompletamente atendidos nos últimos anos do regime autoritário.

Vale realçar que no Brasil do milagre, e durante boa parte dos anos 80, a classe média se expandiu e se desenvolveu sem que houvesse verdadeira competição dentro dela quanto ao uso dos recursos que o mercado ou o Estado lhe ofereciam para a melhoria do seu poder aquisitivo e do seu bem-estar material. Daí a sua relativa coesão e a consciência de haver-se tornado um poderoso estamento. A competição é, na realidade, com os pobres, cujo acesso aos bens e serviços torna-se cada vez mais difícil, na medida em que estes se multiplicam e diversificam. A

classe média é a grande beneficiária do crescimento econômico, do modelo político e dos projetos urbanísticos adotados.

Tudo o que alimenta a classe média dá-lhe, também, um sentimento de inclusão no sistema político e econômico e um sentimento de segurança, estimulado pelas constantes medidas do poder público em seu favor. Tratava-se, na realidade, de uma moeda de troca, já que a classe média constituía uma base de apoio às ações do governo. Tal classe média, ao mesmo tempo que se diversifica profissionalmente, aumenta o seu poder aquisitivo e melhora qualitativamente, por meio das oportunidades de educação que lhe são abertas, tudo isso levando à ampliação do seu bem-estar (o que hoje se chama de qualidade de vida), conduzindo-a a acreditar na garantia de preservação das suas vantagens e perspectivas.

Forma-se, dessa maneira, uma classe média mais apegada ao consumo que à cidadania, sócia despreocupada do crescimento e do poder, com os quais se confundia. Eram essas, aliás, condições necessárias a um crescimento econômico sem democracia. Quando esta se instala incompletamente nos anos 80, guarda esses vícios de origem, sustentando um regime representativo falsificado pela ausência de partidos políticos conseqüentes. Seguindo essa lógica, as próprias esquerdas são levadas a dar mais espaço às preocupações eleitorais e menos à pedagogia propriamente política.

Tal situação tende agora a mudar, quando a classe média começa a conhecer a experiência da escassez, o que poderá levá-la a uma reinterpretação de sua situação. Nos anos recentes, primeiro de forma lenta ou esporádica e já agora de modo mais sistemático e continuado, a classe média conhece dificuldades que lhe apontam uma situação existencial bem diferente daquela que conhecera há poucos anos.

Tais dificuldades chegam num tropel: a educação dos filhos, o cuidado com a saúde, a aquisição ou o aluguel da moradia, a possibilidade de pagar pelo lazer, a falta de garantia no emprego, a deterioração dos salários e o crescente endividamento estão levando ao desconforto no presente e à insegurança quanto ao futuro, tanto o futuro remoto quanto o imediato. Tais incertezas são agravadas pelas novas perspectivas da previ-

dência social e do regime de aposentadorias, da prometida reforma dos seguros privados e da legislação do trabalho. A tudo isso se acrescentam, dentro do próprio lar, a apreensão dos filhos em relação ao seu futuro profissional e as manifestações cotidianas desse desassossego.

Já que não mais encontram os remédios que lhe eram oferecidos pelo mercado ou pelo Estado como solução aos seus problemas individuais emergentes, as classes médias ganham a percepção de que já não mandam, ou de que já não mais participam da partilha do poder. Acostumadas a atribuir aos políticos a solução dos seus problemas, proclamam, agora, seu descontentamento, distanciando-se deles. Instalam-se num desencanto mais abrangente quanto à política propriamente dita, justificado, em parte, pela visão de consumidor desabusado de que se alimentou durante décadas, agravada com a fragmentação pela mídia, sobretudo televisiva, da informação e da interpretação do processo social. Tudo isso fortalece nas classes médias a certeza de não mais influir politicamente, levando-as, não raro, a reagir negativamente, isto é, a desejar menos política e menos participação, quando a reação correta poderia e deveria ser exatamente a oposta.

É certo, pois, que a atual experiência de escassez não conduz necessariamente à desejável expansão da consciência. Quando esta se impõe, não o faz igualmente, segundo as pessoas. Visto esquematicamente, tal processo pode ter, como um primeiro degrau, a preocupação de defender situações individuais ameaçadas e que se deseja reconstituir, retomando o consumo e o conforto material como o principal motor de uma luta, que, desse modo, pode se limitar a novas manifestações de individualismo. =

É num segundo momento que tais reivindicações, fruto de reflexão mais profunda, podem alcançar um nível qualitativo superior, a partir de um entendimento mais amplo do processo social e de uma visão sistêmica de situações aparentemente isoladas, levando à decisão de participar de uma luta pela sua transformação, quando o consumidor assume o papel de cidadão.

Seja como for, as classes médias brasileiras, já não mais aduladas e feridas de morte nos seus interesses materiais e epi-

rituais, constituem, em sua condição atual, um dado novo da vida social e política. Mas seu papel não estará completo enquanto não se identificar com os clamores dos pobres, contraindo juntos para a regeneração dos partidos, inclusive os partidos do progresso.

Enquanto estes aceitarem as tentações do triunfalismo oposicionista e do oportunismo eleitoral, limitando-se às respectivas mobilizações ocasionais, estarão desgarrados do seu papel de formadores não apenas da opinião, mas da consciência cívica, sem a qual não pode haver neste país política verdadeira. As classes médias brasileiras, mais ilustradas e, também, mais despojadas, têm agora a tarefa histórica de forçar os partidos a completar, no Brasil, o trabalho, ainda não terminado, de implantação de uma democracia que não seja apenas eleitoral, mas, também, econômica, política e social.

17/10/1999

UM OLHAR DISSONANTE¹

Milton Santos – Quando foi que você formulou essa idéia de que o Brasil tem de ser repensado de forma autônoma?

Denise Stoklos – *Eu tive sorte de ter 18 anos em 1968, de estar na universidade naquela época. Nunca fui líder estudantil, nunca fui presa, torturada nem exilada por imposição. Mas convivi com colegas que tinham liderança e com os quais eu entendi que não era possível pensar o Brasil de uma forma macro, porque tudo naquela época era tão difícil, pequeno e limitado. E isso me acompanhou por todo o tempo, desde que saí da universidade e comecei minha vida teatral, vindo para São Paulo e Rio.*

Quando comecei a ser vista como uma boa atriz na juventude, o único caminho era tornar-me intérprete de novela de sucesso. Não havia possibilidade de encontrar companhias ou grupos que desenvolvessem uma linguagem própria, o medo era grande...

Era a manifestação da cultura própria dificultada pela emergência da indústria cultural...

Exatamente. Repetir a indústria cultural era o único desenvolvimento aceito, apropriado a qualquer ator, diretor ou autor que quisesse continuar aqui. Era muito insatisfatório para mim, que escrevi minha primeira peça aos 18 anos, sobre o tema da mais-valia. E não poderia escrever sobre outra coisa: aquilo era fruto da minha geração, não da minha autoria.

¹ Diálogo entre Milton Santos e a atriz Denise Stoklos, editado pelo jornalista Valmir Santos. Em meio a tantos eventos sobre a chegada dos portugueses às terras que hoje pertencem ao Brasil, o espetáculo *Vozes Dissonantes*, criado e interpretado pela atriz, caracterizou-se por uma leitura crítica da história do Brasil. A partir de passagens da obra de diversos intelectuais brasileiros, inclusive de Milton Santos, ela elaborou uma trama envolvente na qual declamava poesia, cantava e dançava expressando o virtuosismo que lhe é peculiar.

Quer dizer, era a vontade de afirmação da cultura nacional como afirmação do povo brasileiro. Talvez estes 500 anos pudessem ser úteis para isso...

Ou pelo menos para que a gente não tivesse de passar por isso tudo de novo...

É curioso. Penso que nas ciências humanas temos o mesmo problema. A diferença é que eu levei meio século para descobrir isso, e você descobriu mais rapidamente...

A maneira que interpretamos o Brasil e o mundo é empobrecida na universidade porque somos extremamente copiadores – primeiro da Europa e agora dos EUA. Não se trata de recusar o pensamento que vem de outros países, mas há uma maneira própria de ver o mundo e a si mesmo. É isso que distingue as culturas e dá nervo aos povos. Nós não chegamos a ser universais porque não somos suficientemente brasileiros. Relendo suas peças, encontrei esse ponto que nos aproxima, que é retirar do país as suas próprias forças para entender o mundo e melhorar o Brasil. Estamos atravessando uma fase de desmanche de muita coisa. Isso nos deixa preocupados e, ao mesmo tempo, nos dá força para enfrentar a tarefa.

Quando li pela primeira vez o seu livro A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção (1996), tentei captar o seu raciocínio de geógrafo e descobri verdadeiras epifanias. Por isso eu cito tanto o seu pensamento, mesmo com receio de fazer uma interpretação errada ou superficial da sua obra. O senhor proporciona ao mesmo tempo o rigor do pensamento e o convite à análise crítica.

Acho muito interessante, por exemplo, quando o senhor diz que não estamos vivendo uma época da comunicação, como se apregoa por aí, porque comunicação é emoção.

Esse aspecto mostra também a diferença entre o artista e o homem da universidade na direção da verdade. O grande artista é livre e sabe que, se não há emoção, ele não se aproxima da verdade. E o homem da universidade imagina que tem de reprimir a emoção para produzir.

As ciências humanas, brasileiras e latino-americanas, acabam não interpretando os respectivos países porque olham para a interpretação que é dada a outra história. Como está claro no seu texto “500 Anos – um Fax de Denise Stoklos para Colombo”

(1982), por exemplo, na troca do espelhinho pelo ouro. Quer dizer, a gente busca se espelhar apenas e toma isso como se fosse uma riqueza intelectual.

Seu trabalho no palco é uma cruzada. Minha impressão é que ele repercute algo que é profundo na alma brasileira e está buscando intérpretes... A cultura tem de vir com o território, com o povo, com a história se fazendo.... É um conjunto que inclui possivelmente essa preguiça intelectual, essa comodidade de pegar os espelhos e usá-los adequadamente.

E a gente raspa, assim, as palavras suas... Pega aquilo e se agarra como se fosse uma bóia no naufrágio. Quantas vezes um simples pensamento nos conduz a praias mais iluminadas...

Volto ao seu pensamento da emoção, de que o pobre, o destituído, ele se comunica por causa da emoção, por estar com a emoção... Eu não fui instruída para trabalhar com isso. Era complicado lidar com a emoção, principalmente porque vivíamos uma época difícil. As coisas neste país têm a aparência, e o significado, que é muito mais forte, fica por baixo. Só que as coisas não mudaram, mesmo com essa chamada democracia legitimada pelo voto, que não significa nada. É pior, porque traz o fantasma desse “legítimo”...

É um consumo eleitoral...

Esse distanciamento entre a emoção e a leitura do real também nos criou uma dificuldade para nos aproximarmos da nossa própria emoção. Houve essas pequenas seqüelas, mas dá para reajustar. É a emoção, afinal, que está determinando que a gente não queira desistir e se entregar ao cinismo que todos os convertidos ao neoliberalismo assumiram, de que “é assim mesmo”, “é mais um passo”, “estamos evoluindo”, “esse é o movimento global”, “as novas leis são assim mesmo”, enfim, é um cinismo absoluto. Não tem graça não ser cidadã, não ter compaixão, não ter reverência, enfim, tudo que nos é dado como único patrimônio, único no sentido de bom, de uno, não de pouco, de menos. E seu trabalho, professor, também nos pede essa emoção.

Aliás, foi uma descoberta recente. A maior parte do tempo eu era refreado. Recordo-me dos anos em que ensinei na França e nos EUA, entre as décadas de 60 e 70, e da minha volta ao Brasil, quando retomei contato com as pessoas daqui. Fui intelectual na Europa e nos EUA sem ser cidadão, era regido pela razão, pelo esquema. A descoberta dessa nova condição

[me levou a pensar sobre] essa epistemologia da existência, como estou chamando agora.

Quer dizer, o existir como condição para ver o mundo. E isso inclui, em primeiro lugar, a emoção. Porque a razão reduz a força de descobrir, porque só a emoção nos leva a ser originais. Não só a emoção, claro, mas por meio dela é mais rápido. Propor uma coisa nova na universidade é muito difícil, embora seja o lugar da proposição do novo. Essa força, digamos, de esquecer, de ser original, só a emoção permite. E ela então passa a ser um dado do pensamento, não é a razão que produz o grande pensamento. E aí é preciso caráter.

Uma reinterpretação da sociedade brasileira em movimento permite ver, digamos, uma outra coisa, um futuro mais perto. Nós fomos tratados e educados para examinar o chamado presente, não imaginando que o futuro está aí, embutido no presente. Na realidade, cada ato nosso é presente, agimos em função do futuro. A ação é presente, mas a aspiração dela é o futuro.

O educador Paulo Freire já falava disso: só tem futuro quem tem presente. Essas pessoas são mutantes. Não estou falando daqueles que queimam índios² ou dos chamados "mauricinhos", "patricinhas", que são apenas uma reprodução dos modelos que se conhece. Mas estou falando dos novos, que têm compaixão... Num país como o nosso, quem não tem compaixão está morto, literalmente.

7/3/2000

² Alusão à lamentável passagem em que jovens de classe média atearam fogo num indígena em Brasília.

DA CULTURA À INDÚSTRIA CULTURAL ✓

Neste ano 2000, muitas iniciativas podem apenas encobrir uma vontade festeira, permanecendo na superfície das questões em lugar de aprofundá-las. Como a festa faz parte da vida, pode-se até aceitar que certos temas ganhem esse tratamento. Há outros, no entanto, que exigem uma atitude mais severa – por exemplo, a cultura.

Nesse último caso, o debate tem de ir mais longe que os comentários encomiásticos ou acerbos que se fazem em torno dos espetáculos e pessoas, como se pudesse ser transformado em *show business* o capítulo destinado a uma apreciação mais sisuda da questão.

O momento parece propício para enfrentar o necessário balanço da forma como evolui, no país, a própria idéia de cultura, sobretudo neste último meio século. Esse debate deve, necessariamente, incluir, a partir das definições encontradas – múltiplas definições e não apenas uma –, a determinação das tarefas também múltiplas, que deveremos enfrentar nesta passagem de século, para ajudar a retratar a sociedade brasileira naquilo que ela tem de mais puro e mais profundo.

O conceito de cultura está intimamente ligado às expressões da autenticidade, da integridade e da liberdade. Ela é uma manifestação coletiva que reúne heranças do passado, modos de ser do presente e aspirações, isto é, o delineamento do futuro desejado. Por isso mesmo, tem de ser genuína, isto é, resultar das relações profundas dos homens com o seu meio, sendo por isso o grande cimento que defende as sociedades locais, regionais e nacionais contra as ameaças de deformação ou dissolução de que podem ser vítimas.

Deformar uma cultura é uma maneira de abrir a porta para o enraizamento de novas necessidades e a criação de novos gostos e hábitos, sub-repticiamente instalados na alma dos povos com o resultado final de corrompê-los, isto é, de fazer com que reneguem a sua autenticidade, deixando de ser eles próprios.

Ao longo dos séculos, a cultura se manifesta pelas mais diversas formas de expressão da criatividade humana, mas não apenas no que hoje chamamos "as artes" (música, pintura, escultura, teatro, cinema etc.) ou através da literatura e da poesia em todos os seus gêneros, mas também por outras formas de criação intelectual nas ciências humanas, naturais e exatas. É a esse conjunto de atividades que se deveria dar o nome de cultura.

As culturas nacionais desabrocham como reflexo do que se convencionou chamar de gênio de um povo, expresso pela língua nacional, que é também uma espécie de filtro, veículo das experiências coletivas passadas e também forma de interpretar o presente e vislumbrar o futuro. É verdade que, na sociedade babelizada que é a nossa, as contaminações de umas culturas pelas outras tornaram-se possíveis industrialmente, dando lugar a uma mais forte influência daquelas tornadas hegemônicas sobre as demais, que assim são modificadas. É por isso que toda controvérsia sobre o assunto deve ser atualizada e, para ser conseqüente, tem de ser começada e terminada com a difícil, e também escorregadia, discussão sobre a indústria cultural: o que é, como se dão seus efeitos perversos em termos de lugar e de tempo. Sem isso, o debate pode se dar hoje, mas é como se ainda estivéssemos vivendo em outro século e em outro planeta. Sem essa precaução, corremos o risco de colocar no mesmo saco as diversas manifestações ditas culturais e de avaliar com a mesma medida os seus intérpretes.

O Brasil, pelas suas condições particulares desde meados do século 20, é um dos países onde essa famosa indústria cultural deitou raízes mais fundas e, por isso mesmo, é um daqueles onde ela, já solidamente instalada e agindo em lugar da cultura nacional, vem produzindo estragos de monta. Tudo, ou quase, tornou-se objeto de manipulação bem azeitada, embora nem

sempre bem-sucedida. O Brasil sempre ofereceu, a si mesmo e ao mundo, as expressões de sua cultura profunda através do talento dos seus pintores e músicos e poetas, como de seus arquitetos e escritores, mas também dos seus homens de ciência, na medicina, nas engenharias, no direito, nas ciências sociais.

Hoje, a indústria cultural aciona estímulos e holofotes deliberadamente vesgos, e é preciso uma pesquisa acurada para descobrir que o mundo cultural não é apenas formado por produtores e atores que vendem bem no mercado. Ora, este se auto-sustenta, mantido cada vez mais artificialmente, engendrando gênios onde há medíocres (embora também haja gênios) e direcionando o trabalho criativo para direções que não são sempre as mais desejáveis. Por estar umbilicalmente ligada ao mercado, a indústria cultural tende, em nossos dias, a ser cada vez menos local, regional, nacional.

Nessas condições, é freqüente que as manifestações genuínas da cultura, aquelas que têm obrigatoriamente relação com as coisas profundas da terra, sejam deixadas de lado como rebo-talho ou devam se adaptar a um gosto duvidoso, dito cosmopolita, de forma a atender aos propósitos de lucro dos empresários culturais. Mas cosmopolitismo não é forçosamente universalismo e pode ser apenas servilidade a modelos e modas importados e rentáveis.

Nas circunstâncias atuais, não é fácil manter-se autêntico, e o chamamento é forte, a um escritor, artista ou cientista, para que se tornem funcionários de uma dessas indústrias culturais. A situação que desse modo se cria é falsa, mas atraente, porque a força de tais empresas instila nos meios de difusão, agora mais maciços e impenetráveis, mensagens publicitárias que são um convite ao triunfo da moda sobre o que é duradouro. É assim que se cria a impressão de servir a valores que, na verdade, estão sendo negados, disfarçando, através de um verdadeiro sistema bem urdido de caricaturas, uma leitura falseada do que realmente conta.

No arrastão suscitado pelo bombardeio publicitário, o que não é imediatamente mercantil fica de fora, enquanto a sociedade embevecida mistura no seu julgamento valores e autores.

Quem é gênio verdadeiro, quem é canastrão diplomado? Há quem possa ser gênio e mercadoria sem ser ao mesmo tempo gênio e canastrão, mas essa distinção não exclui a generalidade da impostura com que alhos e bugalhos se confundem.

A pedra de toque do êxito legítimo, que não se mede pelo resultado imediato ou pelo sucesso apenas mercantil, estará em saber distinguir trigo e joio, cultura autêntica e indústria cultural. Como, porém, subsistir enquanto se espera? Como assegurar aos jovens que o seu esforço receberá, um dia, o reconhecimento? Esse é um grave problema do trabalho intelectual em geral e das tarefas especificamente culturais em particular, em tempos de globalização, sobretudo nos regimes neoliberais como o nosso.

O Ministério da Cultura deveria promover uma reflexão nacional e pluralista sobre a questão. Em sua falta, as universidades públicas bem poderiam fazer jus à sua vocação e corajosamente assumir a responsabilidade da iniciativa. Não dá mais para fazer de conta que o problema não existe.

19/3/2000

O BRASIL (SEGUNDO MILTON SANTOS)

Entrevista a Cassiano Elek Machado

No início de O Brasil, o senhor escreve que Darcy Ribeiro¹ interpretou o país a partir de seu povo, Florestan Fernandes, a partir da cultura, e que Celso Furtado buscou um retrato com uma matriz econômica. Gostaria que o senhor falasse sobre a moldura que o senhor usou para seu retrato do Brasil.²

Interpretei o Brasil a partir do seu território. Ele é a personagem central dessa leitura. Quero mostrar que o território permite fazer falar a nação.

Um intelectual com ambição globalizante pretende que seu discurso seja representativo da realidade. A pretensão é igual à de Sérgio Buarque de Holanda³ e de Celso Furtado. A diferença é que o resultado é menor. Mas, assim como acontece com Celso, Buarque ou Florestan, quero que um sujeito que leia essa obra no Japão ou na Cochinchina entenda o Brasil.

¹ Darcy Ribeiro (1922-97), antropólogo brasileiro que ocupou cargos públicos como o de senador da República, escreveu obras como *Processo Civilizatório* (1968) e *O Povo Brasileiro* (1995).

² Essa entrevista foi realizada pelo jornalista Cassiano Elek Machado às vésperas do lançamento do último livro publicado em vida por Milton Santos: *O Brasil – Território e Sociedade no Início do Século XXI*. Trata-se de uma coletânea de textos, organizados em conjunto com Maria Laura Silveira, geógrafa da USP, resultantes de pesquisas baseadas em teorias do professor realizadas por vários alunos dele.

³ Sérgio Buarque de Holanda (1902-82) foi um dos maiores historiadores brasileiros do século 20. Ocupou cargos públicos como, por exemplo, a direção do Instituto Nacional do Livro, da Biblioteca Nacional e do Museu Paulista. Foi professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, atual Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da qual se demitiu em 1969 por não concordar com as reformas propostas na época e em solidariedade a colegas que tinham sido aposentados por razões ideológicas. Além disso, foi professor convidado em diversas universidades européias, destacando-se a Sorbonne, de Paris, onde foi criada uma cátedra em sua homenagem. Entre outras obras, escreveu *Raízes do Brasil* (1936) e *Visão do Paraíso* (1959).

Como o senhor definiria o conceito de território de O Brasil?

No começo da história, havia a natureza. Vem o homem, se instala e começa a agregar novas coisas. Ele produz o território, dessa forma. Pode-se definir o território a partir do Estado, como na ciência política, ou pelos acidentes geográficos, como fazia outrora a geografia. Aqui na USP, trabalhamos com a idéia de que o território é a construção da base material sobre a qual a sociedade produz sua própria história.

Quais os maiores desafios em discutir as questões territoriais em um momento em que a globalização torna os limites geográficos cada vez mais permeáveis?

Um dos grandes desafios é o da própria tradição da geografia. Durante sua vida, ela trata o território como um quadro-negro sobre o qual a sociedade reescreve sua história. A ambição desse trabalho é negar essa visão do território. Ele também é dinâmico, vivo. A sociedade incide sobre o território, e este, sobre a sociedade.

Com relação à pergunta, podemos falar daquilo que sociólogos chamam de desterritorialização, que viria da globalização. É o contrário. Nunca o território foi tão importante para a economia, para a sociedade e até para a cultura.

Qual momento específico da ocupação do território brasileiro acentuou de modo mais relevante as desigualdades sociais?

A globalização. Ela representa mudanças brutais de valores. Os processos de valorização e desvalorização eram relativamente lentos. Agora há um processo de mudança de valores que não permite que os atores da vida social se reorganizem. Até a classe média, que parecia incólume, está aí ferida de morte.

Em O Brasil, o senhor diz que a globalização agrava as diferenças regionais brasileiras. Até que ponto ela também integra?

Ela unifica, não integra. Há uma vontade de homogeneização muito forte. Unifica em benefício de um pequeno número de atores. A integração é mais possível do que era antes. As novas tecnologias são uma formidável promessa. A globalização é uma promessa realizável, e a integração será realizada.

Que mudanças mais radicais os avanços tecnológicos causam do ponto de vista geográfico?

A mais radical é a tecnicização da natureza. A substituição cada vez maior de uma ordem natural por uma ordem técnica,

com todos os seus constrangimentos, seu discurso, sua sedução. É uma produção ao mesmo tempo do real e do mitológico.

Ao longo dos séculos, as mitologias eram produzidas pelos povos. Hoje, não. Três ou quatro marqueteiros se juntam, produzem uma mitologia e [a] vendem. A cidade, por exemplo, é tida por aqui como um lugar miserável.

E o que o senhor acha disso?

As cidades não são nada disso. A cidade é o único lugar em que se pode contemplar o mundo com a esperança de produzir um futuro. Mas se criou toda uma liturgia anticidade. A cidade, porém, acaba mostrando que não existe outro caminho senão o socialismo. Para evitar que as pessoas acreditem nisso, há todo um foguetório ideológico para dizer que a cidade é uma droga. Imagine ir morar num campo. Só um louco quer morar em uma cidadezinha do interior.

Qual opinião exposta em O Brasil o senhor acredita que vai causar mais polêmica?

Gostaria que fosse a ingovernabilidade. O modo pelo qual o território é usado aponta a ingovernabilidade da nação, dos Estados e das cidades. Existe um despreparo político e intelectual para enfrentar contradições.

Quais as soluções para essa ingovernabilidade?

Creio que é preciso ampliar a produção do discurso. Depois, devem-se reequacionar as relações sociais no território.

O senhor diz: "A territorialidade humana pressupõe a preocupação com o destino". Qual deve ser o nosso destino?

Você está me lançando a presidente da República [risos]? Creio que o que está acontecendo já é a produção de um outro tipo de massa, sobretudo na cidade. Por aí a coisa vai. Contatar essa busca de sentido das massas é o caminho. Quem não for um bom *rapper* ou algo assim vai ficar na rabeira. A população quer novos intérpretes para essa questão.

E por que as interpretações amplas sobre o país, que foram relativamente comuns até os anos 50, entraram em desuso?

Acredito que a culpa é da universidade. Tanto ela quanto as instituições que financiam pesquisas querem respostas rápidas, trabalhos de curto prazo.

2/2/2001

PARTE 2
POR UMA GLOBALIZAÇÃO MAIS HUMANA

UMA TERRA TRATADA A FERRO E COBIÇA

A África é uma encruzilhada do mundo e sempre foi um terreno de batalha, em nome da cobiça, entre as grandes potências. A conquista do Novo Mundo e a necessidade de escravos levaram a lutas intermináveis entre países europeus. A crise ligada à segunda revolução industrial nos fins do século passado gerou o imperialismo e o colonialismo. Segundo a sua força relativa, as potências dividiram entre elas o território africano. O critério era, então, a possibilidade de produzir a baixo custo os alimentos e as matérias-primas vegetais necessárias ao desenvolvimento industrial europeu. Daí por que o país hegemônico, a Inglaterra, guardou para si as terras consideradas melhores, aptas à produção de cacau, café, algodão. O Império Britânico também se reservou as áreas que continham os minerais industrialmente utilizáveis na época e, sobretudo, os terrenos auríferos, em uma fase da história comercial e financeira em que o ouro era, realmente, a mercadoria capaz de comprar todas as outras. Se o Saara coube à França, foi porque não se suspeitava que cobrisse um enorme lençol petrolífero, nem mesmo o petróleo tinha o valor comercial e estratégico atual. Portugal, potência colonial de quarta ordem, ganhou, por isso mesmo, terras consideradas sem valor...

A divisão territorial assim estabelecida se manteve após as independências, como, também, se mantiveram as esferas de influência. Entretanto, a revolução dos processos produtivos, ligada ao desenvolvimento científico e técnico do pós-guerra, permitiu a valorização de produtos até então não utilizados industrialmente por ninguém. A África, repositório dessas novas matérias-primas, teve ampliado seu papel de encruzilhada do mundo de um modo dramático. À bipolarização, já que a

União Soviética se alçara à condição de supergrande, junta-se, mais tarde, a política africana da China. Por outro lado, o comércio internacional, ainda que balizado pelos governos, é cada vez mais realizado pelas firmas multinacionais. Já em 1971, o total das exportações mundiais chegava a 310 bilhões de dólares, enquanto a produção das multinacionais somava 330 bilhões. Destes, 275 bilhões correspondiam às firmas norte-americanas, cuja presença na África se expandiu, de forma acelerada, desde os anos 50.

São, todos esses, complicadores de vulto.

VOCACÃO SOCIALISTA?

A compreensão do papel mundial dos países africanos, do que eles representam nas disputas internacionais e na competição entre os grandes conglomerados, passa pelo entendimento de como, em uma mesma moldura, tomam realce elementos que jaziam em segundo plano, valorizados de forma e em função de interesses exógenos. Sem essa visão, é impossível compreender a miraculosa estabilidade de alguns chefes de Estado, superprotegidos pelas antigas potências coloniais, os golpes de Estado, preparados por essas mesmas potências para desalojar os menos dóceis, e as lutas e, mesmo, as guerras locais. É também esse quadro que permite compreender os movimentos de independência, os esforços socializantes mais antigos, como os da Tanzânia de Nyerere, ou os mais recentes e mais explícitos das equipes governantes de Angola e Moçambique. A verdade, porém, é que a vontade de constituir sistemas políticos diferentes do capitalismo domina na maior parte dos países da África atual. Isso apavora as potências ocidentais, que utilizam os imensos recursos de propaganda a seu dispor para estabelecer deliberadamente na opinião pública internacional desinformada uma confusão entre não-alinhamento e *self-reliance* (únicas maneiras que restam aos países africanos para exercer sua vontade de independência) e subordinação às potências do bloco socialista.

Compreendem-se os intuitos e mesmo as motivações da propaganda. Se a produção, levada hoje à escala mundial, se internacionalizou, sua base, porém, estreitou-se. A dependência

dos fornecedores de matérias-primas, algumas delas estratégicas, tornou-se dramática. Daí a necessidade de manter uma vigilância indormida sobre os territórios onde estão tais riquezas, não apenas para assegurar o seu fornecimento, mas para garantir um abastecimento a baixo custo. Nesse caso, o controle político se torna indispensável, ainda que pela força das armas.

Basta lembrar que cabe à África uma parte considerável das reservas de minerais fundamentais à manutenção da atual estrutura produtiva mundial: 97% do cromo, 92% dos diamantes, 71% da platina, 50% do manganês, 42% do cobalto, 33% da bauxita, 28% do urânio, 20% do vanádio, 13% do cobre em 1975, sem falar nas jazidas menos importantes de ferro, chumbo, zinco e estanho. Mas há, também, o petróleo, responsável pela guerra de Biafra, e os minerais radioativos, uma das causas de conflitos em outros países, como é o caso do Chade.

No ano de 1974, cinco países africanos (África do Sul, Namíbia, Zâmbia, Zaire e Zimbábue) eram responsáveis por 54% da produção mundial de diamantes, 18% do cobre, 16% do antimônio, 37% do cromo, 23% do manganês, 35% do vanádio e 17% do urânio. A África do Sul, sozinha, responde por respectivamente 19%, 3%, 16%, 30%, 23%, 25% e 12% da produção de cada um dos minerais acima indicados. Este último país é, na região, o grande produtor e exportador de platina e de ouro, com 57% e 47% respectivamente da produção mundial.

A questão de Moçambique e de Angola, esta última intimamente ligada à da Namíbia, tem de ser considerada nesse contexto. A própria questão do *apartheid* sul-africano, que interessa a 80% da população local e comove a África inteira, não pode ser entendida fora desse quadro. O retardo da solução do problema da Namíbia, a invasão de Angola por tropas sul-africanas, os constantes ataques ao território de Moçambique explicam-se também por preocupações hegemônicas. Apenas a título de curiosidade, vale a pena lembrar alguns números: se a União Soviética pudesse controlar a África do Sul, teria, ao mesmo tempo, o controle de 94% da produção e das reservas mundiais da platina, de 67% e 84% do cromo, de 62% e 93% do manganês.

O CONTINENTE DESCONHECIDO

É uma pena que a maior parte dos brasileiros – incluindo as camadas cultas – seja tão profundamente desinformada do que a África representa, do que ela quer ser e, mais do que isso, das condições dramáticas em que busca construir uma nova história. Tal desinformação encontra solo fértil em nosso entranhado desdém quanto aos temas africanos, atitude, aliás, necessária para ajudar a manter nossa velha aspiração de europeísmo, que agora procura se encontrar no espelho americano. Mas essa desinformação não é um fruto exclusivo de azares históricos. Há toda uma máquina montada para sonegar e distorcer informações, de modo a que o continente negro nos seja apresentado de forma caricatural, vesga, quando não infamante. O mesmo, sem dúvida, se faz no sentido oposto, mas contra a imagem latino-americana não trabalham, dentro dos países africanos, nem uma pretensão hegemônica, nem preocupações mercantis. E, sobretudo, da parte dos intelectuais engajados existe a plena consciência de que, mesmo vivendo em coexistência pacífica com os antigos e atuais dominadores, é impossível esperar deles outra coisa que, mais e mais, uma vontade de dominação. Já na América Latina – e, talvez, sobretudo no Brasil –, existe numa parcela considerável dos intelectuais uma espécie de insensibilidade em relação às questões internacionais.

A questão merece ser posta, pois, no mundo atual, as duas formas fundamentais de relações entre países são a cultural e a comercial, mediadas pelo vetor político. Tais relações não têm de ser obrigatoriamente entrecruzadas, mas podem somar-se com larga margem de independência. No caso brasileiro, teme-se que as relações mercantis venham a se sobrepor e a dominar as relações culturais, impedindo os resultados fecundos de um intercâmbio sadio e sem ofensa aos projetos nacionais respectivos. Na medida em que pelo menos uma boa parte do comércio é orientada por interesses finais não forçosamente brasileiros, uma contribuição cultural a reboque, incluindo o campo da assistência técnica, poderia ser entendida como uma espécie de linha auxiliar das visões hegemônicas dos países do centro. E isso não interessa ao Brasil, no longo e no médio prazos, nem mesmo no curto prazo.

Por outro lado, uma cooperação intelectual completamente aberta e desprovida de subentendidos não exclui a cooperação econômica e pode, mesmo, ajudar a que seja feita, em termos que ajudem a criar, no sentido Sul-Sul, os fundamentos da nova independência das nações. Não será, certamente, com uma atividade intelectual comandada ou estimulada do estrangeiro que chegaremos lá.

O nosso alheamento quanto às realidades mundiais e africanas também não nos deixa apreciar o novo papel que se abre à África na feitura da história. Aliás, as posições de certos países africanos e sua unidade dentro de um grande pluralismo deveriam constituir um exemplo para a América Latina. Esta só terá a lucrar com uma política internacional mais aberta, unicamente possível dentro de uma clara concepção de não-alinhamento. É possível, aliás, que a ela sejamos arrastados como uma imposição dos próprios fatos.

Enquanto formos apenas simpatizantes do não-alinhamento e não participantes ativos, nossas possibilidades concretas de cooperação politicamente eficaz com a nova África serão mínimas. Esta constrói uma visão coerente de um mundo reformado que supõe um sistema de princípios a nortearem sua ação. Pragmatismo e ação com finalidade são incompatíveis.

13/9/1981

POR UMA GLOBALIZAÇÃO MAIS HUMANA

A globalização é o estágio supremo da internacionalização. O processo de intercâmbio entre países, que marcou o desenvolvimento do capitalismo desde o período mercantil dos séculos 17 e 18, expande-se com a industrialização, ganha novas bases com a grande indústria, nos fins do século 19, e, agora, adquire mais intensidade, mais amplitude e novas feições. O mundo inteiro torna-se envolvido em todo tipo de troca: técnica, comercial, financeira, cultural.

Vivemos um novo período na história da humanidade. A base dessa verdadeira revolução é o progresso técnico, obtido em razão do desenvolvimento científico e baseado na importância obtida pela tecnologia, a chamada ciência da produção.

Todo o planeta é praticamente coberto por um único sistema técnico, tornado indispensável à produção e ao intercâmbio e fundamento do consumo, em suas novas formas.

Graças às novas técnicas, a informação pode se difundir instantaneamente por todo o planeta, e o conhecimento do que se passa em um lugar é possível em todos os pontos da Terra.

A produção globalizada e a informação globalizada permitem a emergência de um lucro em escala mundial, buscado pelas firmas globais que constituem o verdadeiro motor da atividade econômica.

Tudo isso é movido por uma concorrência superlativa entre os principais agentes econômicos – a competitividade.

Num mundo assim transformado, todos os lugares tendem a tornar-se globais, e o que acontece em qualquer ponto do ecúmeno (parte habitada da Terra) tem relação com o que acontece em todos os demais.

Daí a ilusão de vivermos num mundo sem fronteiras, uma aldeia global. Na realidade, as relações chamadas globais são reservadas a um pequeno número de agentes, os grandes bancos e empresas transnacionais, alguns Estados, as grandes organizações internacionais.

Infelizmente, o estágio atual da globalização está produzindo ainda mais desigualdades. E, ao contrário do que se esperava, crescem o desemprego, a pobreza, a fome, a insegurança do cotidiano, num mundo que se fragmenta e onde se ampliam as fraturas sociais.

A droga, com sua enorme difusão, constitui um dos grandes flagelos desta época.

O mundo parece, agora, girar sem destino. É a chamada globalização perversa. Ela está sendo tanto mais perversa porque as enormes possibilidades oferecidas pelas conquistas científicas e técnicas não estão sendo adequadamente usadas.

Não cabe, todavia, perder a esperança, porque os progressos técnicos obtidos neste fim de século 20, se usados de uma outra maneira, bastariam para produzir muito mais alimentos do que a população atual necessita e, aplicados à medicina, reduziriam drasticamente as doenças e a mortalidade.

Um mundo solidário produzirá muitos empregos, ampliando um intercâmbio pacífico entre os povos e eliminando a belicosidade do processo competitivo, que todos os dias reduz a mão-de-obra. É possível pensar na realização de um mundo de bem-estar, onde os homens serão mais felizes, um outro tipo de globalização.

30/11/1995

GEOGRAFIA

Nesta passagem de século, as realidades geográficas também se renovam, contribuindo paralelamente para a emergência de novos conceitos. Vamos tratar aqui, todavia, apenas de três noções: o meio técnico-científico-informacional, as redes e a cidade global.

Uma palavra relativamente abandonada do vocabulário da geografia volta agora a ter curso. Referimo-nos ao vocábulo "meio". Com os progressos no conhecimento das galáxias, a palavra "espaço" passou a ser utilizada com maior ênfase para o espaço sideral interplanetário. Também nesta fase da pós-modernidade, a mesma palavra "espaço" ganhou um uso crescentemente metafórico em diversas disciplinas.

O meio resulta de uma adaptação sucessiva da face da Terra às necessidades dos homens. Nos primórdios da história, registravam-se alterações isoladas, ao sabor das civilizações emergentes, até que [o processo de internacionalização cria em diversos lugares feições semelhantes. Agora, conhecemos uma tendência à generalização à escala do mundo dos mesmos objetos geográficos e das mesmas paisagens.]

A globalização leva à afirmação de um novo meio geográfico cuja produção é deliberada e que é tanto mais produtivo quanto maior o seu conteúdo em ciência, tecnologia e informação. Esse meio técnico-científico-informacional dá-se em muitos lugares de forma extensa e contínua (Europa, Estados Unidos, Japão, parte da América Latina), enquanto em outros (África, Ásia, parte da América Latina) apenas pode se manifestar como manchas ou pontos. Cria-se, desse modo, uma oposição entre espaços adaptados às exigências das ações econômicas, políticas

e culturais características da globalização e outras áreas não dotadas dessas virtualidades, formando o que, imaginativamente, podemos chamar de espaços luminosos e espaços opacos.

No caso do Brasil, o velho contraste entre o país costeiro e o país interior e a mais recente oposição entre centro e periferia cedem lugar a uma nova oposição entre, de um lado, esse meio técnico-científico-informacional, espaço do artifício, formado, sobretudo, pelo Sul e pelo Sudeste, e, de outro lado, o resto do território nacional.

Até recentemente, a superfície da Terra era utilizada segundo divisões criadas pela natureza ou pela história, chamadas regiões, e que, de um modo geral, constituíam a base da vida econômica, cultural e, não raro, política.

Hoje, graças ao processo das técnicas e das comunicações, a esse território das regiões superpõe-se um território das redes. Mas não se trata de um espaço virtual, como alguns pretendem. As redes são realidades concretas, formadas de pontos interligados que, praticamente, se espalham por todo o planeta, ainda que com densidade desigual, segundo os continentes e países.

Essas redes são a base da modernidade atual e a condição de realização da economia e da sociedade global. Elas constituem o veículo mediante o qual fluem as informações, que são, hoje, o motor principal dos dinamismos hegemônicos.

As redes são a condição da globalização e a quintessência do meio técnico-científico-informacional. Sua qualidade e quantidade distinguem as regiões e lugares, assegurando aos mais bem dotados uma posição relevante e deixando aos demais uma condição subordinada. São os nós dessas redes que presidem e vigiam as atividades mais características deste nosso mundo globalizado.

O processo atual de modernização leva a que todos os lugares se globalizem, graças à difusão generalizada das técnicas e da informação. Criam-se, assim, lugares globais simples e lugares globais complexos. Estes são, geralmente, as metrópoles, em que um grande número de variáveis típicas de nossa época se combinam.

Mas as metrópoles se caracterizam não apenas por esse lado moderno da sua realidade atual, mas também pelo fato de que guardam numerosos aspectos herdados de épocas anteriores, em virtude da resistência da paisagem metropolitana às mudanças gerais. É um equívoco considerar as metrópoles como se fossem inteiramente modernizadas e globalizadas. Aliás, o seu cosmopolitismo apenas é garantido pelo fato de que esses lugares complexos contêm elementos com diversas origens e idades que lhes asseguram o enriquecimento da variedade e da multiplicidade, o que inclui a possibilidade de abrigar os mais diversos tipos de capital, trabalho e cultura.

Uma classificação rigorosa levará a incluir entre as metrópoles globais apenas algumas poucas: Nova York, Los Angeles, Tóquio, Londres, Paris..., capazes de exercer um papel de comando efetivo e de regulação sobre o que se faz nas outras cidades e no resto do mundo. Podem-se incluir também nesse rol, ainda que num segundo nível, localidades como São Paulo, Cidade do México, Johannesburgo, cujo papel reitor apenas se impõe a áreas menores e mais delimitadas do planeta.

Desse modo, pode-se considerar que as cidades globais são aquelas que dispõem dos instrumentos de comando da economia e da sociedade em escala mundial, seja na condição de pólo, seja na condição de relé da influência das grandes metrópoles globais. Mas o exercício da ação hegemônica sobre a face da Terra não é um dado exclusivo das metrópoles de primeira ordem: sem as outras cidades, a economia global não se realizaria.

13/4/1997

A REVANCHE DO TERRITÓRIO

As "desordens" atuais não são pontuais nem ocasionais. Elas fazem parte de um processo estrutural em andamento, do qual o território brasileiro é um quadro e também um ator.

O território não é apenas um conjunto de formas naturais, mas um conjunto de sistemas naturais e artificiais, junto com as pessoas, as instituições e as empresas que abriga, não importa o seu poder. O território deve ser considerado em suas divisões jurídico-políticas, suas heranças históricas e seu atual conteúdo econômico, financeiro, fiscal e normativo. É desse modo que ele constitui, pelos lugares, aquele quadro da vida social onde tudo é interdependente, levando, também, à fusão entre o local, o global invasor e o nacional sem defesa (no caso do Brasil).

Ao longo da história, as nações conheciam tensões entre o externo e o interno, além de outras, próprias a todo organismo vivo. Essas tensões, resultado do comércio, das relações internacionais, das lutas de classes e das divisões do trabalho, eram registradas pelo território como um todo e pela sociedade como um todo.

O Estado funcionava como regulador. Se, dentro do aparelho estatal, havia especializações, alguns ministérios aparecendo como interlocutores do externo e outros fazendo o mesmo em relação ao interno, o núcleo do governo funcionava como árbitro, em benefício dos equilíbrios territoriais e sociais.

As tensões eram reguladas, assegurando boas relações externas e internas, sempre a partir da idéia de nação. A evolução paralela das noções de soberania e de cidadania conhecia um aperfeiçoamento paralelo. O território era ao mesmo tempo normatizado e normativo, e o equilíbrio das relações externas e internas era consequência.

A globalização constitui um choque brutal diante dessa vocação de harmonia quebrada pelas guerras. Isso é devido à primazia do econômico sobre o político, do instrumental sobre a finalidade e do dinheiro sobre o homem.

Por exemplo, o chamado "produto nacional bruto" tornou-se apenas um nome-fantasia para o que se chamaria o produto bruto global, este sendo entendido como formado pelos agregados macroeconômicos que interessam ao desenvolvimento do mercado chamado global e por uma forma de politização das estatísticas que privilegia os interesses dos bancos e das empresas globais sob a batuta do FMI *et cetera*.

Quando a globalização aparece como um dado absoluto, portanto abstrato, imposto brutalmente, mas de modo indiscriminado, às sociedades e aos territórios, instala-se uma nova forma de uso do território, impondo-lhe modificações súbitas aos conteúdos quantitativos e qualitativos e alterando todas as relações mantidas dentro de um país, já que o território é sempre unitário.

Essa desordem aumenta na medida em que os respectivos países aceitam sem restrição a tese da globalização. Neste último caso – o do Brasil –, um novo unitarismo, mais férreo e, ao mesmo tempo, mais desagregador é utilizado, não mais em defesa do território e da nação, mas para facilitar a todo custo a entrada da globalização. Trata-se de um vale-tudo, com a morte, se necessário, do sentimento e da prática da solidariedade e da própria idéia de nação. Daí as manifestações e a agravação das tensões no território brasileiro.

A cidadania funciona como um dique diante da agressividade das relações externas típicas da globalização. Como o Brasil jamais conheceu uma cidadania completa, esse papel de obstáculo é limitado. Enquanto isso, o território se torna fluido, essa fluidez sendo ampliada por todo tipo de desregulação, no interesse dos atores hegemônicos globais. E o Estado, que já foi regulador das crises entre o externo e o interno, passou a ser um regulador do externo, um protetor do externo.

O Ministério da Fazenda, por exemplo, parece ter se tornado garante dos compromissos globais e das subordinações das relações internas às externas. O próprio Itamaraty, às vezes, dá a impressão de haver embarcado na mesma canoa.

O território, mais unitário e mais fluido, pode comprometer a união, se o progresso material for subordinado aos interesses de atores sem compromisso com a sociedade nacional. Os vasos comunicantes criados com o progresso dos transportes e das comunicações são instrumentais à violência da moeda e da informação, multiplicando os efeitos da competitividade, que se instala com agressividade generalizada.

A competitividade dos nossos tempos, além do seu papel na produção da corrupção, provoca a ingovernabilidade por baixo (municípios e Estados) e a ingovernabilidade por cima (abandono dos interesses essenciais da sociedade).

As tensões agora reveladas pelo território resultam de um conjunto de forças estruturais agindo nos lugares. Daí a desordem geral que se instala, como uma vingança do território contra a perversidade do seu uso.

3/8/1997

GUERRA DOS LUGARES

Cada época tem as suas verdades e cria os seus mitos. A época atual é, por definição, mitológica e dificulta o encontro da verdade.

O imperativo da exportação, sugerido a todos os países como uma espécie de solução salvadora, é uma verdade ou apenas um mito? Afirma-se, com muita força, que os países que não exportam não têm presente nem futuro, sem explicar cabalmente por quê. A doutrina é tão forte que, embora isso não seja sempre reconhecido, chega-se ao paroxismo de agir como se o próprio território devesse também ser exportado.

Começemos pela definição de território, na verdade uma redefinição. Consideremos o território como o conjunto de sistemas naturais mais os acréscimos históricos materiais impostos pelo homem. Ele seria formado pelo conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial, e mais o seu uso, ou, em outras palavras, a base técnica e mais as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e de política. Os acréscimos são destinados a permitir, em cada época, uma nova modernização, que é sempre seletiva. Vejam-se os exemplos das ferrovias na segunda metade do século 19 e das infovias hoje.

A partir da constituição do Estado moderno, tudo isso era considerado como base da soberania nacional e da competição entre nações. O exemplo mais eloquente é o de Colbert, ministro de Luís XIV, engenheiro, geógrafo, economista, estrategista e estadista, preocupado com o traçado das estradas e canais na velha França, base, ao mesmo tempo, do crescimento do país e da sua competição com os vizinhos e com a Inglaterra. O território, assim visto, constituía um dado essencial da regulação econômica e política, já que do seu manejo dependiam os volu-

mes e os fluxos, os custos e os preços, a distribuição e o comércio em uma palavra, a vida das empresas e o bem-estar das populações. Era por meio desses instrumentos incorporados ao território que o país criava sua unidade e funcionava como uma região do Estado. *Regio* tanto significa "região" quanto "reger", "governar". Com a globalização, o território fica ainda mais importante, ainda que uma propaganda insidiosa teime em declarar que as fronteiras entre Estados já não funcionam e que tudo, ou quase, se desterritorializa. Na verdade, se o mundo tornou possível, com as técnicas contemporâneas, multiplicar a produtividade, somente o fez porque os lugares, conhecidos em sua realidade material e política, distinguem-se exatamente pela diferente capacidade de oferecer às empresas uma produtividade maior ou menor. É como se o chão, por meio das técnicas e das decisões políticas que incorpora, constituísse um verdadeiro depósito de fluxos de mais-valia, transferindo valor às firmas nele sediadas. A produtividade e a competitividade deixam de ser definidas devido apenas à estrutura interna de cada corporação e passam, também, a ser um atributo dos lugares. E cada lugar entra na contabilidade das empresas com diferente valor. A guerra fiscal é, na verdade, uma guerra global entre lugares.

Por isso, as maiores empresas elegem, em cada país, os pontos de seu interesse, exigindo, para que funcionem ainda melhor, o equipamento local e regional adequado e o aperfeiçoamento de suas ligações mediante elos materiais e informacionais modernos. Isso quanto às condições técnicas. Mas é também necessário uma adaptação política, mediante a adoção de normas e aportes financeiros, fiscais, trabalhistas etc. É a partir dessas alavancas que os lugares lutam entre si para atrair novos empreendimentos, os quais, entretanto, obedecem a lógicas globais que impõem aos lugares e países uma nova medida do valor, planetária e implacável. Tal uso preferencial do território por empresas globais acaba desvalorizando não apenas as áreas que ficam de fora do processo, mas também as demais empresas, excluídas das mesmas preferências.

Como as situações se alteram rápida, repetida e inesperadamente, o território, sobretudo nas áreas mais afetadas pela

modernidade globalizadora, torna-se instável, nervoso e, também, ingovernável. As crises territoriais revelam, brutalmente, as crises – nem sempre imediatamente percebidas – da economia, da sociedade e da política. O caso brasileiro ilustra de forma explícita essa entrega ao privado da regulação dos usos do território, sobretudo naquelas suas fatias, pontos e articulações essenciais. A privatização extrovertida das vias e meios de transporte e de comunicação agrava o conjunto de crises.

Importam-se empresas e exportam-se lugares. Impõe-se de fora do país o que deve ser a produção, a circulação e a distribuição dentro do país, anarquizando a divisão interna do trabalho com o reforço de uma divisão internacional do trabalho que determina como e o que produzir e exportar, de modo a manter desigualmente repartidos, na escala planetária, a produção, o emprego, a mais-valia, o poder econômico e político. Escolhem-se, também, pela mesma via, os lugares que devem ser objeto de ocupação privilegiada e de valorização, isto é, de exportação.

Não é simples metáfora dizer, a partir desse raciocínio, que está havendo uma entrega acelerada do território, já que o modelo econômico consagrado recusa ao país as ferramentas da sua regulação, pondo-as em mãos outras (geralmente estrangeiras), cujos projetos e objetivos podem ser inteiramente estranhos ou adversos ao interesse nacional. É desse modo que áreas inteiras permanecem nominalmente no território, fazendo parte do mapa do país, mas são retiradas do controle soberano da nação.

8/8/1999

A NORMALIDADE DA CRISE

A história do capitalismo pode ser dividida em períodos, pedaços de tempo marcados por uma certa coerência entre as suas variáveis significativas, que evoluem diferentemente, mas dentro de um sistema. Um período sucede a outro, mas não podemos esquecer que os períodos são, também, anteceditos e sucedidos por crises, isto é, momentos em que a ordem estabelecida entre as variáveis, mediante uma organização, é comprometida. Torna-se impossível harmonizá-las quando uma dessas variáveis ganha expressão maior e introduz um princípio de desordem.

Essa foi a evolução comum a toda a história do capitalismo, até recentemente. O período atual escapa a essa característica porque ele é, ao mesmo tempo, um período e uma crise, isto é, a presente fração do tempo histórico constitui uma verdadeira superposição entre período e crise, revelando características de ambas essas situações.

Como período e como crise, a época atual mostra-se, aliás, como coisa nova. Como período, as suas variáveis características instalam-se em toda parte e tudo influenciam, direta ou indiretamente. Daí a denominação de globalização. Como crise, as mesmas variáveis construtoras do sistema estão continuamente chocando-se e exigindo novas definições e novos arranjos. Trata-se, porém, de uma crise persistente dentro de um período com características duradouras, mesmo se novos contornos aparecem.

Este período e esta crise são diferentes daqueles do passado, porque os dados motores e os respectivos suportes, que constituem fatores de mudança, não se instalam gradativamente como antes, nem tampouco são o privilégio de alguns continentes e países, como outrora. Tais fatores dão-se conco-

mitantemente e se realizam com muita força em toda parte.

Defrontamo-nos, agora, com uma subdivisão extrema do tempo empírico, cuja documentação tornou-se possível por meio das técnicas contemporâneas. O computador é o instrumento de medida e, ao mesmo tempo, o controlador do uso do tempo. Essa multiplicação do tempo é, na verdade, potencial, porque, de fato, cada ator – pessoa, empresa, instituição, lugar – utiliza diferentemente tais possibilidades e realiza diferentemente a velocidade do mundo. Por outro lado, e graças sobretudo aos progressos das técnicas da informática, os fatores hegemônicos de mudança contagiam os demais, ainda que a presteza e o alcance desse contágio sejam diferentes segundo as empresas, os grupos sociais, as pessoas, os lugares. Por meio do dinheiro, o contágio das lógicas redutoras, típicas do processo de globalização, leva a toda parte um nexo contábil que avassala tudo. Os fatores de mudança acima enumerados são, pela mão dos atores hegemônicos, incontroláveis, cegos, egoisticamente contraditórios.

O processo da crise é permanente, o que temos são crises sucessivas. Na verdade, trata-se de uma crise global, cuja evidência se faz tanto por meio de fenômenos globais como de manifestações particulares, neste ou naquele país, neste ou naquele momento, mas para produzir o novo estágio de crise. Nada é duradouro.

Então, neste período histórico, a crise é estrutural. Por isso, quando se buscam soluções, o resultado é a geração de mais crise. O que é considerado como solução parte do exclusivo interesse dos atores hegemônicos, tendendo a participar de sua própria natureza e de suas próprias características.

Tirania do dinheiro e tirania da informação são os pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado. Sem o controle dos espíritos, seria impossível a regulação pelas finanças. Daí o papel avassalador do sistema financeiro e a permissividade do comportamento dos atores hegemônicos, que agem sem contrapartida, levando ao aprofundamento da situação, isto é, da crise.

A associação entre a tirania do dinheiro e a tirania da informação conduz, desse modo, à aceleração dos processos hege-

mônios, legitimados pelo “pensamento único”, enquanto os demais processos acabam por ser deglutidos ou se adaptam passiva ou ativamente, tornando-se hegemônicos. Em outras palavras, os processos não hegemônicos tendem ou a desaparecer fisicamente, ou a permanecer, mas de forma subordinada, exceto em algumas áreas da vida social e em certas frações do território onde podem manter-se relativamente autônomos, isto é, capazes de uma reprodução própria. Mas tal situação é sempre precária, seja porque os resultados localmente obtidos são menores, seja porque os respectivos agentes são permanentemente ameaçados pela concorrência das atividades mais poderosas.

No período histórico atual, o estrutural (dito dinâmico) é, também, crítico. Isso se deve, entre outras razões, ao fato de que a era presente se caracteriza pelo uso extremado de técnicas e de normas. O uso extremado das técnicas e a proeminência do pensamento técnico conduzem à necessidade obsessiva de normas. Essa pletora normativa é indispensável à eficácia da ação. Como, porém, as atividades hegemônicas tendem a uma centralização, consecutiva à concentração da economia, aumenta a flexibilidade dos comportamentos, acarretando um mal-estar no corpo social.

A isso se acrescenta o fato de que, graças ao casamento entre as técnicas normativas e a normalização técnica e política da ação correspondente, a própria política acaba por instalar-se em todos os interstícios do corpo social, seja como necessidade para o exercício das ações dominantes, seja como reação a essas mesmas ações. Mas não é propriamente de política que se trata, mas de simples acúmulo de normatizações particularistas, conduzidas por atores privados que ignoram o interesse social ou que o tratam de modo residual. É outra a razão por que a situação normal é de crise, ainda que os famosos equilíbrios macroeconômicos se instalem.

O mesmo sistema ideológico que justifica o processo de globalização, ajudando a considerá-lo como o único caminho histórico, acaba, também, por impor uma certa visão da crise e a aceitação dos remédios sugeridos. Em virtude disso, todos os países, lugares e pessoas passam a se comportar, isto é, a organizar sua ação, como se tal “crise” fosse a mesma para todos e

como se a receita para afastá-la devesse ser geralmente a mesma. Mas a única crise que se deseja afastar é a crise financeira, não qualquer outra. Aí está, na verdade, uma causa para maior aprofundamento da crise real – econômica, social, política, moral – que caracteriza o nosso tempo.

26/9/1999

NAÇÃO ATIVA, NAÇÃO PASSIVA

A globalização atual e as formas brutais que adotou para impor mudanças levam à urgente necessidade de rever o que fazer com as coisas, as idéias e também com as palavras. Qualquer que seja o debate, hoje, reclama a explicitação clara e coerente dos seus termos, sem o que se pode facilmente cair no vazio ou na ambigüidade.

É o caso do próprio debate nacional, exigente de novas definições e vocabulário renovado. Como sempre, o país deve ser visto como uma situação estrutural em movimento, na qual cada elemento está intimamente relacionado com os demais. Agora, porém, no mundo da globalização, o reconhecimento dessa estrutura é difícil, do mesmo modo que a visualização de um projeto nacional pode se tornar obscura. Talvez por isso os projetos das grandes empresas, impostos pela tirania das finanças e trombeteados pela mídia, acabem, de um jeito ou de outro, guiando a evolução dos países, em acordo ou não com as instâncias públicas, freqüentemente dóceis e subservientes, deixando de lado o desenho de uma geopolítica própria a cada nação, que leve em conta suas características e interesses.

Assim, as noções de destino nacional e de projeto nacional cedem freqüentemente a frente da cena a preocupações menores, pragmáticas, imediatistas, inclusive porque, pelas razões já expostas, os partidos políticos nacionais raramente apresentam plataformas conduzidas por objetivos políticos e sociais claros que expressem visões de conjunto. A idéia de história, sentido, destino é amesquinhada em nome da obtenção de metas estatísticas, cuja única preocupação é o conformismo diante das determinações do processo atual de globalização. Daí a produção sem contrapartida de desequilíbrios e distorções estruturais,

acarretando mais fragmentação e desigualdade, tanto mais graves quanto mais abertos e obedientes se mostrem os países.

Tomemos o caso do Brasil. É mais que uma simples metáfora pensar que uma das formas de abordagem da questão seria considerar, dentro da nação, a existência, na realidade, de duas nações. Uma nação passiva e uma nação ativa. A grande ironia vem do fato de que, as contabilidades nacionais sendo globalizadas – e globalizantes! –, o que se passa a considerar como nação ativa é aquela que obedece cegamente ao desígnio globalitário, enquanto o resto acaba por constituir, desse ponto de vista, a nação passiva. A fazer valer tais postulados, a nação ativa seria a daqueles que aceitam, pregam e conduzem uma modernização que dá preeminência aos ajustes que interessam ao dinheiro, enquanto a nação passiva seria formada por tudo o mais.

Serão mesmo adequadas essas expressões? Ou aquilo que, desse modo, se está chamando de nação ativa seria, na realidade, a nação passiva, enquanto a nação chamada passiva seria, de fato, a nação ativa?

A chamada nação ativa, isto é, aquela que comparece eficazmente na contabilidade nacional e na contabilidade internacional, tem o seu modelo conduzido pelas burguesias internacionais e pelas burguesias nacionais associadas. É verdade, também, que o seu discurso globalizado, para ter eficácia local, necessita de um sotaque doméstico e por isso estimula um pensamento nacional associado, produzido por mentes cativas, subvencionadas ou não.

A nação chamada ativa alimenta a sua ação com a prevalência de um sistema ideológico que define as idéias de prosperidade e de riqueza e, paralelamente, a produção da conformidade. A “nação ativa” aparece como fluida, veloz, externamente articulada, internamente desarticuladora, entrópica. Será ela dinâmica? Como essa idéia é muito difundida, cabe lembrar que velocidade não é dinamismo. Esse movimento não é próprio, mas atribuído, tomado emprestado a um motor externo; ele não é genuíno, não tem finalidade, é desprovido de teleologia. Trata-se de uma agitação cega, um projeto equivocado, um dinamismo do diabo.

A nação chamada passiva é constituída pela grossa maior parte da população e da economia, aqueles que apenas participam de modo residual do mercado global ou cujas atividades conseguem sobreviver à sua margem, sem participar cabalmente da contabilidade pública ou das estatísticas oficiais. O pensamento que define e compreende os seus atores é o do intelectual público engajado na defesa dos interesses da maioria.

As atividades dessa nação passiva são freqüentemente marcadas pela contradição entre a exigência prática da conformidade, isto é, a necessidade de participar direta ou indiretamente da racionalidade dominante, e a insatisfação e o inconformismo dos atores diante de resultados sempre limitados. Daí o encontro cotidiano de uma situação de inferiorização, tornada permanente, o que reforça em seus participantes a noção de escassez e convoca a uma reinterpretação da própria situação individual diante do lugar, do país e do mundo.

A "nação passiva" é estatisticamente lenta, colada às rugosidades do seu entorno, localmente enraizada e orgânica. É também a nação que mantém relações de simbiose com o entorno imediato, relações cotidianas que criam, espontaneamente e na contracorrente, uma cultura própria, endógena, resistente, que também constitui um alicerce, uma base sólida para a produção de uma política. Essa nação passiva mora ali onde vive e evolui, enquanto a outra apenas circula, utilizando os lugares como mais um recurso a seu serviço, mas sem outro compromisso.

Num primeiro momento, desarticulada pela "nação ativa", a "nação passiva" não pode alcançar um projeto conjunto. Aliás, o império dos interesses imediatos que se manifestam no exercício pragmático da vida contribui, sem dúvida, para tal desarticulação. Mas, num segundo momento, a tomada de consciência trazida pelo seu enraizamento no meio e, sobretudo, pela sua experiência da escassez torna possível a produção de um projeto, cuja viabilidade provém do fato de que a nação chamada passiva é formada pela maior parte da população, além de ser dotada de um dinamismo próprio, autêntico, fundado em sua própria existência – daí sua veracidade e riqueza.

Podemos desse modo admitir que aquilo que, mediante o jogo de espelhos da globalização, ainda se chama de nação ativa é, na verdade, a nação passiva, enquanto o que, pelos mesmos parâmetros, é considerado como a nação passiva constitui, já no presente, mas sobretudo na ótica do futuro, a verdadeira nação ativa. Sua emergência será tanto mais viável, rápida e eficaz se se reconhecerem e revelarem a confluência dos modos de existência e de trabalho dos respectivos atores e a profunda unidade do seu destino.

Aqui, o papel dos intelectuais será, talvez, muito mais do que promover um simples combate às formas de ser da "nação ativa" – tarefa importante, mas insuficiente, nas atuais circunstâncias –, devendo empenhar-se por mostrar, analiticamente, dentro do todo nacional, a vida sistêmica da nação passiva e suas manifestações de resistência a uma conquista indiscriminada e totalitária do espaço social pela chamada nação ativa.

Tal visão renovada da realidade contraditória de cada fração do território deve ser oferecida à reflexão da sociedade em geral, tanto à sociedade organizada nas associações, sindicatos, igrejas, partidos etc., como também à sociedade desorganizada, que encontrará nessa nova interpretação os elementos necessários para a postulação e o exercício de uma outra política, mais condizente com a busca do interesse social.

21/11/1999

REVELAÇÕES DO TERRITÓRIO GLOBALIZADO

Hoje, em Florianópolis, instala-se o 12º Encontro Nacional de Geógrafos.¹ O programa da reunião prevê a realização de intensos debates sobre o futuro da disciplina, na universidade e na sociedade brasileiras. Também está previsto o lançamento de um manifesto, por um grupo de geógrafos da Universidade de São Paulo, acerca do papel ativo da geografia, isto é, "a possibilidade de uma intervenção válida dos geógrafos no processo de transformação da sociedade e a sua relação com a maneira pela qual a disciplina e o seu objeto são conceituados". A intenção dos seus autores é provocar uma discussão que se prolongue no tempo, alcance todas as escolas e instituições de pesquisas e influencie na reformulação dos currículos, alguns dos quais estão sabidamente inadequados.

Em 1978, no encontro realizado na cidade de Fortaleza, um grande movimento lançou as bases de uma notável renovação da disciplina, ao mesmo tempo que se buscava uma saída para o impasse com o qual a subordinação aos interesses do regime militar e a grande dependência do modelo quantitativista haviam limitado o desenvolvimento da geografia como um campo do saber social. Já agora é possível, sobretudo por intermédio das teses e dissertações defendidas nos diferentes programas de pós-graduação, mas também no exercício do ensino, verificar os progressos obtidos.

¹ A Associação dos Geógrafos Brasileiros realiza a cada dois anos um evento no qual são debatidas teorias e análises empíricas produzidas pela comunidade geográfica. Nessas ocasiões, busca-se avaliar a produção acadêmica, mas também tratar de temas políticos que afligem o país e o mundo. No evento citado pelo autor, cerca de 2 mil inscritos, entre estudantes e profissionais, tiveram contato com um manifesto divulgado por Milton Santos e seus alunos, no qual reafirmam a necessidade de entender o período técnico-científico, como Milton definia nossos tempos, à luz de estudos sobre o território.

É verdade que uma certa morosidade em nossa vida acadêmica, acarretando uma menor densidade no debate de problemas substantivos, tem o papel de frear o movimento renovador. Herdeira de uma tradição tenaz, a geografia continua querendo ser uma, mas ainda se exerce mais frequentemente de forma bifurcada, mesmo se os exageros de uma certa sociologização barata ou de um ecologismo bisonho, utilizando caminhos fáceis, buscam, favorecidos pela moda, impor-se como modelo, ainda que cientificamente ineficaz. O saldo geral é, todavia, positivo, pois nesses 20 e poucos anos tanto a geografia chamada humana quanto a geografia chamada física instalaram-se definitivamente como ciência social.

É possível que a disciplina da descrição e da explicação das relações entre a humanidade e o planeta esteja conhecendo, na passagem do século, o mesmo conjunto de circunstâncias favoráveis que, mais de cem anos atrás, iria justificar a emergência da psicologia. Todos, então, reconheciam a distinção substantiva entre o corpo e a mente, apesar da profunda imbricação entre os dois. Mas, no início, ia-se pouco além dessa constatação.

Foram as novas circunstâncias históricas e o próprio desenvolvimento da vida interpessoal que impuseram uma visão menos simplista e mais autônoma do que viria a ser o objeto da nova disciplina, tornada fundamental para explicar, de forma menos empírica e aleatória, os sentimentos, as volições, os impulsos, a orientação do acontecer pessoal como dados importantes das ações dos homens, individualmente uns sobre os outros e sobre a sociedade como um todo.

Agora, quando a constituição do território é um dado essencial na produção da história, nesta era da globalização, também não basta proclamar que o espaço geográfico existe como um dado inseparável do resto da vida social. Lugares e regiões tornam-se tão fundamentais para explicar a produção, o comércio, a política, que se tornou impossível deixar de reconhecer o seu papel na elaboração do destino dos países e do mundo. O espaço geográfico torna-se algo dotado de grande autonomia no processo histórico, e é exatamente esse fato – essa maturidade histórica – que leva a uma reafirmação da geografia no rol dos saberes.

Assim, não basta descrever como são o mundo, o país, os lugares, e impõe-se ir mais longe, detalhar suas interinfluências recíprocas com a sociedade, seu papel essencial sobre a vida do indivíduo e do corpo social, tarefas que exigem uma revisão aprofundada dos fundamentos e dos métodos da geografia.

A geografia brasileira foi, certamente, a primeira a se aperceber da relação entre essa grande mudança histórica – a globalização – e a necessidade profunda de se atribuírem novos fundamentos filosóficos e epistemológicos. Dessa forma é que, entre nós, nos dois últimos decênios, a disciplina, antes limitada às escolas e, às vezes, a certas áreas do governo, ganha ao mesmo tempo um público mais amplo que os seus limites disciplinares e obtém uma relevância política que a estabelece como intérprete autorizada da realidade nacional.

Foi, para isso, necessário ultrapassar algumas barreiras metodológicas mantidas durante praticamente todo o século nos países que, fundadores do campo de estudo, se constituíam até então nos principais exportadores das idéias mestras e da metodologia a utilizar.

Não é preciso dizer que esse processo é o mesmo que, apesar de bolsões persistentes de resistência, vai permitir a constituição de uma geografia brasileira autônoma no fim do século 20. Duas idéias-força são basilares na produção dessa evolução. De um modo geral, a geografia, tanto quanto o direito internacional e a ciência política, costumava trabalhar com uma noção de território como se ele fosse uma forma vazia, uma espécie de receptáculo, mesmo ao considerar o papel da população e seus movimentos, da produção e suas etapas e da lei.

Cuida-se agora de reconhecer a inseparabilidade estrutural, funcional e processual entre sociedade e espaço geográfico, no presente como no passado e no futuro. Desse modo, o território é visto como um palco, mas também como um figurante, sociedade e território sendo simultaneamente ator e objeto da ação. Só desse modo a geografia pode alcançar um enfoque totalizador que autorize uma intervenção política interessando à maior parte da população.

O território, tomado como um todo dinâmico, é, hoje, o principal revelador dos grandes problemas nacionais, já que ele

permite uma visão não-fragmentada e unificada dos diversos processos sociais, econômicos e políticos. Por exemplo, governantes talvez bem-intencionados, mas simplistas, continuam batendo na tecla já gasta da guerra fiscal, quando a questão é estrutural e substantiva, ligada ao modelo de país que continuamos abraçando. Não é à toa que as grandes empresas (incluindo os bancos) governam mais a vida e o destino das pessoas e coletividades lá onde moram e trabalham do que mesmo os governos eleitoralmente constituídos. Mas políticos e administradores de todos os partidos ainda crêem que, mudando as regras de um jogo equivocado, vão suprimir essa famosa “guerra fiscal”, quando o verdadeiro problema é a crise da nação, mostrada pela estrutura e pelo funcionamento do território.

16/7/2000

A AMÉRICA LATINA NÃO TEVE UMA REAL REDEMOCRATIZAÇÃO

Entrevista a Marcelo Bicalho Behar

Chávez¹ representa um modelo do futuro político da América Latina?

Não o modelo de Chávez, mas sim o modelo populista. O fato de ele aparecer como um populista não é uma novidade e é algo que tende a se reproduzir em toda a América Latina, na medida em que a globalização acelera a produção de problemas sociais, aumenta as desigualdades e retira do Estado a possibilidade de resolver os problemas mais centrais de sua sociedade.

Chávez tem de ser visto neste quadro: das novas condições produzidas pela globalização em um continente problemático do ponto de vista social. Podemos dar a ele o crédito do desejo de uma melhoria das condições sociais. A globalização é um obstáculo para que essas condições melhorem, e as políticas neoliberais somente agravam o problema.

O senhor considera que Chávez aparece em um contexto político de esquerda?

Eu não ousaria catalogar isso como algo de "esquerda" ou de "direita", mas sim como uma vontade de assistir a população em seus problemas centrais, que se opõe àquilo que estamos vendo em outros países: essa vontade de deixar a sociedade resolver sozinha seus graves problemas, como ocorre de forma clara no Brasil.

Trabalhei na Venezuela algum tempo. O que a distinguia de outros países da América Latina era, de um lado, a criação de uma classe média urbana bastante larga, ciosa de seus privilé-

¹ Hugo Chávez, presidente da Venezuela, promoveu reformas contrárias ao modelo neoliberal implementado em quase toda a América Latina, alterando a Constituição do país após sua vitória expressiva nas urnas. Antes disso, tentou chegar ao poder liderando um fracassado golpe de Estado. Entrevista concedida por ocasião da vitória de Hugo Chávez.

gios, que viu esses privilégios minguaem. De outro lado, uma população pobre, que era contida por uma outra forma de populismo, que não resistiu à globalização porque a obediência ao credo neoliberal traz consigo um arrocho que impede um governo social.

Isso produz na base da sociedade um descontentamento e produz também, na própria estrutura do mando, uma ingovernabilidade. Que, aliás, é comum. Os países que aceitaram cumprir o Consenso de Washington – como o Brasil e a Argentina – tornaram-se ingovernáveis, assim como a Venezuela estava se tornando ingovernável. É essa ingovernabilidade que constitui a base para o surgimento de um discurso como o do coronel Chávez.

O governo de Chávez possui legitimidade?

Não usaria essa palavra, porque não tenho elementos para analisar isso. Mas, olhando daqui, diria que é um movimento que temos de observar sem antipatias. Observar como algo que pode ser a semente de uma coisa nova. Ainda não se pode dizer o que ocorrerá na Venezuela, mas podemos perceber que algo está mudando, e isso é auspicioso.

Os países da América Latina estão tentando combater a ingovernabilidade provocada pela globalização?

Existem condições objetivas que autorizam ou estimulam uma atitude de liberdade, como é o caso da Venezuela. Outra condição é aquela em que existe esse mesmo desejo de insurgência social, mas sem que os governantes desejem ou encorajem publicar essa vontade de mudança.

No caso do Brasil, nós temos sinais de que o aparelho do Estado se resiste das posições que tomou, hipocritamente ou não. Há não apenas uma convicção neoliberal desses senhores, como também dificuldades para romper com o *status quo* internacional. Se Chávez consegue, as coisas mudam de alguma forma. Seria diferente se fosse o Brasil que estivesse na dianteira desse processo.

Há alguma lição que o Brasil possa tomar da Venezuela?

Creio que sim. É importante para a opinião pública que haja alguém – além de Fidel Castro – que diga "não" [ao chamado Consenso de Washington].

Que mudanças foram registradas na América Latina depois do processo de redemocratização dos últimos dez anos?

A redemocratização tem sido um equívoco. Não há uma real "democratização" na América Latina. Revivem aquelas instituições que, no passado, eram democráticas e formavam um sistema. Hoje elas não formam um sistema. A população sabe perfeitamente que a chamada "democracia" não funciona.

Está havendo na América Latina um consumo eleitoral. No passado, isso era muito significativo, enquanto uma nova conquista.

Os governos latino-americanos mantiveram o processo eleitoral, mas não o resto. A garantia de cidadania plena para todos se reduziu junto com os direitos sociais.

Então a democracia que deveria ser restabelecida não o foi. Ainda assim, continuamos dizendo que estamos nos redemocratizando. E não estamos. Estamos apenas cumprindo um processo eleitoral que é um processo de consumo como qualquer outro. É a "democracia do Procon". Não é propriamente uma democracia, porque a ampliação dos direitos efetivos não foi feita.

Em que se baseia o discurso que conquistou os governos da América Latina?

É um discurso ideológico. Quando o governo diz que a inflação diminuiu, ele pode repetir o quanto quiser. A população não leva mais a sério. Quando o governo mostra um sistema de valores macroeconômicos que funciona às mil maravilhas, quem da população se impressiona com isso? Só os que vivem disso.

A população recebe diariamente o bombardeio econômico feito pela mídia, mas não muda sua apreciação em relação ao que é sua própria vida. É isso que fica cada vez mais claro no Brasil e na América Latina.

30/7/2000

ALTOS E BAIXOS NA POLÍTICA

É pelo menos insólita a insistência dos nossos círculos oficiais em querer separar, de modo absoluto, o que é político do que não é. Assim, toda ação sindical, toda reclamação da Igreja, em suma, todo movimento social, ao postular mudanças, é criticado como inadequado e até mesmo hostil à democracia, já que não lhe cabe fazer o que chamam de política. Ao contrário, as atividades dos *lobbies* e as exigências de reforma do Estado feitas pelas empresas não são tidas como atividades políticas. Essa parcialidade é tanto mais gritante quando todos sabemos que o essencial na produção da política do Estado tem como atores principais as grandes empresas, cabendo aos políticos propriamente ditos e ao aparelho do Estado um papel de figurantes secundários, quando não de meros porta-vozes.

A política se caracteriza como exercício de uma ação ou defesa de uma idéia destinada a mudar o curso da história. No mundo da globalização, onde a técnica e o discurso são dados obrigatórios das atividades hegemônicas, o induzimento à política é exponencial. O mundo da técnica cientificizada é também o mundo das *regras*, de cujo uso adequado depende a maior ou menor eficácia dos instrumentos disponíveis.

Nas condições atuais, as técnicas presentes na fábrica e no escritório ou incorporadas ao próprio solo como infra-estruturas acabam por condicionar as formas de trabalho, as relações sociais e a vida cotidiana, já que constituem condições para os comportamentos, permitindo ou proibindo as ações, segundo a posição de cada qual na escala social e segundo a cota de cidadania que lhe cabe. Tudo isso é política. As técnicas sugerem o que é possível fazer, mas é a política que define a participação

efetiva dos trabalhadores (e do capital) no produto final.

Essa relação entre o mundo do trabalho e o mundo da política, ampliada com a generalização da técnica, fica ainda mais clara numa situação em que o emprego se tornou crítico, levando a uma ânsia de entender melhor por que as coisas são assim. As "ideologias" que se interpõem entre o trabalho e o capital, o trabalho e as coisas, o trabalho e a vida existem para mascarar essa situação. Mas já não conseguem enganar. É desse modo que se alimenta o processo que leva à conscientização.

Nesse processo, o território tem um papel privilegiado porque, hoje, um dado central da explicação do trabalho é dado pelo que chamamos de tecnoesfera – a esfera do mundo técnico que se superpõe e tantas vezes substitui a natureza –, que passa a ter um grande significado na redefinição do fenômeno político. Por isso, cada pedaço do território tem uma relevância política específica, exigindo um discurso específico.

Em todos os casos, duas situações-limite são possíveis. Uma é a descoberta completa do que, nas situações vividas, é o verdadeiro. A outra é o envenenamento dos espíritos pela ideologia e a propaganda e a turvação da consciência. Essas são situações ideais. A realidade é a multiplicidade de combinações que caracterizam a geografia política de um país, de um lugar e do mundo.

Paralelamente, são dois os comportamentos políticos, igualmente esquemáticos. Vamos simplesmente chamá-los de política dos de cima e política dos de baixo. No primeiro caso, que reúne as questões das grandes empresas e do aparelho do Estado, trata-se geralmente de uma atividade sem preocupação com a busca de um destino. Ela se constitui dentro de um sistema que é solidamente estabelecido, funcionalmente autônomo e auto-referido. Daí a verdadeira arrogância com a qual se impõe à nação, dizendo representá-la, numa atividade dominadora, articulada e legitimada pelas formas jurídicas.

Mas trata-se da política como um simples jogo de poder, um vale-tudo, em que o essencial são os resultados imediatos, movidos no plano econômico pela busca do ganho desenfreado e no plano político por preocupações partidárias, setoriais, e por interesses frequentemente anti-sociais. Trata-se de mera políti-

cária, ainda que, para se identificar, na propaganda oficial ou oficiosa, usurpe e utilize a palavra "política".

No segundo caso, há uma busca de coerência entre o interesse do maior número de pessoas e a elaboração de novas idéias e novos projetos. A atividade correspondente reúne movimentos formais ou informais, entidades estruturadas e também vozes dissonantes, todos empenhados, fervorosamente, numa atividade nobre, generosa, pedagógica, mas sem os meios materiais, jurídicos e políticos de sua realização política.

É a razão pela qual os de baixo mostram-se frequentemente incapazes de uma articulação mais ampla e continuada e, em consequência, encontram dificuldades tanto para propor como para levar adiante ações políticas mais válidas. O jogo de forças é claramente hostil à esta última, pois os instrumentos de poder são legalmente reservados a um certo tipo de ator e recusados aos outros, inclusive com o argumento de que a estes não cabe fazer política, devendo se contentar com postulações corporativas, portanto ainda mais isoladas.

Pode-se, todavia, acreditar que uma outra situação pode ser criada. O fato de que hoje tudo é política traz consigo consequências positivas, entre elas a aceleração na formação da consciência das camadas populares. O Brasil dos últimos anos vem revelando movimentos ainda desconexos, mas profundos, de recusa à aceitação do modelo imposto.

As próprias formas recentemente adquiridas pelo trabalho e pelo não-trabalho, a maneira pela qual a vida cotidiana se dá, o uso contratatório da informação e o papel revelador dos lugares apontam para uma outra evolução, na qual o papel da própria política dos de cima revela um movimento dialético. O conjunto de circunstâncias que vivemos provoca impotência e revolta, ressentimento e desesperança, mas também abre a porta para uma nova visibilidade do verdadeiro significado das relações sociais dominantes.

Os pobres e grande parcela das classes médias ganham consciência de que a manutenção do atual estado de coisas é apenas possível porque violências novas são inventadas, ainda que venham revestidas com a capa da legalidade. To-

davia, o discurso que as legitima é cada vez menos aceito.

A reação inclui manifestações de negatividade e de positividade. A negatividade em estado puro é a violência em suas diferentes denominações. E há, também, formas mistas, como o voto útil, a demanda por realizações materiais etc. Tais manifestações de negatividade são geralmente animadas pelo sentido de urgência que a precariedade da vida impõe aos que estão embaixo e não encontram a forma ou a força para se juntar às manifestações de positividade.

Estas começam geralmente por uma reflexão, espontânea ou induzida, quanto à sua própria situação na sociedade, e podem ter a forma de uma procura tanto por novas formas de ação como por uma reflexão silenciosa, que é promessa de uma ação política diferente. As manifestações de positividade podem, porém, tomar forma de ação organizada, como nas igrejas, nos sindicatos e em outras instituições da sociedade civil, como as associações de bairro e os grupos de sem-teto, sem-emprego, sem-escola, entre os quais o movimento dos sem-terra ganhou um valor emblemático.

Parece evidente que a descoberta de outros valores e outras possibilidades e o desejo de uma vida política mais digna ganha corpo na sociedade brasileira. As formas tradicionais de fazer política são um modelo de atraso, pois a canalização eficaz das queixas e reivindicações dos de baixo é impedida pela política dos de cima. É a partir dessas constatações que os partidos do progresso e os setores de boa vontade de alguns outros podem entregar-se a uma tarefa de renovação, facilitada pelo fato de que, em tempos de globalização, tudo é política.

1º/10/2000

O TEMPO DESPÓTICO DA LÍNGUA UNIVERSALIZANTE

Formas de expressão tão velhas quanto a história, as línguas nasceram da interação com o espaço da vida. Tempo houve em que todas as línguas eram, por assim dizer, "naturais", territorializadas, produtos do ambiente social. Mais tarde, o comércio e as conquistas foram elementos tanto de desagregação quanto de enriquecimento lingüístico.

Alguns países e nações construíram sua unidade graças ao concurso de línguas transplantadas de outras geografias. Pode-se então falar de desterritorialização. É o caso, por exemplo, do português no Brasil ou do francês no Canadá. Em outros casos, a língua importada impunha-se exatamente como intermediário entre o exterior e o interior e dominava as intersecções que eram as cidades, os núcleos rurais de modernização, os grupos sociais relacionados etc. As mediações se faziam por meio da religião, do ensino e do dinheiro. E a língua da transação buscava igualmente se impor como língua de cultura moderna.

Todavia, os domínios lingüísticos nunca foram universais, ecumênicos. Nem o latim nem o árabe, apesar do vigor com que se propagaram, conseguiram ocupar a totalidade do mundo habitado. E o sonho de uma língua única, encarnado por uma língua artificial, o esperanto, não logrou concretizar-se. É uma língua natural que, neste fim de século, parece conseguir se impor a um mundo artificializado. Mas então já não se faz necessária a presença de um colonizador. É essa, talvez, a diferença entre os fluxos lingüísticos comandados pela Grã-Bretanha em direção a alguns pontos e zonas de diversos continentes e os fluxos mais localizados e precisos provenientes dos Estados Unidos.

A nova arquitetura do mundo, da qual resulta a globalização a que estamos assistindo, se funda na universalidade de um único sistema técnico. E, nas condições atuais, tudo o que se refere a ações hegemônicas na vida econômica, política e cultural parece se dizer em inglês.

Mas, da mesma forma que não existe espaço global, senão apenas espaços de globalização, também não existe língua universal, senão apenas uma língua universalizante. Atualmente, os espaços lingüísticos hegemônicos estão incluídos nos espaços geográficos e de certo modo os englobam, por sua vez. Mas eles já não se superpõem. Esses novos espaços lingüísticos são espaços instrumentais, e não espaços vitais, no sentido próprio: são espaços de organização, e não espaços orgânicos.

Os continentes lógicos, fundados nas relações industriais, comerciais e estratégicas do nosso tempo, podem prescindir de território, pelo menos se empregamos esse termo tal como a modernidade européia o definiu, a saber, uma extensão contínua, marcada pela presença de uma sociedade que o torna coerente. O espaço de pontos, isto é, o não-espaço, eis a base geográfica desse novo império lingüístico.

Seja como for, convém reconhecer, em primeiro lugar, a importância desses fluxos verticais e dessa ação vertical na vida econômica, nas transações culturais, na modelação dos espíritos, na produção calculada de uma geopolítica planetária fundada na informação.

Essas novas verticalidades confundem os espíritos. Mesmo entre os geógrafos, muitos desesperam do próprio objeto de sua pesquisa e não param de repetir, de modo um tanto temerário, que o espaço já não existe. Em verdade, a apreensão das divisões do espaço passa hoje pelo reconhecimento da existência de dois cortes simultâneos e complementares. Designo esses cortes geográficos pelos termos verticalidade e horizontalidade.

As verticalidades são formadas por pontos, as horizontalidades por planos. As verticalidades dão-nos o que se denomina espaço dos fluxos, a paisagem eficaz, o reino do cálculo, o domínio da racionalidade cega e triunfante. As horizontalidades dão-nos o espaço banal, o espaço da vida, do cotidiano compartilhado por todos, o reino em que todas as emoções são permitidas. Mas

não existe separação real entre essas duas realidades. Suas racionalidades coexistem e se interpenetram, modificam-se mutuamente, cada qual se afirmando, a cada instante, em função de seus próprios objetivos.

Sucedará o mesmo com a confrontação entre a língua tornada vertical e as línguas que permaneceram horizontais? Um filósofo francês, Bernard Stiegler (*La Technique et le Temps* [A Técnica e o Tempo], ed. Galilée, 1996), rememorando a lição de André Leroi-Gourhan¹ (*Milieu et Techniques* [Meio e Técnicas], ed. Albin Michel, 1945), lembra a relação íntima que no passado existia entre a tecnologia e a etnologia. Evoluindo, então, de comum acordo, elas formavam juntas uma espécie de geografia social.

A idéia de “meio associado”, tomada de empréstimo a Simondon² (*Du Mode d'Existence des Objets Techniques* [Do Modo de Existência dos Objetos Técnicos], ed. Aubier, 1958), vem a propósito para se compreender melhor ainda esse processo. Hoje, porém, as técnicas não buscam se amoldar a esse “meio associado”, que, no entanto, foi indispensável para a sua implantação. Elas pretendem instalar-se na indiferença e transformam o seu continente sociogeográfico. À semelhança da informação hegemônica que ela transporta, será que a língua hegemônica desempenha esse papel? Trata-se de mais um episódio daquela busca desesperada de unificação da racionalidade que visa à construção de instrumentos de ação que assegurem a implantação generalizada da fluidez a serviço do pragmatismo. Daí o delírio de rapidez, do qual as rodovias da informação, aparentemente imateriais, são o aspecto concreto.

Trata-se de superpor ao espaço rugoso, vivido, um espaço liso, matematizado, apto para o cálculo, em que a duração suprime a extensão. Como prognosticava Sorel,³ estamos a um passo de sobrepor à natureza “um laboratório ideal”. A utilização prá-

¹ Antropólogo francês, também escreveu *Le Geste et la Parole* (1964), entre outros.

² Gilbert Simondon (1924-89), filósofo francês, foi professor da Universidade de Paris.

³ Georges Sorel (1847-1922), teórico socialista francês.

tica dessas novas paisagens supõe, todavia, a existência de uma linguagem matemática veiculada por uma língua instrumental, uma língua vertical que ameaça as linguagens territoriais.

O que se diz ser a supressão do espaço pelo tempo nada mais é do que a afirmação de um tempo despótico, medido por um relógio mundial que só funciona plenamente nos espaços desse tempo despótico que designamos por espaços de globalização. Essa temporalização e essa espacialização não existem, contudo, senão para alguns atores da cena mundial.

Que dizer, por exemplo, de Michael Jackson? Segundo seu empresário Marcel Avram, em entrevista à *Folha*, em 9 de outubro de 1993, o mais moderno dos *pop stars* globalizados “não se lembra da América do Sul. Ele achava que Caracas ficava na Jamaica”. No hotel cosmopolita que teria feito nascer nele essa idéia, um dos membros da equipe usava uma *T-shirt* com a seguinte frase: “Meu trabalho é tão secreto que nem sei o que faço”. Então, de que metáfora, de que experiência se trata?

O *speaker* da Câmara dos Deputados americana, o republicano Newt Gingrich, em artigo publicado no mundo inteiro (ver, por exemplo, o *Le Monde* de 2 de março de 1995), fala sem pudor da vocação de seu país para mostrar o caminho à humanidade. Um de seus argumentos se baseia no papel que esse país deve desempenhar na revolução da informação. De que projeto, de que realidade se trata? O fato é que, em passado recente, também a Europa fora vista como preceptora do universo, porque detentora da rapidez.

Mas o espaço-tempo desses atores hegemônicos da cena atual, repousando em pontos isolados da ação, se funda sobretudo na técnica, enquanto os demais pontos assistem a uma recriação não-planejada da história. Confundir esse espaço e esse tempo hegemônicos com o tempo e o espaço dos 6 bilhões de homens e mulheres que povoam a Terra é um grave equívoco. Principalmente porque, como dizia Gaston Berger⁴ (*Phénoménologie du Temps* [Fenomenologia do Tempo], ed. PUF, 1964),

⁴ Filósofo francês que trabalha com a fenomenologia, professor na Universidade de Aix-en-Provence. Também escreveu *Le Cogito dans la Philosophie de Husserl* (1941).

nosso mundo novo se caracteriza também pelo fato de que as massas entraram em movimento.

As massas se mobilizam nos lugares, nos espaços de horizontalidade e de emoção, em que produzem a linguagem com a qual elas afrontam o mundo. Nesse caso, a criação territorial de novas coerências horizontais aparece como fundamental. Trata-se de estimular essa criação em todos os domínios, pois só assim o domínio lingüístico não ficará isolado.

A música já nos fornece algumas respostas que pertencem mais ao domínio do espontâneo que ao do organizado. O *rap*, criado no meio urbano dos Estados Unidos como forma de expressão da juventude, se propaga no mundo inteiro e assume localmente uma fisionomia própria, sem perder o seu conteúdo universal. O *rap* brasileiro é diferente do *rap* americano, como o é também do *rap* francês. Algumas celebridades da canção brasileira de renome internacional, como Gilberto Gil e Caetano Veloso, dão espetáculos muito aplaudidos em que a música técnica abre espaço para que as canções se imponham por seu conteúdo melódico e não por sua tecnicidade.

Por mais que se procure nos fazer acreditar no contrário, não existe uma racionalidade única, nem uma única forma de pensar e de viver no mundo. A descoberta de novas formas de coexistência é uma tarefa urgente que não pode ser abandonada à mera espontaneidade, porque exige um mínimo de organização.

A história das relações internacionais dos últimos três séculos é também uma história de desvalorização do saber dos outros. Com a globalização totalitária a que assistimos, esse processo se acelera.

No mundo atual, vetores verticais – que incluem a língua vertical – instalam-se como fatores entrópicos que ameaçam todos os equilíbrios estabelecidos porque afetam o meio ambiente, a economia e a cultura.

Um saber vertical – que é saber técnico –, que se pretende saber mundial, tenta se impor aos saberes horizontais autênticos. Isso permite dizer que a famosa distância cultural assim gerada pertence mais ao domínio da fábula que ao da realidade, já que esse saber vertical, tão eficaz, carece de sentido. Na ver-

dade, o saber local, horizontalizado, pode ser mais universal que esse saber pretensamente mundial destinado a criar um mundo uniforme e sem objetivo.

5/11/2000

O NOVO SÉCULO DAS LUZES

Temos fundadas razões para acreditar que é possível uma outra globalização, diferente da atual. Em primeiro lugar, os seus principais fundamentos materiais são sistemas técnicos dóceis, diversos daqueles de épocas anteriores; sua *performance* exige inteligência, e eles toleram diversificação de uso. É fato que, nas condições de hoje, há um uso hegemônico desses sistemas técnicos baseados na informação, mas eles também são adequados – compatíveis, como atualmente se diz – com formas de utilização que respeitem as peculiaridades de cada sociedade. Falta somente que os dados materiais já existentes sejam empolgados por novas formas políticas.

A própria dinâmica da globalização leva a uma grande turbulência das populações, entre continentes e dentro deles, um caldeamento nunca visto de culturas, línguas, religiões e manifestações existenciais. E, paralelamente, a população humana revela uma tendência a aglomerar-se em certos pontos do planeta. As grandes aglomerações são o lugar por excelência de uma humanidade misturada, e é na grande cidade que esse papel de cadinho se dá com mais força.

Não há dúvida de que as condições atuais da globalização conduzem a uma fragmentação, mas as metrópoles resultantes do mesmo movimento levam, praticamente, a uma espécie de reconstituição localizada da nação, com uma realidade própria, uma cultura específica, uma vontade particular de ser mundo.

A dinâmica dessas grandes cidades é relacionada com a dos países em que se inserem, mas também é dotada de autonomia. Nesses lugares, há uma produção própria de sentido, que não é obrigatoriamente o mesmo da nação como um todo.

Num “mundo” que se deseja impor sobre cada um dos seus pontos, as cidades, sobretudo as mais populosas, realizam uma espécie de “revanche do lugar”. É aí que estão as maiores possibilidades de uma utilização mais racional e humana das novas tecnologias, numa espécie de regresso ao artesanato, à criatividade, à beleza, ao sentido da vida.

Em primeiro lugar, graças à presença de grande número de pobres e de uma população intelectualizada, nota-se uma espécie de rejeição do modelo hegemônico, um dado mais ou menos geral, mesmo se as reações particulares são específicas. Cada lugar é constitucionalmente diferente dos outros, pela sua história e pela sua condição atual, mas todos são exigentes de soluções aos problemas emergentes, remédios que os poderes locais raramente têm meios para oferecer. Como o fenômeno é geral, tantas carências reunidas tornarão necessária a reconsideração da arquitetura política de cada país, porque na situação atual apenas os governos centrais têm condições para negociar com o “mundo”.

Todavia, o atendimento aos reclamos dos lugares pelos poderes centrais torna-se imperativo, já que esses lugares, onde se dá o essencial da vida econômica e social de cada país, são a sede de crises permanentes, características da nova civilização. A busca de remédios eficazes não parece possível sem que o modelo global imposto a cada país seja revisto. Assim, mais cedo ou mais tarde, todos os países submetidos ao jugo da globalização perversa serão forçados a rever os termos atuais de sua dependência.

Certamente o desengajamento diante da globalização atual não se mostrará necessário aos diversos países ao mesmo tempo, mas constituirá um processo inevitável. E a partir dessa evolução histórica podemos acreditar na inversão gradativa do processo atual, mediante a construção de uma globalização de baixo para cima, uma globalização verdadeiramente humana.

Novas condições materiais – como as enumeradas acima – e novas condições filosóficas devem conspirar para levar à nova grande transformação, à maneira do que o sociólogo norte-americano Thorstein Veblen (1857-1929) pensou no alvorecer do século 20. O século 21 será certamente o novo século das luzes.

Pela primeira vez na história, o novo deixa de ser apenas uma referência ao amanhã; ele é também constituído do que hoje ainda não se realizou, mas a partir de possibilidades atuais concretas. Tudo o que nos rodeia, aqui e em outras partes do mundo, sugere a possibilidade de realizações viáveis, mas ainda não presentes. A história atual é, em si mesma, uma matriz de novidades.

Cada coletividade e cada pessoa são testemunhas integrais do presente, ainda que nem sempre possam avaliá-lo. E, paralelamente, cada pessoa (ou grupo) é também um testemunho vivo de um mundo tornado próximo.

Somos contemporâneos do verdadeiro milagre pelo qual cada geração entende – ou, ao menos, é capaz de entender – o universo como um todo e percebe cada uma de suas partes como parte do mundo. E – outra novidade – a consciência de ser mundo é dada, concomitantemente, ao lugar e ao indivíduo.

Essa nova iluminação – sobre o mundo e sobre si mesmo – tem muito a ver com a ubiqüidade das técnicas, base material da universalidade empírica – dada pela unicidade das técnicas e do motor que as anima –, a qual oferece a todos a possibilidade de reconhecer ao planeta a condição de ser universal, já que a facticidade das ações encontra um denominador comum, unindo todos os fatos numa só lógica. Agora que o capitalismo é a única forma político-econômica dominante sobre a face da Terra, alcançamos também uma nova qualidade da dialética, agora empiricamente realizada e manifestada como contradição em estado puro; tudo o que é vivido pelos homens participa dessa condição dialética.

Como cada pessoa pode entender o mundo como um todo, a dialética se torna um patrimônio comum: todos de alguma forma a vivem; muitos a reconhecem como oposição, contraste ou paradoxo; alguns a definem e identificam como condição existencial. Mas, nessa mesma sequência, essa é também a ordem lógica da produção de uma nova inteligência do mundo.

A dialética se confunde com o presente vivido, e o apego ao passado pode significar uma identidade com as raízes, mas a escolha do futuro vai, sobretudo, depender desse entendimen-

to do mundo atual. Nossa grande esperança vem do fato de que a partir deste século é a vida, isto é, a própria existência, que ilumina o futuro.

14/1/2001

PARTE 3 **OS DEFICIENTES CÍVICOS**

REDIVISÃO TERRITORIAL E CIDADANIA

Está na ordem do dia a discussão entre o governador do Estado e o prefeito da capital, a propósito da reorganização territorial do município de São Paulo. O que está na pauta do prefeito é a emancipação de Santo Amaro, outrora um município independente. Mas o governador teria proposto um desmembramento exemplar do território paulistano, com a criação de vários municípios novos e não apenas de um só.¹

A imprensa, que divulgou o desentendimento entre os dois homens públicos, não deixa ver claro quais são os argumentos em que ambos se firmam. Cabem, por conseguinte, especulações de ordem mais geral. Em primeiro lugar, tudo sendo dinâmico na vida social, os limites territoriais podem ter em seu favor a tradição, mas não escapam à regra. Por isso são muito numerosos os exemplos de rearranjos formais, exigidos por necessidades históricas. Limites administrativos devem ser considerados como uma condição de realização de objetivos a alcançar pela sociedade. Como os objetivos sociais estão sempre mudando, os limites administrativos não podem ser rígidos. Aqui o caso é freqüente, com a criação de novos municípios, territórios e Estados, embora os objetivos perseguidos sejam quase sempre parciais. Por exemplo, a criação das regiões metropolitanas no Brasil foi um desses rearranjos geográficos destinados a atribuir maior produtividade aos capitais novos e maior eficácia às tarefas correlatas das administrações. O que agora estaria sendo proposto seria uma revisão do que já fora feito?

¹ O governador de São Paulo na época era André Franco Montoro (1916-99), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, e o prefeito era Mário Covas (1930-2001), do mesmo partido.

Mesmo um exame superficial da questão deixa ver que a criação das regiões metropolitanas, pela forma que se deu, já nasceu em pecado, retratando uma triste situação de fato no Brasil de então, isto é, a da cidade sem cidadãos. A preocupação era a criação, numa região compósita, de um instrumento eficaz, manipulado por verbas federais, para garantir unidade de comando naquilo que dissesse respeito aos interesses dos capitais hegemônicos, deixando escandalosamente de lado as preocupações com a população, enquanto aos capitais subordinados cabia lutar por conta própria para sobreviver. Pela forma que as regiões metropolitanas foram constituídas, somente os grandes interesses podem merecer soluções estruturais, duráveis, enquanto para os outros, deixados ao deus-dará, os remédios são apenas funcionais, tópicos, provisórios.

Por outro lado, o município central da região metropolitana, aquele que lhe dá o nome (como Salvador na Bahia, Recife em Pernambuco, e aqui o município de São Paulo), dispõe de território e população desmesuradamente grandes em comparação com os demais. Na medida em que o número de vereadores é limitado e pequeno, e o imenso corpo territorial e demográfico é heterogêneo, a Câmara Municipal funciona como se fora uma Assembléia Legislativa, mas de segunda ordem: os edis se tornam distantes do eleitorado, sua representatividade é difusa, como também sua responsabilidade política e eleitoral. Com o peso relativo do município-núcleo da região metropolitana, suas decisões de investimento econômico e social arrastam os demais, gerando distorções em cadeia, cujo resultado final é a ineficácia das administrações municipais, sobretudo no que toca ao interesse da maior parte da população.

O problema pode ser estudado sob outros aspectos. Mas por aqui já dá para perceber que, se a redivisão municipal é um imperativo, não é, todavia, bastante por si só. A questão se inscreve na problemática mais ampla que inclui a redemocratização do país, redemocratização não apenas eleitoral, ou mesmo política, mas também econômica e social. As soluções estão indissoluvelmente ligadas a uma redefinição da ordem jurídica, econômica, fiscal e financeira, no âmbito da Federação, o que supõe a promulgação de uma nova Constituição que leve em

conta todos esses dados. Por isso, não é suficiente cuidar exclusivamente de mudar os limites atuais. Impõe-se, igualmente, a preocupação com o conteúdo a atribuir às novas formas: desde a questão das competências legislativas e do poder de decisão até a disponibilidade real de recursos financeiros para dar resposta imediata a tudo que for considerado direito inadiável de todos os habitantes, enquanto cidadãos de um município. A re-democratização não estará completa enquanto a cidade não for dos cidadãos.

17/12/1984

QUEM TEM MEDO DAS GRANDES CIDADES?

Embora Montesquieu¹ tenha afirmado, já no século 18, que “o ar das cidades faz bem à gente”, o número é grande dos que vêem as grandes cidades como lugares perigosos e hostis. Essa opinião varia, segundo circunstâncias de espaço e de tempo, mas, durante as grandes mutações, o urbano é encarado como um lugar pestilencial. E Rousseau,² no *Emílio*, considera que as cidades “esgotam um país e produzem sua pobreza”. O fato é que, nesta hora, as metrópoles exibem uma miséria lancinante e são um retrato vivo dos contrastes nacionais.

Nesta sociedade misturada que gerou a metrópole do desemprego crônico, da pobreza orquestrada, das doenças cosmopolitas, dos vícios internacionalizados, do crime banalizado e da insegurança institucionalizada, a palavra “metrópole”, sozinha, tornou-se sinônimo de todos esses males. Vivemos agora uma dessas épocas de grande medo, e o problema interessa e inquieta a um número crescente de pessoas.

Vejamos o caso brasileiro. Entre 1970 e 1980, enquanto a população total passa de cerca de 95 milhões para um pouco mais de 119 milhões, a população urbana total sobe de cerca de 52 milhões para mais de 80 milhões. Seu percentual passa de 55,9% para 67,6% no mesmo período, devendo, hoje, situar-se em torno dos 75%, taxa, aliás, já ultrapassada em 1980 por vários Estados do Sudeste, a começar por São Paulo. São as

¹ Charles Louis de Secondat, barão de La Brède e de Montesquieu (1689-1755), filósofo que foi membro da Academia Francesa e autor de clássicos sobre a política como *O Espírito das Leis* (1748).

² Jean-Jacques Rousseau (1712-78) nasceu em Genebra (Suíça) e notabilizou-se por seus textos sobre a política, embora também tenha produzido romances. Do primeiro grupo, destacam-se *O Contrato Social* (1762) e *Discurso Sobre a Origem e a Desigualdade Entre os Homens* (1755).

conta todos esses dados. Por isso, não é suficiente cuidar exclusivamente de mudar os limites atuais. Impõe-se, igualmente, a preocupação com o conteúdo a atribuir às novas formas: desde a questão das competências legislativas e do poder de decisão até a disponibilidade real de recursos financeiros para dar resposta imediata a tudo que for considerado direito inadiável de todos os habitantes, enquanto cidadãos de um município. A redemocratização não estará completa enquanto a cidade não for dos cidadãos.

17/12/1984

QUEM TEM MEDO DAS GRANDES CIDADES?

Embora Montesquieu¹ tenha afirmado, já no século 18, que “o ar das cidades faz bem à gente”, o número é grande dos que vêem as grandes cidades como lugares perigosos e hostis. Essa opinião varia, segundo circunstâncias de espaço e de tempo, mas, durante as grandes mutações, o urbano é encarado como um lugar pestilencial. E Rousseau,² no *Emílio*, considera que as cidades “esgotam um país e produzem sua pobreza”. O fato é que, nesta hora, as metrópoles exibem uma miséria lancinante e são um retrato vivo dos contrastes nacionais.

Nesta sociedade misturada que gerou a metrópole do desemprego crônico, da pobreza orquestrada, das doenças cosmopolitas, dos vícios internacionalizados, do crime banalizado e da insegurança institucionalizada, a palavra “metrópole”, sozinha, tornou-se sinônimo de todos esses males. Vivemos agora uma dessas épocas de grande medo, e o problema interessa e inquieta a um número crescente de pessoas.

Vejamos o caso brasileiro. Entre 1970 e 1980, enquanto a população total passa de cerca de 95 milhões para um pouco mais de 119 milhões, a população urbana total sobe de cerca de 52 milhões para mais de 80 milhões. Seu percentual passa de 55,9% para 67,6% no mesmo período, devendo, hoje, situar-se em torno dos 75%, taxa, aliás, já ultrapassada em 1980 por vários Estados do Sudeste, a começar por São Paulo. São as

¹ Charles Louis de Secondat, barão de La Brède e de Montesquieu (1689-1755), filósofo que foi membro da Academia Francesa e autor de clássicos sobre a política como *O Espírito das Leis* (1748).

² Jean-Jacques Rousseau (1712-78) nasceu em Genebra (Suíça) e notabilizou-se por seus textos sobre a política, embora também tenha produzido romances. Do primeiro grupo, destacam-se *O Contrato Social* (1762) e *Discurso Sobre a Origem e a Desigualdade Entre os Homens* (1755).

regiões metropolitanas que absorvem a maior parte dos novos urbanos. No decênio acima referido, as nove regiões metropolitanas mais o Distrito Federal foram responsáveis por quase 44% do crescimento total da população do país. Somente a região metropolitana de São Paulo absorveu 17,2% desse incremento populacional, ganhando cerca de 4,5 milhões de novos habitantes, enquanto os Estados e territórios da Amazônia tiveram uma migração líquida de apenas 2,2 milhões de pessoas. A cidade, sobretudo a grande cidade, é – e o será ainda por muito tempo – a escala ou o ponto final das migrações generalizadas, ao mesmo tempo que não são criados novos empregos e que as preocupações de ordem social não são prioritárias. O resultado pode ser previsto: a agravação da chamada crise urbana.

Sem que se possa claramente separar o ideológico nessa formulação, a metrópole passa a ser atacada por todas as mazelas da vida social, como se a culpa por essas aflições fosse dela e não da própria estruturação da sociedade. As manifestações dessas chagas são problemas do lugar, mas constituem sobretudo um reflexo localizado do verdadeiro problema. A cidade, especialmente a cidade grande, é o *locus* de todas essas confrontações, por ser também o lugar essencial do afrontamento das forças desencadeadas no processo violento de mudança. Trata-se, agora, de impor uma rearticulação que faça velozmente aflo-
rar a tão decantada nova ordem mundial. No campo, cada vez mais vazio de gente e mais carregado de capital (no Estado de São Paulo, o percentual da população que vive no campo é menor que o da França e comparável ao de muitos países desenvolvidos), os afrontamentos cedem lugar, em cada região, a formas mais homogêneas de vida e de ocupação da terra. Os conflitos que precedem essa nova homogeneidade são tão ou mais brutais quanto os urbanos, e conduzem mais rapidamente a uma ou outra forma de arranjo, seja ele buscado pelo jogo do mercado, imposto pela força ou intermediado pela administração. As novas formas de produção rural criam, também, uma aceleração da transferência dos conflitos sociais do campo, mormente para as grandes cidades, mas também para as médias e pequenas, desde que o Brasil passou a conhecer a figura do trabalhador temporário no campo, mas vivendo nas cidades.

Nas metrópoles, cada vez mais carregadas de gente e cada vez menos capazes de renovar o capital, o conflito é permanente e sem trégua, porque a metrópole pode abrigar, ao mesmo tempo, os mais diversos tipos de classe de capital, desde os muito grandes até os médios e os minúsculos, e os mais diversos tipos de trabalho, desde o mais especializado até o mais banal. Esta, aliás, é sua *raison d'être*, razão de ser e base explicativa mais elementar. Pessoas e capitais os mais díspares convivem uns com os outros, e uns contra os outros. Daí as desordens pessoais e sociais; e o medo. Sai-se de um conjunto grave de conflitos para novas formas de conflito ainda mais graves.

O problema se localiza nas cidades, mas é equívoco tratá-lo como questão urbana. Equívoco e enganoso. A questão é muito mais do que urbana: é urbana e rural; é local, estadual e federal; é nacional e internacional. Podemos dizer que estruturalmente a crise é muito mais uma crise na cidade do que uma crise da cidade. Trata-la funcionalmente, com remédios simplesmente tópicos, pode fazer efeito no curtíssimo prazo, mas levará a uma crise maior. Voltaremos à questão em um próximo artigo.

3/9/1985

TER MEDO DE QUEM NA CIDADE GRANDE?

As grandes cidades do nosso tempo são também o lugar onde a ética da competição e a pressão pelo *status* mais depressa conduzem ao individualismo aberto e possessivo, ao mesmo tempo que a massificação materialista termina por levar à fragmentação e à perda da individualidade. Morosidade, mau humor, hostilidades dissimuladas ou ostensivas, desordens psicológicas, violências, crimes são sintomas diversos de uma mesma síndrome e se encontram num mesmo lugar social, que é o medo. Há medos urbanos de toda natureza: objetivos e subjetivos, individuais e coletivos, ocasionais e permanentes, medos fundados e infundados. Eles habitam o cotidiano dos cidadãos e o envolvem num drama. A cidade do medo termina por criar, todos os dias, novos medos.

O maior medo é, sem dúvida, o medo da pobreza e o medo dos pobres. Isso é grave, porque acabamos sendo mais medrosos das vítimas que mesmo das causas da miséria. Sendo assim, teríamos de nos preparar para viver sob temores ainda mais vastos e profundos, porque, no maravilhoso mundo novo que agora nos preparam, as grandes cidades no Brasil serão ainda maiores e mais carregadas de miséria. Já o vimos em artigo anterior. Uma análise dinâmica do contexto atual e das tendências deveria permitir encontrar um sistema de soluções. Lênin¹ já indicava, no começo do século, que as grandes cidades russas lá estavam para ficar. Ele queria dizer que o socialismo soviético teria de ser construído apesar dessas monstruosas realizações capitalistas, e a partir delas.

¹ Vladimir Ilich Ulianov (1870-1924), revolucionário russo e uma das lideranças da revolução soviética que ocorreu na Rússia em 1917. Entre suas obras, destacam-se *Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo* (1916) e *Estado e Revolução* (1917).

De muito pouco adianta blaterar contra o tamanho excessivo das cidades ou providenciar estatísticas que façam crer que elas vão parar de crescer. O que, em primeiro lugar, urge fazer é tomar as cidades e a urbanização como realmente elas são e entender o que há muito tempo se deixou de fazer, isto é, um exame sistêmico estrutural do fenômeno, como coisa global que ele é. Cabe, em segundo lugar, formular cenários de longo prazo, cujo conteúdo seja forçosamente menos urbanístico e mais de natureza econômica, social e política. Somente a partir de um horizonte temporal mais dilatado é que os cenários de médio e curto prazo podem ser delineados e são compreensíveis.

Seria certamente crueldade limitar as soluções desejadas aos projetos de longo prazo. Não é isso o que reclamamos. Sabemos, porém, ao mesmo tempo, que projetos assistenciais de curto prazo são autocontidos, esgotam-se quando é gasto o último tostão. A estrutura preexistente só não continua imutável porque se fortalece e as causas da pobreza se tornam ainda mais eficazes. Daí o ceticismo em relação ao assistencialismo de massa e aos programas de emergência, nossos velhos conhecidos por sua ineficácia. É urgente intervir para minorar as aflições de milhões de brasileiros que acotovelam a riqueza vivendo na indigência. A validade dessas intervenções será medida pela sua articulação com um projeto maior sisudo e explícito, isto é, que tenha um escopo visível e um cronograma claramente indicado. Toda construção social precisa ter um sentido, e este é reconhecido através de uma visão de longo prazo. Em outras palavras, para bem começar devemos primeiro saber aonde e como chegar.

No seu movimento atual, as grandes cidades brasileiras já apontam, aliás, para o futuro. Para ficar num só exemplo, a enorme extensão territorial é agravada pela imobilidade absoluta ou relativa a que são condenados os habitantes mais pobres. Ficam, desse modo, ainda mais pobres, subordinados à lei do mercado quanto ao emprego e quanto à disponibilidade de bens e serviços, mais raros e mais caros, nas frações da cidade onde se encontram virtualmente confinados. Pode-se até imaginar que, a prosseguir como vamos, as grandes cidades serão tão fragmentadas material e socialmente quanto já o são hoje os seus

→ *origem no campo / Moradia*
de bairro

moradores. Todavia, tal fragmentação pode levar à recriação de uma vida coletiva local, não independente da aglomeração como um todo, mas representativa das condições de vida reinantes em cada fragmento. A relativa importância da vida local de certos bairros ou subúrbios mais bem equipados em São Paulo, no Rio e em outras grandes cidades do país nos permite, desde logo, enxergar o que poderão ser as regiões metropolitanas, se um novo modelo produtivo e distributivo se instalar no país. Já se vê que o problema das grandes cidades não se resolverá através dos chamados planos regionais ou de soluções urbanísticas e muito menos com a ajuda de planos diretores municipais, parciais e fragmentários por definição. O que precisamos, antes do mais, é procurar soluções nacionais integradas dos fatores econômicos, sociais e políticos e que ajudem a transformar as regiões metropolitanas atuais em verdadeiras regiões de cidades, ou, ainda melhor, em autênticas federações urbanas, onde o ponto de partida e o objetivo final seja esta categoria humana praticamente inexistente no Brasil: o cidadão.

Se continuamos a estudar e intervir na cidade usando modelos inadequados e sem consideração pelas realidades globais do país, como de um modo geral ainda se faz, quem causará mais medo na cidade não será o bandido que nos espreita na esquina, mas os responsáveis pelo pensamento dos problemas urbanos e pelas soluções encontradas. Sem falar na maioria dos políticos que disputaram as prefeituras das capitais estaduais e que preferem gastar-se em debates estéreis em vez de discutir com a população uma saída para a situação clamorosa das cidades, retrato da crise profunda atualmente vivida no país.

22/11/1985

FIXOS E FLUXOS – CENÁRIO PARA A CIDADE SEM MEDO

O dia-a-dia das sociedades gira em torno dos objetos fixos, naturais ou criados, aos quais se aplica o trabalho. Fixos e fluxos combinados caracterizam o modo de vida de cada formação social. Fixos e fluxos influem-se mutuamente.

A grande cidade é um fixo enorme, cruzado por fluxos enormes (homens, produtos, mercadorias, ordens, idéias...), diversos em volume, intensidade, ritmo, duração e sentido. Aliás, as cidades se distinguem umas das outras por esses fixos e fluxos. Mudá-los é mudar a sua própria significação para os próprios moradores, segundo as classes sociais.

Os fixos são econômicos, sociais, culturais, religiosos etc. Eles são, entre outros, casas de negócio, pontos de serviço, hospitais, centros de saúde, escolas, lugares de lazer. Mas, se queremos entender a cidade não apenas como um grande objeto, mas como um modo de vida, há que distinguir entre os fixos públicos e os privados. Os fixos privados são localizados segundo a lei da oferta e da procura, que regula também os preços a cobrar. Já os fixos públicos se instalam segundo princípios sociais, e funcionam independentemente das exigências de lucro. Nos países capitalistas avançados, os serviços essenciais são, sobretudo, incumbência do poder público, e sua distribuição geográfica é consentânea com o provimento geral. As distâncias porventura existentes são minimizadas por transportes escolares ou hospitalares gratuitos. Não se trata de salário indireto, pois tudo isso é devido a todos os cidadãos, com ou sem emprego. Trata-se da busca de uma equidade social e territorial.

Outros países capitalistas como o Brasil ainda não quiseram definir o que são tais serviços, nem adotar um distributivismo geográfico que sirva de base à desejada justiça social. Como

a maior parte dos fixos sociais públicos se concentra na parte central e nas áreas "nobres", a periferia deve se contentar com as escolas e casas de saúde privadas etc. É assim que os pobres ficam mais pobres. Eles também se empobrecem porque obrigados a procurar nos lugares centrais o atendimento que não encontram junto de casa, pagando caro pelo transporte. Quando, recentemente, o governador Franco Montoro justificava a extensão projetada das linhas do metrô, explicou que assim os doentes da periferia se tornariam mais próximos dos hospitais do governo. Essa política equivale a transformar os doentes em fluxos, em vez de transferir os fixos para perto deles. Quanto aos gêneros, eles também custam muito mais caro nas periferias, e isso ajuda a explicar o acotovelamento de pessoas modestas nas partes consideradas menos nobres do centro, onde também proliferam vendedores ambulantes, camelôs etc. A multidão é geradora de empregos e atividades, embora igualmente estimule os trombadinhas e outros.

Lugares do pobre, e oferecendo emprego para pessoas de outras áreas, as periferias não empregam senão uma parcela de seus moradores. As pessoas têm de sair atrás dos empregos onde estes se encontram ou podem ser gerados. Em São Paulo, o essencial dos transportes da região metropolitana se dirige ao miolo central da cidade, e aqueles poucos municípios interligados por linhas regulares de ônibus são exatamente os que já dispõem de serviços, graças à existência de emprego e de maior poder aquisitivo da população, ou à decisão e possibilidades dos governos locais. Os custos dos bens e serviços tendem a crescer, sua acessibilidade a diminuir.

Aliás, estatísticas recentes fazem crer num processo de retomada do crescimento, e a expansão da atividade comercial é explicada pela redução, embora limitada, do desemprego. Os momentos anteriores de retomada do comércio foram paralelos às restituições do Imposto de Renda ou ao pagamento da gratificação de Natal. Se houvesse um aumento substancial dos salários, a começar pelo mínimo, isso levaria uma animação maior ao comércio, aos serviços e à indústria voltada ao consumo interno, com a geração de novos empregos nos setores não atingidos pelas mudanças tecnológicas recentes.

Todavia, se a nova evolução da vida urbana que assim se delineia for apenas deixada ao jogo do mercado, os resultados benéficos para as grandes cidades tomadas como um todo serão reduzidos. Um bom número de empresas como, por exemplo, os supermercados e mesmo os *shopping centers* não deixaram de crescer mesmo durante as fases mais agudas da recessão. O fenômeno de centralização que agora vai se intensificar poderá conduzir a uma localização ainda mais seletiva dos fixos privados, com efeitos redistributivos limitados e sem incidência territorial.

O Estado (federal, estadual, municipal) poderia induzir as localizações desses fixos privados, tanto quantitativamente como qualitativamente, isto é, regulando o seu número e tamanho e impondo uma lista mínima de produtos obrigatoriamente expostos à venda. Mas o Estado realmente pode intervir na localização dos fixos sociais públicos. Uma parte considerável dos trilhões agora destinados a reduzir a pobreza poderia ser utilizada com esse fim. Aproximando os serviços essenciais das populações pobres, criando novos empregos locais diretos e indiretos, tudo isso seria o germe de uma vida local mais intensa, mais rica e mais feliz. A renovação da vida econômica, social e cultural com uma organização apropriada do espaço pede somente um pouco mais de imaginação, na medida em que o governo se mostre decidido a entrar com o dinheiro. Tais medidas seriam mais duradouras que a simples distribuição de leite às crianças e de alimentos aos adultos necessitados, medidas valiosas, mas que não alteram a estrutura das cidades. Ao contrário, com a introdução de novos motores para a atividade local nas áreas periféricas e pobres, a cidade grande deixaria de ser fragmentada e apenas seria dividida em células mais autônomas e mais autocontidas e interdependentes, e não, como agora, tributárias do município central. Seria a federação de municípios de que falamos em artigo anterior.

O combate à pobreza deve ser pensado a partir das realidades globais, que incluem o próprio quadro de vida: na grande cidade, o território metropolitano e a forma pela qual é utilizado. Somente assim veremos suprimida uma grande parcela das angústias do cotidiano e as raízes da violência e do medo. O

ônus econômico, social e psicológico da vida metropolitana será bem menor, as municipalidades metropolitanas, mais ricas, e a vida municipal, politicamente mais eficaz.

27/12/1985

A LEI DA CAUSALIDADE ÀS AVESSAS

O livro de Charles Murray e Richard Herrnstein sobre diferenças étnicas nos Estados Unidos, intitulado *The Bell Curve* (A Curva Normal), está provocando um tão grande barulho no mundo inteiro que escrever sobre ele, num planeta atordoado pela mídia, é se arriscar, seja qual for nosso argumento, a engrossar a corrente dos seus propagandistas. Esse exercício, porém, poderá valer a pena, se, em vez de ficarmos muito perto do objeto escolhido como tema, tomarmos como objeto de debate o próprio livro.

Pensamos que, para ser realmente pedagógica, uma discussão dessa obra pode versar sobre três temas: 1) a reabertura, neste fim de século 20, do debate sobre racismo científico; 2) o papel atual da ciência, seus objetivos, temáticas, métodos, palavras-chave; 3) o processo de produção de um discurso eficaz, numa época em que é muito fácil confundir o mundo, tal como ele é, com as visões do mundo, tal como podem ser oferecidas.

Os autores retomam o velho debate sobre quociente intelectual, para lançar no mercado novos argumentos, considerados científicos, sobre diferenças inevitáveis no destino dos homens, segundo a sua raça. A oportunidade da iniciativa é evidente, já que, na Europa, no Japão, nos Estados Unidos, as manifestações racistas se repetem e a exclusão dos grupos minoritários ou minorizados não é deixada, apenas, ao mercado, mas sancionada por decreto. Aliás, os autores chamam a atenção, no tema do racismo, para a diferença entre o que as pessoas pensam e o que elas dizem. Dando-lhes argumentos científicos, o número dos que pensam e dizem tenderá a aumentar...

Quais, em resumo, são os argumentos de Murray e Herrnstein? Seu ponto de partida é a análise de séries de pes-

quisas sobre o quociente intelectual de diferentes grupos étnicos, nas quais os asiáticos aparecem no topo, os brancos estão em situação intermediária e os negros em posição inferior. Mas o essencial do trabalho é, mesmo, comparar brancos e negros, hoje e ao longo do último meio século, do ponto de vista da capacidade cognitiva.

Dizem os autores que, a despeito dos programas afirmativos da igualdade racial, a situação dos negros praticamente não melhorou nesses 50 anos e, o que é pior, nos estratos onde é melhor a educação e maior a renda, as diferenças de QI seriam ainda maiores do que nos estratos inferiores. Daí a desigualdade social persistente. Para eles, o problema seria menos essas diferenças, mais como sair delas... E sua conclusão é que os esforços inscritos na legislação americana dos direitos civis para reduzir diferenças não deram resultados.

Uma das razões vem do fato, segundo o livro, de que as próprias desigualdades socioeconômicas têm origem nas diferenças de QI. Você fica pobre e deseducado porque é burro de nascença. Então, a questão não seria social, isto é, devida ao entorno familiar e social de cada um, mas propriamente étnica. Para Murray e Herrnstein, nos Estados Unidos de hoje, para conhecer de antemão qual o provável desempenho de uma criança na escola secundária, é melhor buscar saber qual é o seu QI do que a educação e a situação socioeconômica dos pais.

Não haveria, assim – a frase é minha –, seres inferiorizados, mas, efetivamente, seres inferiores. Desse modo, não valendo a pena queimar boa vela com defunto ruim, o melhor, mesmo, seria renunciar a programas que já provaram ser ineficazes e deixar à sua sorte os desvalidos. No caso brasileiro, em que a distância entre pensar e dizer é ainda maior que nos Estados Unidos, a argumentação preconceituosa tem outros ingredientes. Existem intelectuais no Brasil que, diante do clamor pela ausência de negros nas melhores universidades, sugerem a eles que tenham paciência e esperem a sociedade mover-se lentamente, para que seja removida essa injustiça secular.

O livro é bem-feito. Ponteados de manifestações calculadas de condescendência para com os negros, a trama central do argumento não deixa dúvida: trata-se de provar, com um estilo

de combate que utiliza a lógica dos números, que o racismo é cientificamente aceitável, porque cientificamente comprovadas as diferenças permanentes entre as raças. De que serviria, então, contra-argumentar com o debate, também já velho, na medicina e na psicanálise, sobre a noção de inteligência e a discutível eficácia da psicomетria¹ e de testes como esses? Ser inteligente é o quê? Ser capaz de, num dado momento, fazer aquilo que é pedido pela corrente dominante da sociedade? A *performance* individual será medida pelo grau de conformismo? Assim, a questão dos valores seria definitivamente desterrada, e mesmo os mais perversos dormiriam tranqüilos.

Esse livro e sua argumentação científica recolocam, com força, a problemática atual da ciência, quando as temáticas são, em sua maioria, decididas pelo mercado político e pelo mercado econômico, implantando uma lei da causalidade às avessas: é o efeito que precede a causa, predeterminando o resultado da pesquisa. Como a política é, de longe e de perto, comandada pelo mercado global, e o mercado global não tem finalidade fora dele mesmo, a forma presente de racionalidade dominante a que serve a ciência corre o risco de ajudar a implantar no mundo uma sociedade inteiramente sem sentido. Aliás, Max Weber² há décadas já o havia previsto.

O que é mais grave, neste mundo globalizado, onde nada se faz sem discurso, é que os livros não se tornam *best-sellers*, são encomendados para ser *best-sellers*, com uma biografia previamente traçada nos escritórios das grandes editoras.

Pelo menos, essa obra polêmica nos deixa uma lição: neste fim de século, um grande problema e um urgente dever é reaprender a ler livros.

6/11/1994

¹ Área da psicologia que quantifica análises humanas com o objetivo de apreender padrões de comportamento, de QI (quociente de inteligência) e de interação social, entre outros.

² Max Weber (1864-1920), filósofo alemão considerado um dos precursores da sociologia, é autor de clássicos como *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1905).

PESQUISA REFORÇA PRECONCEITO

Entrevista a Maurício Stycer¹

O senhor poderia comentar números que mostram o racismo de negros contra negros?

Eu não estou seguro de que a *Folha* esteja tratando corretamente a questão. O nível de imprecisão com que a palavra "preconceito" foi utilizada inutiliza muitos dos resultados.

Por exemplo?

Toda a pesquisa. O que é admitir preconceito? Falta essa definição.

Qual o problema com a palavra "preconceito"?

Essa palavra não quer dizer nada e quer dizer tudo. Portanto, não se presta a ser usada numa pergunta.

O senhor conhece algum termo melhor?

Não. Esse teria de ser mais bem definido. A maior parte das questões colocadas servem a uma estratégia de *marketing*, não a um trabalho social. Essa é a minha crítica central. Admito que o jornal se interesse por *marketing*.

Constatar o racismo é marketing?

Não. *Marketing* é fazer perguntas apenas sobre o discurso e não sobre o comportamento. Estou exagerando, porque há perguntas sobre comportamento. Já estou pensando na próxima, que eu sei que a *Folha* vai fazer.

Quando o Datafolha pergunta se o entrevistado concorda com a

¹ Em 1995, o Datafolha, instituto de pesquisa do grupo Folha, divulgou os resultados de uma pesquisa quantitativa sobre o racismo no Brasil que confirmava que no país não apenas existia um "racismo cordial" (aceito pela sociedade brasileira), como também uma discriminação interna aos grupos sociais, ao ponto de negros discriminarem outros negros segundo a maneira de cada grupo entender a negritude brasileira, termo que definiria um modo negro de ser. Os resultados foram publicados no livro *Racismo Cordial*, cuja análise elaborada por Milton Santos é destacada no diálogo promovido pelo jornalista Maurício Stycer.

frase "Negro bom é negro de alma branca"...

Eu não vejo mais interesse nesse tipo de frase. Isso vai ajudar a resolver a questão? Temos de ultrapassar essa fase.

E ir em qual direção?

Acho que o resultado dessa pesquisa é criar outros preconceitos. Piores do que os anteriores, porque aparentemente se tornam científicos. Eu, portanto, primeiro contesto a idéia de pesquisa para testar esse tipo de questão.

O senhor não acha que essa pesquisa ajuda a tornar público algo que é subterrâneo?

Mas quase todas as perguntas repetem os preconceitos. Os que idealizaram a pesquisa não tiveram imaginação para inventar outras coisas a partir da realidade. Não houve esforço inovador. É uma pesquisa cara, dá para notar, só que vai reforçar preconceitos.

No momento em que se constata, através da pesquisa, que a maioria dos brancos brasileiros manifesta algum preconceito em relação aos negros...

Mas vocês não trabalharam isso. O trabalho pára aí, nessa constatação. Essa pesquisa é um esforço importante, mas largamente insuficiente. É uma pesquisa fundada nos preconceitos. Para saber que o brasileiro é racista, não precisava fazer essa pesquisa.

Mas nunca havia sido quantificado esse racismo.

Não era necessário.

O senhor conhece algum estudo que mostre isso?

Pesquisa não é estudo. Há dezenas de teses que mostram isso. Quantificar é até pior. Porque, como não é estudo, ela pres-tigia o resultado que não tem obrigatoriamente validade. Faltou esse cuidado na pesquisa.

Qual a importância das comemorações dos 300 anos de Zumbi?

O centenário da Abolição, em 1988, deu lugar a comemorações, a festas, a imprensa se ocupou do assunto e, depois, nada. Eu tenho medo de que estes 300 anos de Zumbi dêem na mesma coisa. Não dá mais para ficar só na constatação do racismo.

O que o senhor acha que é preciso fazer para sair daí?

Haveria de se encontrar um projeto no qual a cidadania limitada do negro fosse objeto de medidas objetivas. Por exemplo:

PESQUISA REFORÇA PRECONCEITO

Entrevista a Maurício Stycer¹

O senhor poderia comentar números que mostram o racismo de negros contra negros?

Eu não estou seguro de que a *Folha* esteja tratando corretamente a questão. O nível de imprecisão com que a palavra "preconceito" foi utilizada inutiliza muitos dos resultados.

Por exemplo?

Toda a pesquisa. O que é admitir preconceito? Falta essa definição.

Qual o problema com a palavra "preconceito"?

Essa palavra não quer dizer nada e quer dizer tudo. Portanto, não se presta a ser usada numa pergunta.

O senhor conhece algum termo melhor?

Não. Esse teria de ser mais bem definido. A maior parte das questões colocadas servem a uma estratégia de *marketing*, não a um trabalho social. Essa é a minha crítica central. Admito que o jornal se interesse por *marketing*.

Constatar o racismo é marketing?

Não. *Marketing* é fazer perguntas apenas sobre o discurso e não sobre o comportamento. Estou exagerando, porque há perguntas sobre comportamento. Já estou pensando na próxima, que eu sei que a *Folha* vai fazer.

Quando o Datafolha pergunta se o entrevistado concorda com a

¹ Em 1995, o Datafolha, instituto de pesquisa do grupo Folha, divulgou os resultados de uma pesquisa quantitativa sobre o racismo no Brasil que confirmava que no país não apenas existia um "racismo cordial" (aceito pela sociedade brasileira), como também uma discriminação interna aos grupos sociais, ao ponto de negros discriminarem outros negros segundo a maneira de cada grupo entender a negritude brasileira, termo que definiria um modo negro de ser. Os resultados foram publicados no livro *Racismo Cordial*, cuja análise elaborada por Milton Santos é destacada no diálogo promovido pelo jornalista Maurício Stycer.

frase "Negro bom é negro de alma branca"...

Eu não vejo mais interesse nesse tipo de frase. Isso vai ajudar a resolver a questão? Temos de ultrapassar essa fase.

E ir em qual direção?

Acho que o resultado dessa pesquisa é criar outros preconceitos. Piores do que os anteriores, porque aparentemente se tornam científicos. Eu, portanto, primeiro contesto a idéia de pesquisa para testar esse tipo de questão.

O senhor não acha que essa pesquisa ajuda a tornar público algo que é subterrâneo?

Mas quase todas as perguntas repetem os preconceitos. Os que idealizaram a pesquisa não tiveram imaginação para inventar outras coisas a partir da realidade. Não houve esforço inovador. É uma pesquisa cara, dá para notar, só que vai reforçar preconceitos.

No momento em que se constata, através da pesquisa, que a maioria dos brancos brasileiros manifesta algum preconceito em relação aos negros...

Mas vocês não trabalharam isso. O trabalho pára aí, nessa constatação. Essa pesquisa é um esforço importante, mas largamente insuficiente. É uma pesquisa fundada nos preconceitos. Para saber que o brasileiro é racista, não precisava fazer essa pesquisa.

Mas nunca havia sido quantificado esse racismo.

Não era necessário.

O senhor conhece algum estudo que mostre isso?

Pesquisa não é estudo. Há dezenas de teses que mostram isso. Quantificar é até pior. Porque, como não é estudo, ela prestigia o resultado que não tem obrigatoriamente validade. Faltou esse cuidado na pesquisa.

Qual a importância das comemorações dos 300 anos de Zumbi?

O centenário da Abolição, em 1988, deu lugar a comemorações, a festas, a imprensa se ocupou do assunto e, depois, nada. Eu tenho medo de que estes 300 anos de Zumbi dêem na mesma coisa. Não dá mais para ficar só na constatação do racismo.

O que o senhor acha que é preciso fazer para sair daí?

Haveria de se encontrar um projeto no qual a cidadania limitada do negro fosse objeto de medidas objetivas. Por exemplo:

Como é que eu faço para que a USP tenha mais alunos negros?

O senhor defende o chamado sistema de cotas?

Essa pergunta gera um bloqueio do debate. Porque você só tem duas formas de responder: sim ou não.

Qual seria a pergunta correta?

O que eu devo fazer para que o negro entre e permaneça na universidade? A resposta seria: com políticas compensatórias. O mundo inteiro tem políticas compensatórias de conquista social. Não me refiro aos negros.

O senhor não está falando de reparações?

A reparação é necessária. Na medida em que uma comunidade é secularmente posta à margem, a nação tem de se ocupar dela. Os negros não são integrados no Brasil. Isso é um risco para a unidade nacional.

O senhor poderia dar exemplos de medidas reparadoras concretas?

As grandes universidades brasileiras são a cada ano mais elitistas, não do ponto de vista intelectual, mas do ponto de vista socioeconômico. É inaceitável haver uma educação para um tipo de pessoa e outra para outro tipo de pessoa. Com a saúde também. Para ficar doente e ser bem tratado no Brasil, você precisa ser ministro! As políticas compensatórias servem para manter a coesão.

O senhor já viveu na França, nos EUA, no Canadá, na Tanzânia.

Qual é a especificidade do racismo brasileiro?

Aqui é natural os negros serem tratados de forma subalterna. Você não tem como reclamar. Se você protesta, é visto como alguém que está perturbando o "clima agradável" que pode existir neste ou naquele lugar.

Aqui no seu prédio convivem, porta a porta, um elevador com placa "social" e outro "de serviço". O senhor nunca protestou contra isso?

Sim. Já pedi para tirarem. Nos foi dito, então, que colocássemos os empregados para comerem conosco na mesa. Uma típica confusão entre o público e o privado, que só o brasileiro faz. A nossa sociedade é bastante tranqüila em relação à miséria.

Como assim?

Só no Brasil e nos EUA a exclusão aparece como algo natural. Só que nos EUA você tem iniciativas fortes para contrariar essa tendência à exclusão. O grave é que nesses dois paí-

ses as diversas formas de exclusão encontram apoio da ciência.

Essa é a minha crítica à pesquisa da *Folha*. Ela poderá ser uma contribuição para dar respaldo científico a formas de expressão da exclusão, se não for acompanhada de uma outra coisa.

O quê?

Como é que se manifesta essa vontade de excluir.

Mas isso aparece na pesquisa. A questão do casamento intra-racial, dos vizinhos...

Sim. Não estou dizendo que nada está certo. Estou pedindo mais. Acho que é o momento de pedir mais.

Não sou especialista, mas há limitações nesse tipo de pesquisa quantitativa.

Também não sou. No caso do Brasil, a discussão deveria passar também pela ideologia da democracia racial, elaborada há três séculos na Bahia e que o país todo aceitou. Está na hora de agir. É nesse sentido que eu acho a palavra "preconceito" insuficiente. A pesquisa faz a contabilidade de algo que não foi definido.

Essa ideologia de três séculos é responsável pelo racismo de negros contra negros?

Vivendo dentro de uma sociedade bárbara, eu sou objeto dessa sociedade. Mas não usaria a palavra "racismo". Não é isso.

É o quê?

Sei que não é fácil. Com frequência, há mais preconceito do que discriminação.

No seu contato com a comunidade negra, o que o senhor tem visto?

Há um cansaço, uma consciência de não pertencer completamente à sociedade brasileira... Prefiro fazer compras em Nova York a fazê-las em São Paulo.

O senhor é maltratado?

Olhado com desconfiança. Parece que isso faz parte do *ethos* [isto é, do caráter peculiar a determinado povo]. A grande aspiração do negro brasileiro é ser tratado como um homem comum.

Quando mais o senhor não é tratado como homem comum?

Em aviões. Os comissários só falam comigo em inglês, o que é insuportável. Há duas semanas, num avião da Varig em

Paris, reclamei em português sobre o meu lugar. Ele respondeu em inglês. Eu disse: "Não fale em inglês". Ele respondeu: "O senhor me desculpe, mais ainda não sei falar francês". Isso é preconceito? Isso é discriminação?

O que é?

Ele não sabia que estava me chateando. Mas me chatee. Como eu posso pedir que as pessoas sejam amáveis com os negros em *shopping centers*? Não tenho como pedir. Por enquanto, não tem solução.

O senhor acha que deveria haver alguma iniciativa do tipo Ministério do Negro?

Não. Isso seria criar um gueto. Mas creio que a questão do negro não pode mais ficar no Ministério da Cultura. Não é uma questão de cultura. Tem que ser do Ministério da Justiça. A solução é pela via política.

25/6/1995

A REINVENÇÃO DA CIDADANIA

Entrevista a Fernando Conceição¹

Um dos temas a serem abordados nesse encontro internacional sobre a sua obra é a globalização e o espaço do cidadão. Qual é o espaço do cidadão num mundo que se diz globalizado? E de que tipo de cidadão se está falando?

A vontade dessa globalização perversa a que estamos assistindo é reduzir o papel do cidadão. É transformar todo mundo em consumidor, usuário e, se possível, coisa, para mais facilmente se inclinar diante de soluções anti-humanas.

Essa globalização por enquanto não leva em conta o homem. De modo que esse espaço do cidadão tem de ser recriado a partir dos níveis abaixo do mundo. Não é o mundo que vai criar o cidadão. O chamado mundo quer acabar com as cidadanias, mas cada nação e cada espaço e cada cidade é que vai ter a força de recriar esse cidadão – que vai contribuir, creio eu, mais tarde, para sugerir uma outra globalização.

Eu acho que essa é a nossa tarefa no começo do século 21, porque, de repente, o atual século parece perdido. É a recriação da cidadania mediante uma outra globalização, horizontalizada

¹ Nessa entrevista, o jornalista Fernando Conceição repercute o evento "O Mundo do Cidadão – um Cidadão do Mundo", realizado pelo Departamento de Geografia da USP em 1996, como homenagem aos 70 anos de Milton Santos. Participaram intelectuais de várias partes do Brasil e do mundo, e seus relatos foram publicados em *Um Cidadão do Mundo*, organizado pela geógrafa Maria Adélia de Souza. Naquele mesmo evento, divulgou-se outro livro com textos sobre a obra do geógrafo baiano: *Ensaio de Geografia Contemporânea*, organizado pela geógrafa da USP Ana Fani Carlos. Além desses livros, tivemos o lançamento de *A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo, Razão e Emoção*, obra que garantiu ao professor Milton Santos o prêmio Jabuti, instituído pela Câmara Brasileira do Livro, de melhor livro em ciências humanas do Brasil em 1996. Em uma de suas atitudes polêmicas, o professor recusou-se a receber o prêmio, alegando que soubera da premiação pela imprensa e não por meio de seus organizadores.

e não verticalizada como a atual, na qual a vida não seja tributária do cálculo, mas haja espaço para a emoção – que é o que une os homens. Mas essa união dos homens do mundo inteiro passa pela produção de uma idéia de mundo feita em cada lugar.

Um mundo desse tipo não permitiria o surgimento de disputas de grupos cada vez menores, os acirramentos étnicos, aquilo que Hobsbawm² apontava como guerras tribais, com o fim da bipolaridade Leste-Oeste?

Temos de ver isso dinamicamente. Nunca houve uma mistura de gente tão grande como a que se dá hoje não nos países, mas nas cidades. A cidade obriga todo mundo a viver junto e por conseguinte, a discutir todos os dias o seu futuro.

Então, a visão pessimista imagina que vai haver guerra. A outra visão, que não é pessimista nem é otimista, que é a visão dos fatos como eles se dão, mostra essa produção de uma efervescência extremamente grande em todas as cidades do mundo – Nova York, Paris, Londres, São Paulo e também Lagos ou Abidjã, que são lugares da criação do outro mundo a partir da presença comum, conjunta, de gente que vem de toda parte. Isso é um sinal de esperança.

É evidente que o pensamento europeu é muito arredio à idéia de futuro. Os europeus têm enorme dificuldade de trabalhar com o futuro, e é nisso que os povos do Sul vão ajudar a recriar o mundo. Não somos povos lentos, somos aparentemente lentos, porque não dispomos da técnica, mas na realidade esse dinamismo do ponto de vista emocional que existe no Sul é a garantia da produção do futuro.

O senhor poderia fazer uma síntese do seu pensamento sobre a inserção do Brasil no mundo e a influência do mundo no Brasil? Além disso, o que diferenciaria a sua posição da do governo de Fernando Henrique Cardoso?

De início, a minha posição é muito próxima da de Celso Furtado³. A chamada modernização não é algo apenas uni-

² Eric Hobsbawm é historiador inglês e autor, entre outros, de *A Era do Capitalismo* (1977) e organizador de *A História do Marxismo* (1978).

³ O economista brasileiro Celso Furtado é autor de obras fundamentais sobre a história econômica de nosso país, como *a Formação Econômica do Brasil* (1959), mas também de livros que abordam o cenário internacional, dos quais destacamos *Transformação e Crise na Economia Mundial* (1987).

lateral. O mundo descobre coisas novas, vem fazendo isso há séculos, descoberta incessante, que se acelerou com a expansão da ciência e da técnica. Mas cada país, em função do que ele pensa ser o seu destino nacional, toma o que quer desses países da modernização correspondente àquele época.

É a primeira vez que alguns países, entre os quais o Brasil, decidem se alienar completamente da condução do seu próprio destino. Historicamente, nunca um país decidiu fazer, de maneira tão aberta e escancarada, a alienação à condução do seu próprio destino. Nenhum país aceita esse tipo de atrelamento a uma condução externa. Sobretudo quando ninguém sabe exatamente, como é o nosso caso hoje, o que significa tal mercado global, o que significa competitividade. São palavras extremamente fortes, porque repetidas muito barulhentosamente pelas mídias, mas que não têm um conteúdo. Esse processo de entrega total, de recusa a ter um destino nacional, passou a ser algo tão grosseiramente imposto aos países que todas as pessoas que não pensam igual teriam de ser suprimidas.

O senhor acha que o presidente Fernando Henrique tem “alienado” o Brasil a esses interesses?

Não diria nesses termos, porque não sei o que se passa pela cabeça dele. Mas o governo dele, sim. As medidas tomadas já no fim do governo Itamar, possivelmente sob a inspiração dele, mostram isso.

Que medidas?

Há duas formas de trabalhar a questão. Uma é você pegar medida por medida e dizer: “Bem, tal medida isso, tal medida aquilo”. Eu prefiro pensar, por exemplo, no conjunto da política econômica do Brasil. É melhor jogar dezenas de milhões de brasileiros na pobreza do que dizer não ao Consenso de Washington, que é o ponto de vista central do aparelho de Estado brasileiro hoje, como na discussão da Previdência Social, por exemplo, na qual nós decidimos, quer dizer, em Brasília se decidiu – perdão, quem decide no Brasil decidiu –, que a noção de solidariedade nacional não tem a menor importância?

Como o senhor vê a posição de outros intelectuais, não apenas

Fernando Henrique Cardoso, mas, por exemplo, Alain Touraine,⁴ que de certa forma tem justificado algumas medidas do atual governo apelando para a idéia da necessidade de se inserir o país na nova ordem econômica mundial?

Só para sua informação, parece que o Touraine mudou um pouco, recentemente. Eu não vi, mas alguém me disse que em um artigo recente ele começa a rever sua posição, debaixo da pressão muito forte feita por colegas dele na França.

Quanto aos intelectuais, a gente sabe que nunca houve uma crise tão grande de intelectuais como hoje. O que eu acho muito grave no Brasil é que uma boa parte dos chamados intelectuais decidiu ser *establishment*. E você não pode ser ao mesmo tempo *establishment* e intelectual. Uma das doenças da intelectualidade brasileira é esse gosto por ser *establishment*.

O intelectual é a classe que está permanentemente criticando, de alto a baixo, a sociedade. O intelectual não bajula os poderosos do dinheiro, os poderosos do poder, e também não bajula os pobres. O intelectual está disposto a criticar o intelectual, coisa que no Brasil é muito rara. E o intelectual está sempre criticando a si mesmo, está buscando. Os últimos governos brasileiros, e este governo atual, mataram as condições para esse tipo de comportamento. Quando se olha o panorama das universidades brasileiras, a gente tem total clareza desse processo eficaz de apagamento do intelectual, que tem muita dificuldade de "sobreviver" no Brasil de hoje.

Como a chamada globalização afeta as universidades?

Creio que o processo de globalização, sobretudo para as universidades periféricas (se não tomarem cuidado), poderá ser fatal para as universidades. Não estou dizendo com isso que elas deixem de parecer grandes, de ter uma grande produção chamada científica. Estou me referindo ao papel de conhecimento do presente e de vontade de penetrar no futuro, que deveria ser o trabalho da universidade.

Nos países do Terceiro Mundo,⁵ quase não há universida-

⁴ Alain Touraine é sociólogo francês, autor de obras como *A Sociedade Pós-industrial* (1969) e *Crítica à Modernidade* (1992). Foi colaborador do Caderno "Mais!" da Folha.

⁵ Ver nota 2 à entrevista "Só a Geografia Reconstrói o País" (p.39).

des globais. A USP, que é a maior da América Latina, não é propriamente global. Porque as idéias criadas aqui não se impõem ao resto do mundo. O processo de globalização, dando enorme força ao mercado global, que tem um comando sobre a atividade acadêmica no mundo inteiro, atrela os pesquisadores a um modelo chamado global, mas que é global para algumas empresas e, por conseguinte, enfraquece a capacidade de descoberta e de crítica dos que participam da universidade.

No caso brasileiro, a coisa é muito grave, porque as universidades, pelos seus corpos dirigentes, encorajam esse processo de submissão. A própria forma de avaliação da atividade acadêmica, o convite repetido e a pressão para parecer Norte, a começar pelo teor dos relatórios, podem levar a universidade a um processo de destruição a partir de dentro. Hoje a gente discute as ameaças externas à universidade e discute pouco as ameaças internas, que são muito graves.

Essas ameaças partiriam dos setores que dirigem a universidade?

Eles não têm consciência disso, o que também é grave. Essa falta de consciência vem do fato de as universidades estarem criando uma espécie de grupo dirigente permanente, espécie de buroprofessores que se reproduzem e só pensam nisso, e cuja reprodução é independente da universidade que produz, trabalha, cria, pensa. Esse divórcio crescente entre uma universidade que quer pensar e uma universidade que quer mandar somente pode ter resultados terríveis para a vida acadêmica.

Como escapar disso?

Haveria uma solução: que tudo o que dependa da chamada política universitária ficasse nas mãos desses buroprofessores. Mas que houvesse instâncias mais intelectuais que escapassem a isso. O que, porém, está se dando é que essas próprias instâncias genuinamente intelectuais estão sendo igualmente tomadas pelos buroprofessores, porque tudo se transforma numa espécie de moeda.

Acredito que uma das possibilidades para as universidades se abrirem a idéias mais verdadeiras estaria em que os partidos pudessem ter intelectuais. Não digo somente os de esquerda, mas também os partidos de direita. O que é delicado hoje na vida política do Brasil é que os partidos não querem mais ser

políticos, são partidos eleitorais. Basta ver a mesmice da campanha para prefeito, aqui. Todos falam a mesma coisa, porque renunciaram a ser políticos. Atualmente estamos condenados ao pequeno debate, às pequenas postulações, à manifestação pública de rixas menores, que não têm nenhum papel educativo e, por conseguinte, atrasam o processo. A esquerda tem essa enorme dívida com o país, porque ela não tem sabido fazer o debate nacional.

As eleições se tornaram um ato de consumo eleitoral. Os candidatos são vendidos como produtos, e os eleitores processam a campanha eleitoral como um convite a consumir o seu próprio voto – e é o que fazem –, e isso está ligado ao tipo de regime que temos no Brasil, a democracia de mercado.

Recentemente o senhor recebeu em sua casa a visita de Gilberto Gil, que o entrevistou. Poderia falar sobre o que tratou a conversa?

A conversa foi sobretudo em torno de como melhorar, da parte dos intelectuais orgânicos, como é Gilberto Gil e, apesar de ser universitário, imagino que eu também seja, a capacidade analítica para produzir um discurso que possa ser base de um discurso político.⁶ Mesmo sem esse nome, já que todo discurso intelectual também é um discurso político. A idéia, que eu havia exposto numa conferência na Câmara Municipal de Salvador, quando Gil era vereador, é de que depois da era da tecnologia vamos entrar na era demográfica.

O que seria isso?

A era do homem, da população, das pessoas. E eu acho que nós já estamos entrando nessa era demográfica.

Mas sem jogar fora as conquistas da tecnologia?

Ah, é impossível, as conquistas da tecnologia são irreversíveis, como existência. O que a gente tem de reverter é a forma pela qual elas são usadas. Nós vivemos hoje a era do dinheiro em estado puro. Logo, a tecnologia toda é usada a serviço do dinheiro em estado puro. A idéia, então, é que toda essa parafernália tecnológica extraordinária seja utilizada a serviço do homem. E sob o comando do homem, e não mais sob o comando das finanças.

Isso dependeria de quê?

Vai depender de que a universidade preencha o papel que desejamos que ela tenha, de que os governantes redescubram a nação e acreditem nas suas próprias nações, vai depender da ampliação da moralidade internacional, enfim. Nesse particular, creio que a produção do discurso vai ter um papel extraordinário.

13/10/1996

⁶ A entrevista pode ser consultada no seguinte site: www.gilbertogil.com.br

QUAL O PRINCIPAL PECADO DA IMPRENSA HOJE?

Frente à tirania do mercado, a imprensa tornou-se uma indústria frágil, impedida, exceto de forma residual e intermitente, de corresponder cabalmente ao seu papel histórico de ajudar a formar uma opinião pública independente.

Em sua dimensão global, o mercado controla uma produção oligopolística de notícias por meio das agências internacionais e nos apresenta o mundo atual como uma fábula. Em suas dimensões nacional e local, o mercado, agindo como mídia, segmenta a sociedade civil, influi sobre o fluxo e a hierarquia do noticiário e aconselha a espetacularização televisiva de certos temas, confundindo os espíritos em nome de uma estratégia de vendas adotada pelos jornais como forma de sobrevivência. O remédio, aqui, é um veneno, num círculo vicioso que acaba por ser o seu principal pecado. Estará a imprensa pecando em nome próprio ou em nome e em favor do mercado? O resultado é o mesmo.

O grave problema é geral e profundo. Como a questão é estrutural – um dado de nosso tempo –, certos países europeus, em favor da preservação da opinião pública, adotaram medidas compensatórias para reduzir a vulnerabilidade da imprensa independente, frente ao império da publicidade. Mas esse tema – como outros ligados à cidadania – tem sido pobremente abordado no Brasil.

9/3/1997

OS DEFICIENTES CÍVICOS

Em tempos de globalização, a discussão sobre os objetivos da educação é fundamental para a definição do modelo de país em que viverão as próximas gerações.

Em cada sociedade, a educação deve ser concebida para atender, ao mesmo tempo, ao interesse social e ao interesse dos indivíduos. É da combinação desses interesses que emergem os seus princípios fundamentais, e são estes que devem nortear a elaboração dos conteúdos do ensino, as práticas pedagógicas e a relação da escola com a comunidade e com o mundo.

O interesse social se inspira no papel que a educação deve desempenhar na manutenção da identidade nacional, na idéia de sucessão das gerações e de continuidade da nação, na vontade de progresso e na preservação da cultura. O interesse individual se revela pela parte que é devida à educação na construção da pessoa, em sua inserção afetiva e intelectual, na sua promoção pelo trabalho, levando o indivíduo a uma realização plena e a um enriquecimento permanente. Juntos, o interesse social e o interesse individual da educação devem também constituir a garantia de que a dinâmica social não será excludente.

Em todos os casos, a sociedade será sempre tomada como um referente, e, como ela é sempre um processo e está sempre mudando, o contexto histórico acaba por ser determinante dos conteúdos da educação e da ênfase a atribuir aos seus diversos aspectos, mesmo se os princípios fundamentais permanecem intocados ao longo do tempo. Foi dessa forma que se deu a evolução da idéia e da prática da educação durante os últimos séculos, paralelamente à busca de formas de convivência civilizada, alicerçadas em uma solidariedade social cada vez mais sofisticada.

As modalidades sucessivas da democracia como regime político, social e econômico levaram, no pós-guerra, à social-democracia. A história da civilização se confundiria com a busca, sempre renovada, e o encontro das formas práticas de atingir aqueles mencionados princípios fundamentais da educação, sempre a partir de uma visão filosófica e abrangente do mundo.

Esse esforço, para o qual contribuíram filósofos, pedagogos e homens de Estado, acaba por erigir como pilares centrais do sistema educacional: o ensino universal (isto é, concebido para atingir a todas as pessoas), igualitário (como garantia de que a educação contribua para eliminar desigualdades), progressista (desencorajando preconceitos e assegurando uma visão de futuro). Daí os postulados indispensáveis de um ensino público, gratuito e leigo (esta última palavra sendo usada como sinônimo de ausência de visões particularistas e segmentadas do mundo) e, dessa forma, uma escola apta a formar concomitantemente cidadãos integrais e indivíduos fortes. Aliás, foram essas as bases da educação republicana, na França e em outros países europeus, baseada na noção de solidariedade social exercida coletivamente como um anteparo, social e juridicamente estabelecido, às tentações da barbárie.

A globalização, como agora se manifesta em todas as partes do planeta, funda-se em novos sistemas de referência, em que noções clássicas, como a democracia, a república, a cidadania, a individualidade forte, constituem matéria predileta do *marketing* político, mas, graças a um jogo de espelhos, apenas comparecem como retórica, enquanto são outros os valores da nova ética, fundada num discurso enganoso, mas avassalador. Em tais circunstâncias, a idéia de emulação é compulsoriamente substituída pela prática da competitividade, o individualismo como regra de ação erige o egoísmo como comportamento quase obrigatório, e a lei do interesse sem contrapartida moral supõe como corolário a fratura social e o esquecimento da solidariedade. O mundo do pragmatismo triunfante é o mesmo mundo do "salve-se quem puder", do "vale-tudo", justificados pela busca apressada de resultados cada vez mais autocentrados, por meio de caminhos sempre mais estreitos, levando ao ames-

quinhamento dos objetivos, por meio da pobreza das metas e da ausência de finalidades. O projeto educacional atualmente em marcha é tributário dessas lógicas perversas. Para isso, sem dúvida, contribuem: a combinação atual entre a violência do dinheiro e a violência da informação, associadas na produção de uma visão embaralhada do mundo; a perplexidade diante do presente e do futuro; um impulso para ações imediatas que dispensam a reflexão, essa cegueira radical que reforça as tendências à aceitação de uma existência instrumentalizada.

É nesse campo de forças e a partir desse caldo de cultura que se originam as novas propostas para a educação, as quais poderíamos resumir dizendo que resultam da ruptura do equilíbrio, antes existente, entre uma formação para a vida plena, com a busca do saber filosófico, e uma formação para o trabalho, com a busca do saber prático.

Esse equilíbrio, agora rompido, constituía a garantia da renovação das possibilidades de existência de indivíduos fortes e de cidadãos íntegros, ao mesmo tempo que se preparavam as pessoas para o mercado. Hoje, sob o pretexto de que é preciso formar os estudantes para obter um lugar num mercado de trabalho afunilado, o saber prático tende a ocupar todo o espaço da escola, enquanto o saber filosófico é considerado como residual ou mesmo desnecessário, uma prática que, a médio prazo, ameaça a democracia, a república, a cidadania e a individualidade. Corremos o risco de ver o ensino reduzido a um simples processo de treinamento, a uma instrumentalização das pessoas, a um aprendizado que se exaure precocemente ao sabor das mudanças rápidas e brutais das formas técnicas e organizacionais do trabalho exigidas por uma implacável competitividade.

Daí a difusão acelerada de propostas que levam a uma profissionalização precoce, à fragmentação da formação e à educação oferecida segundo diferentes níveis de qualidade, situação em que a privatização do processo educativo pode constituir um modelo ideal para assegurar a anulação das conquistas sociais dos últimos séculos. A escola deixará de ser o lugar de formação de verdadeiros cidadãos e tornar-se-á um celeiro de deficientes cívicos.

É a própria realidade da globalização – tal como praticada atualmente – que está no centro desse debate, porque com ela se impuseram idéias sobre o que deve ser o destino dos povos, mediante definições ideológicas sobre o crescimento da economia, como a chamada competitividade entre os países. As propostas vigentes para a educação são uma consequência, justificando a decisão de adaptá-la para que se torne ainda mais instrumental à aceleração do processo globalitário. O debate deve ser retomado pela raiz, levando a educação a reassumir aqueles princípios fundamentais com que a civilização assegurou a sua evolução nos últimos séculos – os ideais de universalidade, igualdade e progresso –, de modo que ela possa contribuir para a construção de uma globalização mais humana, em vez de aceitarmos que a globalização perversa, tal como agora se verifica, comprometa o processo de formação das novas gerações.

24/1/1999

O RECOMEÇO DA HISTÓRIA

Vivemos em um mundo complexo, marcado na ordem material pela multiplicação incessante do número de objetos e na ordem imaterial pela infinidade de relações que aos objetos nos unem. Nosso mundo é complexo e confuso ao mesmo tempo, graças à força com a qual a ideologia penetra nos objetos e ações. Por isso mesmo, a era da globalização, mais do que qualquer outra antes dela, exige uma interpretação sistêmica cuidadosa, de modo a permitir que cada coisa seja redefinida em relação ao todo planetário.

A grande sorte dos que desejam pensar a nossa época é a existência de uma técnica planetária, direta ou indiretamente presente em todos os lugares, e de uma política planetária, que une e norteia os objetos técnicos. Juntas, elas autorizam uma leitura ao mesmo tempo geral e específica, filosófica e prática, de cada ponto da Terra. Emerge, desse modo, uma universalidade empírica, de modo a ajudar na formulação de idéias que expressem o que é o mundo e o que são os lugares.

Cria-se, de fato, um novo mundo. Para sermos ainda mais precisos, o que, afinal, se cria é o mundo como realidade histórica unitária, ainda que ele seja extremamente diversificado. Ele é datado com uma data substantivamente única, graças aos traços comuns de sua constituição técnica e à existência de um único motor das ações hegemônicas, representado pelo lucro em escala global. É isso, aliás, que, junto à informação generalizada, assegura a cada lugar a comunhão universal com todos os outros.

Ao contrário do que tanto se disse, a história universal não acabou; ela apenas começa. Antes, o que havia era uma história de lugares, regiões, países. As histórias podiam ser, no máxi-

mo, continentais, em função dos impérios que se estabeleceram em uma escala mais ampla.

O que até então se chamava de história universal era a visão pretensiosa de um país ou continente sobre os outros, considerados bárbaros ou irrelevantes. O ecúmeno era formado de frações separadas ou escassamente relacionadas do planeta. Somente agora a humanidade faz sua entrada na cena histórica como um bloco, entrada revolucionária, graças à interdependência das economias, dos governos, dos lugares. O movimento do mundo conhece uma só pulsação, ainda que as condições sejam diversas segundo continentes, países, lugares, valorizados pela sua forma de participação na produção dessa nova história.

Um dado importante de nossa época é a coincidência entre a produção dessa história universal e a relativa liberação do homem em relação à natureza. A denominação de era da inteligência poderia ter fundamento neste fato concreto: os materiais hoje responsáveis pelas realizações preponderantes são cada vez mais objetos materiais manufaturados e não mais matérias-primas naturais. Na era da ecologia triunfante, é o homem quem fabrica a natureza, ou lhe atribui valor e sentido, por meio de suas ações já realizadas, em curso ou meramente imaginadas. As pretensões e a cobiça povoam e valorizam territórios desertos.

Todavia, a mesma materialidade, atualmente utilizada para construir um mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição da construção de um mundo mais humano. Basta que se completem as duas grandes mutações ora em gestação: a mutação tecnológica e a mutação filosófica da espécie humana.

A grande mutação tecnológica é dada com a emergência das técnicas da informação, as quais, ao contrário das técnicas das máquinas, são constitucionalmente divisíveis, flexíveis e dóceis, adaptáveis a todos os meios e culturas, ainda que o seu uso perverso atual seja subordinado aos interesses dos grandes capitais. Mas, quando sua utilização for democratizada, essas técnicas doces estarão a serviço do homem.

Por outro lado, muito falamos hoje nos progressos e nas promessas da engenharia genética, que conduziram a uma

mutação do homem biológico. Isso, porém, ainda é do domínio da história da ciência e da técnica. Pouco, no entanto, se fala das condições ainda hoje presentes que podem assegurar uma mutação filosófica do homem, capaz de atribuir um novo sentido à existência de cada pessoa e também do planeta.

Nesse emaranhado de técnicas dentro do qual estamos vivendo, o homem descobre suas novas forças. Já que o meio ambiente é cada vez menos natural, o uso do entorno imediato pode ser menos aleatório. Aumenta a previsibilidade e a eficácia das ações. Ampliam-se e diversificam-se as escolhas, desde que se possa combinar adequadamente técnica e política.

O mundo fica mais perto de cada qual, não importa onde esteja. Criam-se, para todos, a certeza e a consciência de ser mundo e de estar no mundo, mesmo se ainda não o alcançamos em plenitude material ou intelectual. O próprio mundo se instala nos lugares, sobretudo nas grandes cidades, pela presença maciça de uma humanidade misturada, vinda de todos os quadrantes e trazendo consigo interpretações variadas e múltiplas que ao mesmo tempo se chocam e colaboram na produção renovada do entendimento e da crítica da existência. Assim, o cotidiano de cada qual se enriquece, pela experiência própria e pela do vizinho, tanto pelas realizações atuais como pelas perspectivas de futuro.

As ricas dialéticas da vida nos lugares criam, paralelamente, o caldo de cultura necessário à proposição e ao exercício de uma nova política.

Ousamos, desse modo, pensar que a história do homem sobre a Terra dispõe afinal das condições objetivas, materiais e intelectuais, para superar o endeusamento do dinheiro e dos objetos técnicos e enfrentar o começo de uma nova trajetória. Aqui, não se trata de fixar datas para as etapas ou o início do processo, e, nessa ordem de idéias, o ano 2000, o novo século, o novo milênio são apenas momentos da folhinha, marcos num calendário.

Ora, a folhinha e o calendário são outros nomes para o relógio; por isso, são convencionais, repetitivos e historicamente vazios. O que conta mesmo é o tempo das possibilidades efetivamente criadas, a que chamamos tempo empírico, cujas

mudanças são marcadas pela irrupção de novos objetos, de novas ações e relações e de novas idéias.

As condições materiais já estão dadas para que se imponha a desejada grande mutação, mas o seu destino vai depender de como serão aproveitadas pela política. O que, talvez, seja irreversível são as técnicas, porque elas aderem ao território e ao cotidiano. Mas a globalização atual não é irreversível. Agora que estamos descobrindo o sentido de nossa presença no planeta, pode-se dizer que uma história universal verdadeiramente humana, finalmente, está começando.

9/1/2000

SER NEGRO NO BRASIL HOJE

Há uma freqüente indagação sobre como é ser negro em outros lugares, forma de perguntar, também, se isso é diferente de ser negro no Brasil. As peripécias da vida levaram-nos a viver em quatro continentes, Europa, Américas, África e Ásia, seja como quase transeunte, isto é, conferencista, seja como morador, na qualidade de professor e pesquisador.

Desse modo, tivemos a experiência de ser negro em diversos países e de constatar algumas das manifestações dos choques culturais correspondentes. Cada uma dessas vivências foi diferente de qualquer outra, e todas elas diversas da própria experiência brasileira. As realidades não são as mesmas.

Aqui, o fato de que o trabalho do negro foi, desde os inícios da história econômica, essencial à manutenção do bem-estar das classes dominantes deu-lhe um papel central na gestação e perpetuação de uma ética conservadora e desigualitária. Os interesses cristalizados produziram convicções escravocratas arraigadas e mantêm estereótipos que ultrapassam os limites do simbólico e têm incidência sobre os demais aspectos das relações sociais. Por isso, talvez ironicamente, a ascensão, por menor que seja, dos negros na escala social sempre deu lugar a expressões veladas ou ostensivas de ressentimentos (paradoxalmente contra as vítimas).

Ao mesmo tempo, a opinião pública foi, por cinco séculos, treinada para desdenhar e, mesmo, não tolerar manifestações de inconformidade, vistas como um injustificável complexo de inferioridade, já que o Brasil, segundo a doutrina oficial, jamais acolhera nenhuma forma de discriminação ou preconceito.

Agora, chega o ano 2000 e a necessidade de celebrar conjuntamente a construção unitária da nação. Então é ao menos

preciso renovar o discurso nacional racista. Moral da história: 500 anos de culpa, 1 ano de desculpa. Mas as desculpas vêm apenas de um ator histórico do jogo do poder, a Igreja Católica! O próprio presidente da República considera-se quitado porque nomeou um bravo general negro para a sua Casa Militar e uma notável mulher negra para a sua Casa Cultural. Ele se esqueceu de que falta nomear todos os negros para a grande Casa Brasileira. Por enquanto, para o ministro da Educação, basta que continuem a frequentar as piores escolas, e, para o ministro da Justiça, é suficiente manter reservas negras como se criam reservas indígenas.

A questão não é tratada eticamente. Faltam muitas coisas para ultrapassar o palavrório retórico e os gestos cerimoniais e alcançar uma ação política conseqüente. Ou os negros deverão esperar mais outro século para obter o direito a uma participação plena na vida nacional? Que outras reflexões podem ser feitas, quando se aproxima o aniversário da Abolição da Escravatura, uma dessas datas nas quais os negros brasileiros são autorizados a fazer, de forma pública, mas quase solitária, sua catarse anual?

No caso do Brasil, a marca predominante é a ambivalência com que a sociedade branca dominante reage quando o tema é a existência, no país, de um problema negro. Essa equivocação é, também, duplicidade e pode ser resumida no pensamento de autores como Florestan Fernandes¹ e Octavio Ianni,² para

¹ Florestan Fernandes (1929-96) foi professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da USP, onde realizou pesquisas da maior importância sobre a sociedade brasileira. Sociólogo, foi responsável pela formação de vários intelectuais do Brasil. Atuou ainda como professor convidado da Universidade Columbia (Estados Unidos) e da Universidade de Toronto (Canadá). Sua vida intelectual foi combinada com uma militância política ativa e intensa, participando, entre outros momentos políticos do país, da fundação do Partido dos Trabalhadores, pelo qual foi deputado federal. Produziu clássicos sobre a dinâmica social do país, como *A Revolução Burguesa no Brasil - Ensaio de Interpretação Sociológica* (1952) e *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1964).

² Sociólogo brasileiro que participou de vários eventos acadêmicos organizados por Milton Santos, como *O Novo Mapa do Mundo*, realizado no Departamento de Geografia da USP, em 1992. Entre seus livros, destacamos *A Sociedade Global* (1992) e *Teorias da Globalização* (1995).

quem, entre nós, feio não é ter preconceito de cor, mas manifestá-lo.

Desse modo, toda discussão ou enfrentamento do problema torna-se uma situação escorregadia, sobretudo quando o problema social e moral é substituído por referências ao dicionário. Veja-se o tempo politicamente jogado fora nas discussões semânticas sobre o que é preconceito, discriminação, racismo e quejandos, com os inevitáveis apelos à comparação com os norte-americanos e europeus. Às vezes, até parece que o essencial é fugir à questão verdadeira: ser negro no Brasil o que é?

Talvez seja este um dos traços marcantes dessa problemática: a hipocrisia permanente, resultado de uma ordem racial cuja definição é, desde a base, viciada. Ser negro no Brasil é frequentemente ser objeto de um olhar vesgo e ambíguo. Essa ambigüidade marca a convivência cotidiana, influi sobre o debate acadêmico, e o discurso individualmente repetido é, também, utilizado por governos, partidos e instituições. Tais refrões cansativos tornam-se irritantes, sobretudo para os que nele se encontram como parte ativa, não apenas como testemunha. Há, sempre, o risco de cair na armadilha da emoção desbragada e não tratar do assunto de maneira adequada e sistêmica.

Que fazer? Creemos que a discussão desse problema poderia partir de três dados de base: a corporeidade, a individualidade e a cidadania. A corporeidade implica dados objetivos, ainda que sua interpretação possa ser subjetiva; a individualidade inclui dados subjetivos, ainda que possa ser discutida objetivamente. Com a verdadeira cidadania, cada qual é o igual de todos os outros, e a força do indivíduo, seja ele quem for, iguala-se à força do Estado ou de outra qualquer forma de poder: a cidadania define-se teoricamente por franquias políticas, de que se pode efetivamente dispor, acima e além da corporeidade e da individualidade, mas, na prática brasileira, ela se exerce em função da posição relativa de cada um na esfera social.

Costuma-se dizer que uma diferença entre os Estados Unidos e o Brasil é que lá existe uma linha de cor e aqui não. Em si mesma, essa distinção é pouco mais do que alegórica, pois não podemos aqui inventar essa famosa linha de cor. Mas a verdade é que, no caso brasileiro, o corpo da pessoa também se im-

põe como uma marca visível e é freqüente privilegiar a aparência como condição primeira de objetivação e de julgamento, criando uma linha demarcatória, que identifica e separa, a despeito das pretensões de individualidade e de cidadania do outro. Então, a própria subjetividade e a dos demais esbarram no dado ostensivo da corporeidade, cuja avaliação, no entanto, é preconceituosa.

A individualidade é uma conquista demorada e sofrida, formada de heranças e aquisições culturais, de atitudes aprendidas e inventadas e de formas de agir e de reagir, uma construção que, ao mesmo tempo, é social, emocional e intelectual, mas constitui um patrimônio privado, cujo valor intrínseco não muda a avaliação extrínseca, nem a valoração objetiva da pessoa, diante de outro olhar. No Brasil, onde a cidadania é, geralmente, mutilada, o caso dos negros é emblemático. Os interesses cristalizados, que produziram convicções escravocratas arraigadas, mantêm os estereótipos, que não ficam no limite do simbólico, incidindo sobre os demais aspectos das relações sociais. Na esfera pública, o corpo acaba por ter um peso maior do que o espírito na formação da socialidade e da sociabilidade.

Peço desculpas pela deriva autobiográfica. Mas quantas vezes tive, sobretudo neste ano de comemorações, de vigorosamente recusar a participação em atos públicos e programas de mídia ao sentir que o objetivo do produtor de eventos era a utilização do meu corpo como negro – imagem fácil – e não as minhas aquisições intelectuais, após uma vida longa e produtiva.

Sem dúvida, o homem é o seu corpo, a sua consciência, a sua socialidade, o que inclui sua cidadania. Mas a conquista, por cada um, da consciência não suprime a realidade social de seu corpo nem lhe amplia a efetividade da cidadania. Talvez seja essa uma das razões pelas quais, no Brasil, o debate sobre os negros é prisioneiro de uma ética enviesada. E esta seria mais uma manifestação da ambigüidade a que já nos referimos, cuja primeira consequência é esvaziar o debate de sua gravidade e de seu conteúdo nacional.

Enfrentar a questão seria, então, em primeiro lugar, criar a possibilidade de reequacioná-la diante da opinião, e aqui entra o papel da escola e, também, certamente, muito mais, o papel

freqüentemente negativo da mídia, conduzida a tudo transformar em *faits divers*, em lugar de aprofundar as análises. A coisa fica pior com a preferência atual pelos chamados temas de comportamento, o que limita, ainda mais, o enfrentamento do tema no seu âmago. E há, também, a displicência deliberada dos governos e partidos, no geral desinteressados do problema, tratado muito mais em termos eleitorais que propriamente em termos políticos. Desse modo, o assunto é empurrado para um amanhã que nunca chega.

Ser negro no Brasil é, pois, com freqüência, ser objeto de um olhar enviesado. A chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar predeterminado, lá embaixo, para os negros e assim tranqüilamente se comporta. Logo, tanto é incômodo haver permanecido na base da pirâmide social quanto haver “subido na vida”.

Pode-se dizer, como fazem os que se deliciam com jogos de palavras, que aqui não há racismo (à moda sul-africana ou americana) nem preconceito ou discriminação, mas não se pode esconder que há diferenças sociais e econômicas estruturais e seculares, para as quais não se buscam remédios. A naturalidade com que os responsáveis encaram tais situações é indecente, mas raramente é adjetivada dessa maneira. Trata-se, na realidade, de uma forma do *apartheid* à brasileira, contra a qual é urgente reagir se realmente desejamos integrar a sociedade brasileira de modo que, num futuro próximo, ser negro no Brasil seja, também, ser plenamente brasileiro no Brasil.

7/5/2000

ELOGIO DA LENTIDÃO

O mundo de hoje parece existir sob o signo da velocidade. O triunfo da técnica, a onipresença da competitividade, o deslumbramento da instantaneidade na transmissão e recepção de palavras, sons e imagens e a própria esperança de atingir outros mundos contribuem, juntos, para que a idéia de velocidade esteja presente em todos os espíritos e a sua utilização constitua uma espécie de tentação permanente. Ser atual ou eficaz, dentro dos parâmetros reinantes, conduz a considerar a velocidade como uma necessidade e a pressa como uma virtude. Quanto aos demais não incluídos, é como se apenas fossem arrastados a participar incompletamente da produção da história.

Sem dúvida, a maioria das pessoas, das empresas e das instituições não se utiliza das velocidades exponenciais tecnicamente possíveis, e muitos continuam a sobreviver na lentidão, mas isso não impede que o ideário dominante, em todos os arcanos da vida social, sugira uma existência com ritmos cada vez mais acelerados. Paralelamente, aquela questão do “fixo tecnológico”, fulcro de tantas discussões teóricas nos anos 60 e 70, retoma atualidade.

Dizia-se que a entrada de um país na linhagem das nações desenvolvidas dependia da aceitação de condições tecnológicas então consideradas modernas, sem as quais a presença atuante no plano internacional seria impossível. Mas havia, também, os que discutiam e recusavam essa premissa, afirmando que tecnologias intermediárias seriam capazes de dar conta, satisfatoriamente, do processo de crescimento de um determinado país. Era um tempo diferente do atual e no qual o debate civilizatório impedia o triunfo do pensamento único.

Hoje, graças às novas realidades da presente globalização, aquela tese do *technological fix* se robusteceu e se impõe com muito mais força, já que a batalha encarniçada entre os agentes dominantes da economia os leva à busca desesperada de tecnologias *up-to-date*, por sua vez necessitadas de adaptação urgente – técnica ou organizacional – cada vez que uma nova conquista científica é obtida.

A necessidade, sempre presente, de competir por um mercado que é uma permanente fuga para a frente conduz a essa espécie de endeusamento da técnica, autorizando os agentes vitoriosos a manter sua posição de superioridade sobre os demais. Na medida em que as grandes empresas transnacionais ganharam dimensões planetárias, a tecnologia se tornou um credo generalizado, assim como a velocidade. Ambas passam a fazer parte do catecismo da nova fé.

Todos acabam aceitando como verdade essa premissa. Ser ultramoderno impõe-se como uma ilusão generalizada, e o tempo desejado é o tempo da nova técnica. Seu ideário se alimenta de uma construção ideológica elaborada de forma sistêmica, mas que é apenas diretamente funcional para um pequeno número de atores privilegiados. De fato, somente algumas pessoas, firmas e instituições são altamente velozes. O resto da humanidade, em todos os países, vive e produz de uma outra maneira.

Essa velocidade exacerbada, própria a uma minoria, não tem nem busca sentido. Serve à competitividade desabrida, coisa que ninguém sabe para o que realmente serve, de um ponto de vista moral ou social. Fruto das necessidades empresariais de apenas um punhado de firmas, tal velocidade põe-se a serviço da política de tais empresas. E estas arrastam a política dos Estados e das instituições supranacionais. E aí se situa a matriz de um grave equívoco. Porque, vista historicamente, a técnica não é um absoluto.

Aliás, em seu estado absoluto, a técnica jamais foi realizada. Todas as vezes em que deixa de ser um capítulo da ciência para transformar-se em história, ela se relativiza. Por isso, a velocidade hegemônica atual, do mesmo modo que aquelas que a precederam – e tudo o que vem com ela e que dela decorre –, é apreciável, mas não imprescindível. Não é certo que haja um

imperativo técnico, o imperativo é político. A velocidade utilizada é um dado da política, e não da técnica.

Daí a emergência possível de uma pergunta de ordem prática: será mesmo impossível limitar a velocidade dos mais velozes, isto é, dos mais fortes? Ou, em todo caso, poderíamos limitar essa força dos mais fortes?

No passado, a ordem mundial pôde, em diversos momentos da história, construir-se mediante a não-obediência aos ditames da técnica mais moderna.

Os cem anos que se confundem com o século do imperialismo abrigaram grandes conjuntos políticos territoriais vivendo e convivendo segundo "idades" técnicas diversas, ou melhor, segundo combinações desiguais dos avanços técnicos possíveis. O Império Britânico estava à frente quanto à posse e ao uso das tecnologias então mais modernas, e os outros impérios vinham na rabeira, depois e depois. Mas isso não os impedia de conviver. O exercício da política permitia enfrentar os conflitos internos e sugerir, cada vez, novas formas de equilíbrio.

Aliás, de um ponto de vista internacional, o que se passava dentro de cada império parecia se espelhar em relação ao que se verificava externamente. A política comercial aplicada no interior desses grandes conjuntos territoriais, fragmentados e espalhados em diversos continentes, era que acabava permitindo a possibilidade de sua harmonização, malgrado suas diferenças de poder, dentro do conjunto do mundo ocidental.¹ O notável é que o balanço desses cem anos que precedem a atual fase de globalização permite, apesar das guerras que os marcaram, reconhecer, junto aos inegáveis progressos técnicos e ganhos econômicos, a manifestação também de progressos políticos e éticos, com a ampliação da idéia de humanidade solidária e de sociedade nacional solidária, mediante a conquista e a busca de aperfeiçoamento de um estatuto político eficaz na construção de uma vida social civilizada, nos planos nacional e internacional.

O progresso técnico não constituía obstáculo ao progresso moral, quando havia, paralelamente, progressos políticos.

Assim, o problema fundamental é o de retomar o curso dessa história, recolocando o homem em seu lugar central no planeta. Uma das condições para alcançá-lo parece ser o reconhecimento da realidade dos territórios tal como sempre foram utilizados pela população como um todo.

São usos múltiplos marcados por diferentes velocidades e pela utilização de técnicas as mais diversas, maneira de deixar que o território nacional constitua uma verdadeira casa coletiva, um abrigo para todos, empresas, instituições e homens. Somente dessa forma, soluções de convivência plenas ou sequiosas de humanidade são possíveis.

Não se trata de pregar o desconhecimento da modernidade – ou uma forma de regresso ao passado –, mas de encontrar as combinações que, segundo as circunstâncias próprias a cada povo, a cada região, a cada lugar, permitam a construção do bem-estar coletivo. É possível dispor da maior velocidade tecnicamente possível no momento e não utilizá-la. É possível fruir da modernidade nova, atual, sem ser obrigatoriamente o mais veloz.

Numa situação em que se combinam técnicas e tempos e velocidades diferentes, sem que um deles obrigatoriamente arraste os demais, impõem-se forçosamente soluções políticas que não passem obrigatoriamente pela economia e por suas conhecidas paixões inferiores.

A velocidade não apenas se define a partir do tempo utilizado para superar as distâncias. A questão é a de encontrar, para a palavra "velocidade", equivalentes na prática social e política.

Acreditamos que a noção de cidadania se possa prestar à discussão aqui proposta, desde que a consideremos em sua tríplice significação: cidadania social, econômica e política. Quanto mais se afirmam essas diversas vertentes da cidadania, maior é a garantia de que a "velocidade" pode ser limitada, ao mesmo tempo que os benefícios da modernidade encontram a possibilidade de uma difusão democrática. Será dessa forma que, num primeiro momento, serão reforçadas as individualidades fortes, provocando a necessidade de uma informação veraz, criando limites à propaganda invasora e enganosa, tudo isso se dando paralelamente a uma renovação do papel do Estado nacional.

¹ Milton Santos, *A Natureza do Espaço* (São Paulo: Hucitec, 1996), p. 36-7 e 152-3.

Será, também, por meio desse processo que o mercado interno será revigorado e os mercados comuns entre países serão horizontalizados, abrindo caminho para que o dinheiro regresse à sua condição histórica de equivalente universal e abandone a sua função atual de regedor exclusivo e despótico das relações econômicas. Pelas mesmas razões, aquilo a que chamamos de "informalidade da economia" melhor cumprirá suas funções econômica, social e política sem a necessidade de formalizações alienantes e fortalecendo o papel da cultura localmente constituída como um cimento social indispensável a que cada comunidade imponha a sua própria identidade e faça valer, a um ritmo próprio, o seu sentido mais profundo.

Será um mundo no qual os que desejarem ter pressa poderão fazê-lo livremente e no qual os que não são apressados serão fortalecidos, de modo a poder pensar na reconstrução da paz mundial e na luta por uma convivência social digna e humana dentro de cada país.

11/3/2001

CONTRA O USO POLÍTICO DAS ESTATÍSTICAS

Entrevista a Ana Gabriela Roiffe

A diminuição do analfabetismo entre negros, principalmente nos centros urbanos, pode reduzir a diferença de oportunidades entre eles e os brancos?

Existem duas questões. A primeira é a da estatística. A outra é: o que é que eu faço com a minha alfabetização? Essa questão é que é importante. Hoje, a educação mínima não é apenas a alfabetização, você precisa ter um nível mais elevado de educação para melhorar. Eu posso fazer uma distinção puramente estatística ou fazer uma distinção metodológica. A alfabetização custa barato, custa pouco tempo. Rapidamente, as condições de alfabetização são mais universais. Sobre a pergunta, acho que sim. Mas, como o Brasil quer retardar a distribuição de renda, há um esforço para deixar os pobres como pobres. Aí tem esse discurso de glorificação. Não é pela educação sozinha que se vai a algum lugar. Isso é uma grande balela.

A que outros fatores a educação precisa estar aliada para se tornar eficiente?

A uma revolução social. Primeiro educar num outro nível. Se você compara o Brasil que eu estudei com o atual, dá para ter mais negros na faculdade. Mas para qual faculdade eles irão? E, depois que forem, quantos deles ficarão nos empregos? Muito poucos. E, se eles obtiverem o emprego, qual será o salário? Acho que essas são as questões. Eu não resolvo isso com educação. Educação é um instrumento, mas não é algo que sozinho seja uma produção.

O senhor acredita que a "cruzada" do governo pela alfabetização seja uma maneira de desviar de questões prioritárias?

O que está havendo no Brasil é uma preocupação estatística da educação. Nós deveríamos ter uma cruzada pela ascensão

social, que está em baixa e só seria possível com a mudança de estrutura dentro da sociedade. Teríamos de ter uma preocupação sistêmica com a melhoria das condições de todos os brasileiros.

Por que o senhor considera a educação de hoje como simples valorização da técnica?

Você é treinado, mas não é educado. A produção do cidadão não deve ser só do cidadão. Deve resultar de uma dupla formada pela cidadania completa e pela individualidade forte, com a listagem de direitos à igualdade efetiva, e não puramente essencial. Eu creio que é para isso que a gente luta. Como não se quer fazer esse combate, o limite está chegando. Estamos chegando a todos os limites. Nada é feito para que você seja igual, porque a pobreza não é definida só pela renda. É pelo poder, é a posição que você tem na sociedade. Se você só é treinado, você não está apto a discutir o seu lugar na sociedade, e esse é o debate central. A estatística simplifica tudo. As pessoas ficam felicíssimas com os índices.

De que forma os números simplificam?

Os números aparentemente são concretos, mas na verdade são abstratos. Você pode ter, inclusive, no uso deles, uma escolha que já é política. Você escolheu os índices que quer. Joga certos índices no mercado, no mercado adverso também. Pré-seleciona e obriga a discutir esses dados, forçando um tipo de debate. O que eu faço com isso? Não vou muito longe. O que eu vou fazer? Eu posso dizer que são 40% de negros. Mas como isso vai melhorar as condições? Esse é um problema fascinante. Por enquanto não tem nenhuma importância, mas daqui a pouco terá. Politicamente não tem, ainda. Os brasileiros consideram que está tudo ótimo, mas em breve eu creio que essas coisas mudarão.



27/3/2001

MILTON SANTOS:
CIÊNCIA, ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Carlos Walter Porto Gonçalves

A ÉTICA (E *ETHOS*) DE UM INTELLECTUAL

A vastíssima obra que Milton Santos nos legou, que remonta a dezenas de livros e centenas de artigos científicos publicados no Brasil e no mundo durante os últimos 50 anos, surpreende pela quantidade e, mais ainda, quando a qualificamos. Trata-se de uma obra desigual, que está longe de constituir um sistema teórico fechado, como muitos gostariam que fosse e até acreditam que seja – o que Milton Santos jamais pretendeu. É uma obra desigual por suas diferentes qualidades e coerente com o modo dialógico com que foi sendo tecida.

Essa qualidade desigual de sua vasta produção tem uma relação estreita com o que Milton Santos considerava uma qualidade de qualquer intelectual digno desse nome, isto é, a recusa aos mais variados dogmatismos. Quase sempre, levam a que se fale por meio de um “nós” majestático; com isso, abdica-se do risco inerente à atividade do intelectual, que deriva da *coragem individual*, “da consciência do exercício de aproximação da verdade” (Santos, 1998). O compromisso do verdadeiro intelectual, segundo Milton Santos, é sempre com a verdade, “essa vontade de nos manter com o que imaginamos ser a verdade, a despeito da não-aceitação”, recusando o sucesso momentâneo que toda aceitação fácil proporciona, ainda mais forte numa época que bem pode ser caracterizada como Idade *Media*.¹

Essa coragem necessária a todo indivíduo que se queira intelectual pressupõe, ao mesmo tempo, a dúvida, aquele sen-

¹ Leia-se “mídia” mas escreva-se *media*, conforme recomenda o bom latim. Com isso nos permitimos uma saudável ambigüidade entre Idade Média e Idade Mídia; a expressão “mídia”, que importamos do inglês, se origina, afinal, do latim – *media, medium* –, que é de onde vem a nossa própria língua.

timento “que nos assalta diante de um papel que acabamos de escrever, e que acabamos guardando sem a coragem de dar a público. Quem já não conheceu essa reação? Essa dúvida, uma forma de humildade diante dos fatos, derrotando-me a mim mesmo na vontade de mandar para a rua um papel escrito, e preservando a possibilidade de melhorar adiante” (1998).

Essa coragem e essa dúvida é que fizeram de Milton Santos um intelectual coerente com uma obra tão vasta e variada. É uma das qualidades desse intelectual que soube, como poucos, o significado de “publicar”: tornar público, dar-se ao público. E tornar público e dar-se ao público é ex-por, pôr-se para fora; é a partir daí que se constitui a verdadeira *práxis coletiva*, “que não é uniforme e é tanto mais rica quanto mais diferentes são os pontos de vista. Quanto mais diferentes somos, mais rica é a nossa produção em comum, porque um debate mais amplo se instala, ainda que a partir dos nossos silêncios” (1998). Milton Santos assim se distancia de muitos intelectuais de esquerda, de quem sempre se manteve perto, ao afirmar o valor e a necessidade do indivíduo – disputando esse valor, ao mesmo tempo, contra os liberais.

“Eu creio que não há *práxis coletiva* totalitária. A *práxis coletiva* é o lugar da presença simultânea de uma multiplicidade de interpretações, porque a *práxis* é ação e sendo ação ela é interpretação, interpretação do mundo, interpretação de cada um de nós frente à necessidade de agir, frente à possibilidade de agir. Por conseguinte, quando a *práxis* se dá a partir de verdades, de crenças profundas, é uma *práxis* muito mais rica, e é por isso que a *práxis* a partir do que é pragmático, das ordens verticais, as *práxis* comandadas pelos comandos da globalização globalitária, são *práxis* pobres” (1998).

É exatamente por isso que sua obra não é dogmática e, assim, mostra-se desigual na sua trajetória. Foi por manter essa ética para com a verdade, a que todo intelectual individualmente deve se ater, que abandonou idéias, participando dessa *práxis coletiva* de construção de conhecimento publicando, mudando e aperfeiçoando tanto. “Quando me meto a reler o que escrevi há 40 anos atrás, vejo que muitas coisas abandonei completamente. Talvez as houvesse abandonado mais rapidamente se houvesse uma interlocução” (1998).

Nem por praticar essa ética Milton Santos jamais deixaria de partilhar valores em comum, colocando-se, pois, muito longe de qualquer individualismo. Em primeiro lugar, partilhava o *ethos* característico da comunidade científica, que exige o respeito a determinado conjunto de regras e procedimentos, até mesmo para validar a sua própria crítica. Para isso, Milton Santos destacava a preocupação com a teoria e com as questões de método. Em segundo lugar, destaque-se o profundo sentido de responsabilidade social, de práxis – ação-interpretação –, evitando aquilo que Pierre Bourdieu chamava de teoria teórica.

A IMPORTÂNCIA DA TEORIA E DO MÉTODO

Milton Santos se coloca, assim, entre aqueles que entendem que a formulação de teorias e as questões de método são inerentes ao fazer científico, e que esse fazer científico deve manter um contato estreito com a empiria, assim como um sentido ético da responsabilidade social de suas formulações teóricas, científicas. O cientista deve-se preocupar em “fornecer, ao mesmo tempo, a explicação da realidade espacial e os instrumentos para a sua análise. Acreditamos que uma teoria que não gera, ao mesmo tempo, a sua própria epistemologia, é inútil porque não é operacional, do mesmo modo que uma epistemologia que não seja baseada numa teoria é maléfica, porque oferece instrumentos de análise que desconhecem ou deformam a realidade. A coerência científica que deve ser o objeto final da reflexão, não pode ser obtida de outra forma” (1978a).

Suas obras variam de intensidade entre três dimensões: teórico-metodológica, empírica e ético-política. Dentro desse escopo, as suas obras mais importantes são:

- 1) entre as de caráter mais teórico-metodológico, *Por Uma Geografia Nova* (1978a), *Espaço e Método* (1985) e *A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo/ Razão e Emoção* (1996);
- 2) entre as de caráter mais empírico, *A Cidade nos Países Subdesenvolvidos* (1965), *O Espaço Dividido* (1979a) e *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI* (2001);²
- 3) entre as de caráter mais ético-político, *O Trabalho do*

² Em co-autoria com Maria Laura Silveira e vários colaboradores.

Geógrafo no Terceiro Mundo (1970), *Pensando o Espaço do Homem* (1982), *O Espaço do Cidadão* (1987), *Por Uma Outra Globalização – do Pensamento Único à Consciência Universal* (2000a) e *O Papel Ativo da Geografia: Um Manifesto* (2000c).

Observe-se que essas três dimensões estão presentes em todas as suas obras, bastando indicar, se alguma dúvida há, o caráter de manifesto no título de uma das suas principais obras teóricas, *Por uma Geografia Nova*, ou ainda o também título-manifesto, *Por Uma Outra Globalização – do Pensamento Único à Consciência Universal*, quando não um manifesto propriamente dito, lançado à comunidade científica, *O Papel Ativo da Geografia – um Manifesto*, que é também um provocante texto teórico.

O ESPAÇO GEOGRÁFICO, O ESPAÇO BANAL

Uma das principais contribuições da obra de Milton Santos para as ciências sociais foi, sem dúvida, a de ter colaborado decisivamente para colocar o *espaço geográfico* no centro do debate acerca dos dilemas da sociedade contemporânea. E aqui vale ressaltar a desconcertante apropriação que faz de uma noção de François Perroux, a de *espaço banal*, para torná-lo um conceito científico com forte poder explicativo e impregnado de conseqüências ético-políticas. Esse conceito comporta a coexistência do diverso, onde coabitam os objetos naturais – para Milton Santos, a natureza está cada vez mais envolvida pela sociedade –,³ os objetos técnicos, a informação e a comunicação, enfim, um espaço complexo distinto do econômico, do social ou de qualquer outro espaço temático, de qualquer campo de conhecimento.

“Enquanto outros especialistas podem escolher, na listagem de ações e na população de objetos, aqueles que interessam

3 “Neste fim de século, a natureza, como realidade histórica, não existe por si só. Como espaço e como o planeta inteiro, a natureza é objeto do exercício das idéias do homem, do seu trabalho e das suas intenções e paixões. No pensamento do que o mundo representa para a humanidade, a natureza em si deixou de existir. Vejam o caso do turismo chamado ecológico. O mais remoto rincão da Terra, aquele que pareça menos conhecido, está hoje cheio de intenções; pode não ser objeto de domínio imediato do capital, pode não ser objeto de povoamento, mas é sempre objeto de intenções, e estas, num mundo globalizado, fazem parte da produção de uma política global” (1998).

aos seus estudos setoriais, o geógrafo é obrigado a trabalhar com todos os objetos e todas as ações [...] enxergando na materialidade esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação” (1996).

A IMPORTÂNCIA DA TOTALIDADE, DO SISTEMA, DO CONTEXTO

Como vemos, para Milton Santos, a idéia de sistema é um imperativo ético de todo intelectual – “é preciso [...] buscar visões sistêmicas para o que aconteceu ou acontece, e oferecê-las aos alunos. O que temos de ensinar ao estudante são situações. E as situações são construções sistêmicas, já que os elementos de uma dada situação dependem uns dos outros” (1998) – e nos remete à categoria de *totalidade*. Só assim, nos diz, podemos passar do “empirismo abstrato, isto é, do valor dado às coisas em si, e alcançar uma abstração empírica, isto é, uma generalização que parta do que realmente exista e que não seja um mero produto da nossa imaginação” (ibidem).

No entanto, Milton Santos, em companhia de Jean-Paul Sartre, Karel Kosik, Maurice Merleau-Ponty, Henry Lefebvre e Georges Gurvitch, cuida para que se distinga *totalidade* e *totalização*, não só enquanto procedimento metodológico – “impõe-se um caminho duplo: da análise para a síntese e da síntese para a análise” (1998) –, mas como exigência para a compreensão. Posto que há um *processo de totalização* envolvendo o mundo inteiro hoje, mais do que em qualquer outro período histórico, “tal procedimento torna-se mais fácil e cômodo. Antes não tínhamos a capacidade de saber cabalmente o que se passava no resto do mundo. Nossa geração tem o privilégio do que podemos chamar de cognoscibilidade do planeta, com a capacidade de saber o que se passa em qualquer lugar que seja. Devemos tirar partido dessa possibilidade para buscar a construção de sistemas explicativos das diversas situações. [...] Será assim, creio, que poderemos construir os novos humanismos” (1998).

FORMAÇÃO SOCIAL, FORMAÇÃO ESPACIAL – COM MARX PARA ALÉM DE MARX

Assim, o espaço banal do nosso cotidiano, lugar da coexistência

do diverso, tem de ser visto em suas conexões sistêmicas com a totalidade, para o que Milton Santos reinventou a categoria marxiana de *formação social*,⁴ enquanto *formação espacial* ou *formação socioespacial* (1978a). Milton Santos assume sua dívida para com Marx – “que me ensinou muito” –, sobretudo pelo método, mas nos alerta que devemos, por nós próprios, “reencontrar os materiais, que não são os mesmos de Marx, mas os que me permitem produzir idéias do que existe no chamado mundo real. E assim voltamos ou chegamos à história, base imortal do método de Marx. E a História atual é muito mais sistematicamente palpável do que as anteriores, o que é uma chance para todos nós” (2000b). *Verdade e o Absoluto*

Mas esse *mundo real* de que nos fala Milton Santos está longe do empirismo positivista, na medida em que o que existe comporta, também, possíveis e, assim, a análise do ser-que-aí-está deve comportar, também, o vir-a-ser – e é isso que nos abre para o futuro, não pelo voluntarismo, mas pelo possível inscrito no próprio mundo enquanto latência. “O essencial é saber que, entre as possibilidades que o mundo oferece a cada momento, muitas ainda não foram realizadas. Uma análise que pretenda ajudar a enfrentar o futuro deve partir deste fato muito simples: não se pode analisar uma situação apenas a partir do que existe. A análise de uma situação exige que consideremos também o que não existe, mas que pode existir. [...] Como o futuro jamais é um só, é isso que nos pode unir na tarefa de pensar os futuros e escolher um. Como essa forma de analisar deve ser feita a partir de tudo o que existe, trata-se de uma forma existencialista de construção do pensamento”, arremata Milton numa clara inspiração sartreana que bem caracteriza o seu pensamento (1998).

Sua distinção entre *causa* e *contexto*, desde *Por Uma Geografia Nova* (1978a), aponta para a questão do ser e do vir-a-ser, do *sistema*, da *totalidade*, da *situação*, do *contexto* numa perspectiva não-linear e reducionista. “Quando trabalhamos com a no-

4 Ou *formação econômico-social*. Na verdade, trata-se de um conceito criado enquanto tal por Vladimir Illich Ulianov (Lênin) em “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” (1898), publicado no Brasil na série “Os Economistas” (São Paulo: Abril Cultural, 1982).

ção de causa e efeito, muitas vezes nos escapa o processo pelo qual se lança uma ponte entre o passado e o futuro, pois o que vemos é, muitas vezes, do âmbito exclusivamente do sensível e muitas vezes não ultrapassa o parcial. Somente através do contexto vemos o movimento do conjunto.”

Vale destacar o interesse pela cidade, que tanto marcou Milton Santos, sobretudo pelas especificidades da cidade no então chamado Terceiro Mundo, e, desde sempre, sua preocupação com a superação das desigualdades sociais e o subdesenvolvimento, tema que partilhou com uma das mais brilhantes gerações de intelectuais brasileiros, com destacada projeção internacional, incluindo nomes como Josué de Castro, Celso Furtado, Darci Ribeiro, Florestan Fernandes e Inácio Rangel, entre tantos. A cidade, para Milton Santos, particularmente nos seus primeiros trabalhos, deve ser vista dentro desse escopo de um *locus* de luz em meio a uma sociedade hegemonizada por uma oligarquia rural tradicionalista. Ainda que comportando profundas desigualdades, era fonte de possibilidades emancipadoras (1965, 1978b, 1979a, 1980, 1987, 1988, 1990, 1993 e 1994a). Conceitualmente não olvidemos a importância das idéias de *estrutura*, *processo*, *forma* e *função* (1965), inspiradas nas obras de Jean Tricart⁵ e Pierre George,⁶ para essa construção teórica que busca superar não só a mera descrição do existente, mas também a da situação.⁷

A NECESSIDADE DE PERIODIZAR – O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL COMO PERÍODO HISTÓRICO DA GEOGRAFIA MUNDIAL

Vemos, assim, que o *espaço geográfico* de Milton Santos é um *espaço-tempo*, para o que a *periodização* se torna central enquanto fundamento teórico-metodológico. E aqui, mais uma

5 J. Tricart, *L'Habitat Urbain*. Paris: CDU, s/d.

6 Pierre George, *La Ville, le Fait Urbain à Travers le Monde* (Paris: PUF, 1952), e idem, *Précis de Géographie Urbaine* (Paris: PUF, 1962).

7 Arnem Mamigonian critica, com razão, o abandono dessas fontes pela geografia humana brasileira. Arnem Mamigonian, “Milton Santos e a Geração dos Geógrafos dos anos 50”. Em: *Revista Ciência Geográfica*, Associação dos Geógrafos Brasileiros, ano VII, v. II, n. 19, maio-ago. (Bauru), 2001.

vez, a periodização se impõe, a um só tempo, como um imperativo científico e ético, na medida em que somente a identificação do que é novo, do que é diferente, no bojo de um processo espaciotemporal, permite uma ação lúcida transformadora.

“Assim, quando um novo momento – momento de um modo de produção – chega para substituir o que termina, ele encontra no mesmo lugar de sua determinação (espacial) formas preexistentes às quais ele deve adaptar-se para poder determinar-se. De logo, pode-se falar do espaço como condição eficaz e ativa da realização concreta dos modos de produção e de seus momentos. Os objetos geográficos aparecem em localizações, correspondendo aos objetivos da produção em um dado momento e, em seguida, por sua própria presença, eles influenciam os momentos subseqüentes da produção” (1978a).

Foi essa firme preocupação metodológica com a periodização que permitiu a Milton Santos escapar das análises ideologizadas, tanto as afirmativas como as que se pretendiam críticas, acerca da globalização. Ali, onde uns viam o fim da História e outros o velho e mesmo imperialismo, Milton Santos viu um período histórico em que novas situações se apresentavam.

Daí emergiu sua caracterização do período atual como *meio técnico-científico-informacional*; no mesmo movimento, ele desenvolveu sua caracterização do espaço geográfico como “um sistema de objetos e um sistema de ações” (1994a, 1996, 2000a, 2000b, 2001).

É interessante observar que suas duas obras mais completas do ponto de vista teórico, *Por uma Geografia Nova* (1978a) e *A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo/Razão e Emoção* (1996), trouxeram dois conceitos fundamentais para a caracterização do espaço geográfico – formação espacial e meio técnico-científico-informacional –, sendo um o desdobramento do outro. Tais conceitualizações trazem, elas mesmas, as marcas do período histórico em que foram produzidas.

Na verdade, a formação espacial esteve na obra de Milton Santos fortemente ligada às suas preocupações com a questão nacional – “formação social e realidade nacional” (Santos, 1978a: 198) – ou, ainda, ao considerar o “Estado-nação como unidade geográfica de estudo” (Santos, 1978a: p. 179-190).

Sua enorme preocupação com a questão nacional e com a questão do desenvolvimento, ou melhor, do subdesenvolvimento (pobreza), não o fez jamais se deixar levar por um discurso nacionalista superficial, também nessa problemática facilmente ideologizável. Ao mesmo tempo, e também aqui, vemos o quanto o marxismo, quando não tornado um sistema doutrinário, já pronto antes da análise da materialidade dinâmica do mundo, se mostra fértil na elucidação das questões contemporâneas.⁸ Afinal, não só a marxiana formação social se torna formação socioespacial, como também o *sistema de objetos* e o *sistema de ações* se inspiram na dialética das forças produtivas e das relações de produção de Marx, numa clara preocupação em superar a redução economicista – que, diga-se de passagem, está muito mais presente nos marxistas do que em Marx.⁹

AS RUGOSIDADES – UMA METÁFORA TORNA-SE UM QUASE-CONCEITO

Milton Santos, sempre severo com a substituição da análise pelo uso de metáforas, não deixava, todavia, de saber tirar proveito delas. Refiro-me aqui, em particular, ao uso que fazia da metáfora das *rugosidades* (1978a), que, com ele, ganhava um estatuto de quase-conceito, pela operacionalidade explicativa. De clara inspiração geomorfológica, topográfica, a expressão adquire um sentido nada físico, sendo usada, no entanto, para nos lembrar da “materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico”. Alerta-nos, assim, que o espaço geográfico tem uma espessura, uma densidade sociohistórica; enfim, que o espaço geográfico não é externo aos processos sociais. Mais tarde isso ficará revelado na obra de Milton Santos com a valorização da categoria de *território*, ao que ele procurava acrescentar *usado* (2000b, 2000c; também Santos e Silveira, 2001).

Quero destacar, ainda, que esse desdobramento – da formação social/formação espacial, muito ligada à questão nacional (1978a), para o meio técnico-científico-informacional e o

⁸ Poderíamos indicar como exemplo dessa fertilidade do marxismo a obra de outro geógrafo de grande circulação por toda a ciência social. Refiro-me a David Harvey. Ver, por exemplo, *A Condição Pós-moderna* (São Paulo: Loyola, 1989).

⁹ Bastaria lembrar que *O Capital*, mais do que uma obra de economia, é uma “contribuição à crítica da economia política” – seu subtítulo, aliás.

sistema de objetos e sistema de ações (1994a e 1996) – deve-se a essa permanente atenção com a empiria e com o mundo no seu devir, o que lhe propiciava captar a enorme transformação por que passa o nosso mundo. É que a formação socioespacial do capitalismo contemporâneo, enquanto meio técnico-científico-informacional, desloca o lugar do Estado-nação na nova configuração geográfica e política. A política adquire, assim, um novo significado no mundo e na obra de Milton Santos, na medida em que “as ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala de seu comando. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da terra” (1996). São as *verticalidades* que entram em tensão contraditória com o espaço banal, *locus* de coabitação do diverso – na linguagem de Milton Santos, *horizontalidades* (1996) –, onde se redescobre a “força do lugar” (1996) e, poderíamos acrescentar, a força dos do lugar.

DAS VERTICALIDADES E DAS HORIZONTALIDADES – DESLOCANDO-SE DA ECONOMIA PARA A POLÍTICA, DO ESPAÇO PARA O TERRITÓRIO

Devemos ressaltar aqui o paulatino deslocamento por Milton Santos da centralidade da economia – sem abdicar da contextualização sociogeográfica do econômico, escapando, assim, de uma geografia cultural tão em voga que não enfrenta essa questão – e a importância que ganha a dimensão do político em sua obra. Assim, os *dois circuitos* tão bem descritos e analisados a partir de *O Espaço Dividido* (1979a) se dialetizam na tensão contraditória das verticalidades e das horizontalidades; assim como, pouco a pouco, a *ação* se amplia do planejamento e do planejador para considerar o papel protagônico dos movimentos sociais e dos “pobres” (1996 e 2001), no mesmo movimento em que o espaço vai, pouco a pouco, se tornando território (2000a, 2000b, 2000c; Santos e Silveira, 2001).

Na caracterização do novo período que ora vivemos, Milton Santos surpreende àqueles que são tentados a ver sim-

plesmente a dominação do imperialismo em sua nova fase. Afinal, “o espaço se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual” (1996). Ou, ainda, quando nos diz que “o mundo de hoje também autoriza uma outra percepção da história por meio da contemplação da universalidade empírica constituída com a emergência das novas técnicas planetarizadas e as possibilidades abertas ao seu uso. A dialética entre essa universalidade empírica e as particularidades encorajará a superação das práxis invertidas, até agora comandadas pela ideologia dominante, e a possibilidade de ultrapassar o reino da necessidade, abrindo lugar para a utopia e a esperança” (2000).

DA NECESSÁRIA DISTINÇÃO ENTRE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA COMPREENDER AS TENSÕES DO MUNDO

Ali onde a verticalidade – o poder dos “de cima”, o poder dos “de fora” – tenta comandar, por meio de uma racionalidade instrumental que se quer cada vez mais veloz,¹⁰ há uma horizontalidade, onde se desenvolve uma contra-racionalidade, até pelo *tempo lento* dos que habitam e não somente passam ou que somente se interessam por uma única dimensão, a econômica – na verdade, pelo lucro. Os *lugares* são *locus* da multidimensionalidade da vida, em que a convivência do diverso instiga cada um. Para isso, Milton Santos nos propõe distinguir entre *informação* e *comunicação* – o que é fundamental para compreendermos a tensão contraditória entre as verticalidades e as horizontalidades. “Podemos nos comunicar com o mundo que nos rodeia, com os outros, até mesmo conosco, sem procedermos à transmissão de quaisquer informações, tal como podemos transmitir informações sem criarmos ou alimentarmos quaisquer laços sociais. [...] Na experiência comunicacional intervêm processos de interlocução e de interação que criam, alimentam e restabelecem os laços sociais que partilham os mesmos quadros de experiência e identificam as mesmas ressonâncias histó-

¹⁰ Não olvidemos, como tão enfaticamente insiste Milton Santos, que os objetos técnicos, que cada vez mais povoam o nosso espaço geográfico de cada dia, são objetos impregnados de intencionalidade, são objetos in-formados.

ricas de um passado em comum. Comunicar [...] etimologicamente significa 'pôr em comum'. Esse processo, no qual entram em jogo diversas interpretações do existente, isto é, das situações objetivas, resulta de uma verdadeira negociação social, de que participam preocupações pragmáticas e valores simbólicos, 'pontos de vista mais ou menos compartilhados', em proporções variáveis [...]. Nessa construção, pois, além do próprio sujeito, entram as coisas e os outros homens" (1996, p. 253).

DA ATUALIDADE DA OBRA DE MILTON SANTOS

Eis que as *rugosidades* se apresentam com novas qualidades e os lugares (e a comunidade de lugares que são os territórios) adquirem toda a sua força, como se pode ver em eventos como o de 11 de setembro de 2001, ou na crise argentina do início de 2002, em que o corpo-a-corpo – seja o corpo de aviões se chocando contra o corpo dos edifícios, seja o corpo da multidão batendo painéis, bloqueando rotas ou depredando bancos – mostra toda a tensão entre as *verticalidades* e as *horizontalidades*. Entre os que agem à distância – a tele-ação que pressupõe a tele-visão e o sentir remotamente, sensoriamento remoto – manipulando informações e, de outro lado, as gentes comuns, os movimentos sociais e os pobres.

Pouco se destacou, na obra desse cientista que levou tão longe o nome da ciência que se faz no Brasil, da geografia em particular, a sua formação em direito, o que talvez nos ajude a entender muito dos temas que o preocuparam – a cidadania, a justiça, a soberania – e do seu interesse pela tribuna que é a imprensa. No entanto, foi na geografia que se sentiu à vontade para debater, mais do que o direito, a justiça.

Cabe registrar, ainda, como uma das suas principais obras, o fortalecimento da Associação dos Geógrafos Brasileiros, um dos quatro pilares da construção da geografia brasileira,¹¹ entidade por meio da qual Milton Santos se tornou reconhecido e respeitado nacionalmente. Nesse sentido merece particular destaque o manifesto que lançou em julho de 2000, em Florianópolis,

¹¹ Os outros três seriam: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IPGH); o Departamento de Geografia da USP, onde, aliás, nasceu a Associação dos Geógrafos Brasileiros; e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

polis, durante o XII Encontro Nacional de Geógrafos. A importância para ele era tanta que fez referência a isso no mesmo dia em artigo da *Folha de S. Paulo*, onde chama à responsabilidade os seus pares para que se evite a fragmentação do saber geográfico por suas implicações particularistas e mercadológicas em detrimento de um geografia com um "enfoque totalizador, que autorize uma intervenção interessando à maior parte da população" (2000). Mais uma vez, vê-se a dimensão teórica associada à ética da responsabilidade social.

Enfim, sua identidade com os problemas de seu tempo, sobretudo sua solidariedade com aqueles que sofrem os efeitos do que chamou de processo globalitário perverso, era tamanha que o título de um dos seus últimos livros – *Por Uma Outra Globalização* –¹² serve de lema, verdadeira divisa, que o faz presença viva e permanente junto à mais ampla reunião de movimentos sociais e organizações não-governamentais jamais formada, que é o Fórum Social Mundial. Ali se diz: "um outro mundo é possível" – o que a obra de Milton Santos buscou o tempo todo.

CARLOS WALTER PORTO GONÇALVES é professor-adjunto do programa de pós-graduação em geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro) e ex-presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB); é autor de *Geo-grafias: Movimientos Sociales, Nuevas Territorialidades y Sustentabilidad* (México: Siglo XXI, 2001) e *Amazônia, Amazônia* (São Paulo: Contexto, 2001), entre outros trabalhos.

¹² É interessante observar como, desde Seattle (1999) até Gênova (2001), a *media* noticia esse conjunto de movimentos sociais como movimento antiglobalização. E o mais interessante, ainda, é que se trata de um movimento que, pelo seu próprio caráter de envolver múltiplos segmentos sociais de todo o mundo, se desenvolve nos marcos da mundialização em curso, processo de que são protagonistas, e quem os estuda e os acompanha de perto sabe que o que buscam é "uma outra globalização" e não uma antiglobalização. O título da obra de Milton Santos, publicado antes do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, não poderia estar mais próximo das forças vivas que buscam justiça social, decisão soberana, defesa do meio ambiente e direito à diferença, com radicalidade democrática.

BIBLIOGRAFIA DE MILTON SANTOS

LIVROS

- (1965) *A Cidade nos Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- (1971) *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: Hucitec.
- (1978a) *Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: Hucitec.
- (1978b) *Pobreza Urbana*. [Mestrado em Planejamento Urbano na UFPE.] São Paulo: Hucitec.
- (1979a) *O Espaço Dividido: os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- (1979b) *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Vozes.
- (1979c) *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. São Paulo: Hucitec.
- (1980) *A Urbanização Desigual: a Especificidade do Fenômeno Urbano em Países Subdesenvolvidos*. Petrópolis: Vozes.
- (1982) *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Hucitec.
- (1985) *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel.
- (1987) *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel.
- (1988) *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec.
- (1990) *Metrópole Corporativa Fragmentada: o Caso de São Paulo*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo/Nobel.
- (1993) *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec.
- (1994a) *Por uma Economia Política da Cidade*. São Paulo: Hucitec/Educ.
- (1994b) *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec.
- (1996) *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo/Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec.
- (1998) *O Professor Como Intelectual na Sociedade Contemporânea*. [Anais do Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (Endipe), realizado em Águas de Lindóia.]
- (2000a) *Por uma Outra Globalização: do Pensamento Único à Consciência Universal*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record.
- (2000b) *Território e Sociedade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- (2000c) [M.S. et alii] *O Papel Ativo da Geografia: um Manifesto*. Florianópolis: Laboplan/USP.
- (2001) [M.S. e M.L. Silveira] *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record.

ARTIGOS E OUTROS

1. "Geografia Antiga e Moderna". Em: *Revista da Educação e Cultura* (Salvador), 1952.
2. "A Região de Alagoinhas". Em: *Revista Brasileira dos Municípios*, ano VI, n. 21 (Rio de Janeiro), 1953.
3. "Classificação Funcional dos Jornais Brasileiros: as Regiões Jornalísticas". Em: *Boletim da Associação Baiana de Imprensa*, n. 55 (Salvador), 1955.
4. "Estrutura Agrária do Município de Ipiaú". Em: *Revista Brasileira dos Municípios*, ano XI, n. 31, p. 224-6 (Rio de Janeiro), 1956.
5. "Notas Para Estudo do 'Habitat' Rural na Zona Cacaueira da Bahia". Em: *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, v. VIII, tomo I, 1953-4, p. 385-406 (São Paulo), 1956.
6. "O Papel Metropolitano da Cidade do Salvador". Em: *Revista Brasileira dos Municípios*, ano IX, jul.-dez., n. 35-6, p. 185-90 (Rio de Janeiro), 1956.
7. "Problemas de Geografia Urbana na Zona Cacaueira Baiana". Em: *XVIII Congresso Internacional de Geografia*, ago., 25 p., mimeo. (Rio de Janeiro), 1956.
8. "A Cidade de Jequié e Sua Região". Em: *Revista Brasileira de Geografia*, ano XVIII, n. 1, jan.-mar., p. 71-112 (Rio de Janeiro), 1957.
9. "Nazaré, um Porto Ferroviário do Recôncavo Baiano". Em: *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, v. IX, tomo I, 1954-5, p. 305-20 (São Paulo), 1957.
10. "Distribuição Geográfica da População Baiana". Em: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 80, p. 115-23 (Salvador), 1957.
11. "A Baixa dos Sapateiros". Em: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 81, p. 71-9 (Salvador), 1957.
12. "Devemos Transferir a Capital da Bahia?". Em: *Revista Brasileira dos Municípios*, ano XI, jul.-dez., p. 155-6 (Rio de Janeiro), 1958.
13. "Localização Industrial em Salvador". Em: *Revista Brasileira de Geografia*, ano XX, n. 3, p. 245-76, foto (Rio de Janeiro), 1958.
14. "A População da Bahia". Em: *Boletim Geográfico*, n. 146, set.-out., ano XVI, p. 622-5 (Rio de Janeiro), 1958.
15. "Ituberá, Porto Cacaueiro Rejuvenescido Pela Indústria". Em: *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, v. X, tomo I, 1955-7, p. 119-31 (São Paulo), 1958.
16. "Uma Definição da Cidade do Salvador". Em: *Revista Brasileira dos Municípios*, ano XI (Rio de Janeiro), 1958.
17. "Os Climas da Bahia". Em: *Boletim Geográfico*, n. 145 (Rio de Janeiro), 1958.
18. "As Indústrias da Cidade do Salvador: Distribuição Geográfica" (em Colaboração com A. D. Carvalho). Em: *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, v. X, tomo I, 1955-57, p. 119-31 (São Paulo), 1958.
19. "Economia Comercial e Transformação da Paisagem na AOF, Principalmente na Costa do Marfim (Notas de Viagem)". Em: *Boletim Carioca de Geografia*, ano XII, n. 1-2 (Rio de Janeiro), 1959.
20. "Quelques Problèmes Géographiques du Centre de la Ville de Salvador". Em: *L'Information Géographique*, n. 3 (Paris), 1959.
21. "A Cultura do Cacau na Costa do Marfim". Em: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 31, p. 68-95 (São Paulo), 1959.
22. "Contribuição ao Estudo dos Centros de Cidades: o Exemplo da Cidade de Salvador". Em: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 32, jul., p. 17-30 (São Paulo), 1959.
23. "Geografia e Desenvolvimento Econômico". Em: *Desenvolvimento: Problemas e Soluções* [publ. em homenagem ao prof. Pinto de Aguiar], Imprensa Oficial da Bahia, p. 107-26 (Salvador), 1960.
24. "Aspectos Geográficos da Concorrência Entre os Diversos Meios de Transporte na Zona Cacaueira da Bahia". Em:

- Boletim Baiano de Geografia*, ano I, n. 1, jun., p. 41-56 (Salvador), 1960.
25. "Uma Comparação Entre as Zonas Cacaueiras do Estado da Bahia (Brasil) e da Costa do Marfim". Em: *Boletim Baiano de Geografia*, ano I, n. 3, p. 21-33 (Salvador), 1960.
 26. "Salvador e o Deserto". Em: *Revista Brasileira dos Municípios*, ano XIII, p. 127-8 (Rio de Janeiro), 1960.
 27. "Zonas Deprimidas e Zonas Pioneiras". Em: *Revista Brasileira dos Municípios*, ano XIV, n. 53-4, jan.-jun., p. 19-24 (Rio de Janeiro), 1961.
 28. "Quelques Problèmes des Grandes Villes dans les Pays Sous-développés". Em: *Revue de Géographie de Lyon*, v. XXXVI, n. 3, p. 197-218 (Lyon), 1961.
 29. "Alguns Problemas do Crescimento da Cidade do Salvador". Em: *Boletim Baiano de Geografia*, ano II, n. 5-6, p. 21-45 (Salvador), 1961.
 30. "Alguns Problemas do Crescimento da Cidade do Salvador". Em: *Cultura*, n. 8, Universidade Federal da Bahia, p. 5-17 (Salvador), 1962.
 31. "Les Difficultés de Développement d'une Partie de la Zone Sèche de l'Etat de Bahia: la Vallée Moyenne du Fleuve Paraguaçu". Em: *Annales de Géographie*, s/n, p. 314-30 (Paris), 1963.
 32. "As Migrações Para Salvador Através da Análise do Fichário Eleitoral". Em: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 15, p. 127-50 (Belo Horizonte), 1963.
 33. "La Culture du Cacao dans l'Etat de Bahia". Em: *Les Cahiers d'Outre-mer*, tomo XVI, s/n., p. 360-78 (Bordeaux), 1963.
 34. "As Grandes Cidades Latino-americanas". Em: *América Latina*, ano 6, n. 3, jul.-set., p. 85-9 (Rio de Janeiro), 1963.
 35. "O Porto e a Cidade de Salvador". Em: *Revista do 50º aniversário do Porto de Salvador* (Salvador), 1963.
 36. "O Panorama Econômico-social da Bahia". Em: *Revista Brasileira dos Municípios*, n. 67-8, p. 117-24 (Rio de Janeiro), 1964.
 37. "La Population de l'État de Bahia" (em colaboração com J. Beaujeu-Garnier). Em: *Volume Jubilaire de M.A. Lefèvre*, p. 204-26 (Bruxelles), 1964.
 38. "Brasília, a Nova Capital Brasileira". Em: *Symposium sur Brasília, Caravelle, Cahiers du Monde Hispanique et Luso-brésilien*, p. 369-400 (Toulouse), 1964.
 39. "A Propriedade Rural no Vale Médio do Paraguaçu". Em: *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, v. XVII, p. 165-76 (São Paulo), 1964.
 40. "A Geografia Aplicada" (em colaboração com A.D. Carvalho). Em: *Boletim Geográfico*, n. 185, p. 249-58 (Rio de Janeiro), 1965.
 41. "Alguns Problemas das Cidades nos Países Subdesenvolvidos". Em: *Boletim Carioca de Geografia*, s/n (Rio de Janeiro), 1965.
 42. "A Cultura do Cacao no Estado da Bahia". Em: *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco*, n. 13-4 (Recife), 1965.
 43. "Introdução ao Estudo dos Subúrbios da Cidade de Salvador". Em: *Boletim Baiano de Geografia*, ano IV, V, VI, v. 8, n. 9-11, p. 18-20 (Salvador), 1965.
 44. "Les Sous-développement de l'Etat de Bahia (Brésil)". Em: *Caravelle, Cahiers du Monde Hispanique et Luso-brésilien*, p. 103-19 (Toulouse), 1965.
 45. "Villes et Région dans un Pays Sous-développé: l'Exemple du Recôncavo da Bahia". Em: *Annales de Géographie*, n. 406, p. 678-94 (Paris), 1965.
 46. "Le Rôle des Capitales dans la Modernisation des Pays Sous-développés". Em: *Civilisations*, v. XVI, n. 1, p. 101-8 (Bruxelles), 1966.
 47. "A Propos de Hiérarchie Urbaine et des Possibilités d'Intervention en Pays Sous-développés". *Mélanges de Géographie Offerts à M. Omer Tulippe*, p. 338-42 (Gembloux), 1966.
 48. "Vues Actuelles sur le Problème des Bidonvilles". Em: *L'Information Géographique*, ano XXX, n. 4, sept.-oct., p. 35-42 (Paris), 1966.
 49. "La Fonction Industrielle dans les Villes des Pays Sous-développés". Em: *Revista Geográfica*, Comissão de Geografia do IPGH, n. 65, dez., p. 29-44 (Rio de Janeiro), 1966.
 50. "Les Caractères Originaux de l'Agriculture dans le Nord-Est du Brésil". Em: *Caravelle, Cahiers du Monde Hispanique et Luso-brésilien*, p. 33-51 (Toulouse), 1966.

51. "Le 'Centre' de la Ville de Salvador" (em colaboração com J. Beaujeu Garnier). Em: *Les Cahiers D'Outre-mer*, tomo XX, s/n, p. 321-44 (Bordeaux), 1967.
52. "Crescimento Nacional e Nova Rede Urbana: o Exemplo do Brasil". Em: *Revista Brasileira de Geografia*, ano 29, n. 4, out.-dez., p. 78-92 (Rio de Janeiro), 1967.
53. "L'Administration et l'Amenagement de l'Espace: le Cas du Brèsil". Em: *Développement et Civilisations*, n. 29, mars, p. 109-16 (Paris), 1967.
54. "L'Alimentation des Populations Urbaines des Pays Sous-développés". Em: *Revue Tiers Monde*, Presses Universitaires de France, tomo VIII, n. 31, jul.-sept., p. 605-29 (Paris), 1967.
55. "Evolution Récente de l'Agriculture Alimentaire Autonome dans le Nort-Est du Brésil: l'Exemple de la Région d'Itabaiana". Em: *Les Problèmes Agraires des Amériques Latines*. Colloques Internationaux du CNRS, Ed. Centre National de la Recherche Scientifique, oct., p. 277-86 (Paris), 1967.
56. "Villes et Économie Urbaine dans les Pays Sous-développés". Em: *Revue de Géographie de Lyon* (Lyon), 1968.
57. "Vers une Classification des Villes en Pays Sous-développés, Instrument Indispensable en Géographie Appliquée". Em: *Congrès et Colloques de l'Université de Liège*, v. 48, p. 277-84 (Liège), 1968.
58. "Projet d'Etude de l'Organisation Urbaine dans les Pays Sous-développés". Em: *Bulletin de Liaison Cartographie et Statistique*, n. 1, jan.-avr. (Alger), 1968.
59. "La Géographie Urbaine et l'Economie des Villes dans les Pays Sous-développés". Em: *Revue de Géographie de Lyon*, v. XLII, n. 4, p. 361-76 (Lyon), 1968.
60. "Croissance Nationale et Nouvelle Armature Urbaine au Brésil". Em: *Annales de Géographie*, ano LXXVII, n. 419, jan.-fév., p. 37-63 (Paris), 1968.
61. "Le Rôle Moteur du Tertiaire Primitif dans les Villes du Tiers Monde". Em: *Civilisations*, v. XVIII, n. 2, p. 1-16 (Paris), 1968.
62. "Les Modèles d'Elaboration des Réseaux Urbains dans les Pays Sous-développés". Em: *Bulletin de la Société Geographique de Liège*, ano IV, n. 4, déc., p. 11-21 (Liège), 1968.

63. "Natureza de la Urbanización y Problemas de su Planificación". Em: *Cuadernos de la Sociedad Venezolana de Planificación*, n. 69, nov., p. 48-66 (Caracas), 1969.
64. "La Ciudad Como Modelo de Desarrollo". Em: *Cuadernos de la Sociedad Venezolana de Planificación*, n. 69, nov., p. 27-47 (Caracas), 1969.
65. "Une Approche Théorique du Développement de la Ville". Em: *Bulletin de Liaison Cartographie et Statistique*, n. 6, oct.-déc. (Alger), 1969.
66. "De la Géographie de la Faim à la Planification Régionale". Em: *Revue Tiers Monde*, Presses Universitaires de France, tomo X, n. 37, jan.-mars, p. 95-114 (Paris), 1969.
67. "Mecanismos de Crescimento Urbano nos Países em Vias de Desenvolvimento". Em: *América Latina*, ano XII, n. 4, out.-dez., p. 134-48 (Rio de Janeiro), 1969.
68. "Région Bipolaire ou Division Spatiale de la Force Urbaine: le Cas de Coro et Punto Fijo au Vénézuéla". Em: *Bulletin de l'Association des Géographes Français*, n. 382-3, p. 223-9 (Paris), 1970.
69. "A População Urbana: uma Força Autônoma". Em: *Universitas*, Universidade Federal da Bahia, Brasil, n. 6-7, maio-dez., p. 371-8 (Salvador), 1970.
70. "Une Nouvelle Dimension dans L'Etude des Réseaux Urbains dans les Pays Sous-développés". Em: *Annales de Géographie*, ano LXXIX, n. 434, p. 425-45 (Paris), 1970.
71. "Arguments pour une Recherche Multi-disciplinaire Appliquée: Référence Spéciale à l'Amérique Latine et à l'Asie" (em colaboração com P. George). Em: *Développement et Civilisations*, n. 45-6, sept.-déc., p. 10-1 e 220 (Paris), 1971.
72. "Géographie et Interdisciplinarité". Em: *Développement et Civilisations*, n. 45-6, sept.-déc., p. 22-32 (Paris), 1971.
73. "Les Plantations Tropicales et Régionalisation de l'Espace au Brésil" (em colaboração com G. Lasserre). Em: *La Régionalisation de l'Espace au Brésil*, Centre d'Etudes de Géographie Tropicale/CNRS, p. 57-72 (Bordeaux/Paris), 1971.
74. "La Région du Nordeste". Em: *La Régionalisation de l'Espace au Brésil*, Centre d'Etudes de Géographie Tropicale/CNRS, p. 87-9 (Bordeaux/Paris), 1971.

75. "L'Urbanisation Dépendante au Venezuela". Em: *Espace et Société*, n. 3, jul., (Paris), 1971.
76. "Modernisation, Metropolisation et Développement". Em: *Développement et Civilisations*, v. XXI, n. 2-3, p. 23-32 (Paris), 1971.
77. "The Urbanisation of Underdeveloped Countries and Its Effects on the Nutrition of Urban Populations". Em: *Proceedings of the 3rd International Congress on Food, Science and Technology*, ago., p. 169-74 (Washington, DC), 1970.
78. "L'Economie Pauvre des Villes des Pays Sous-développés". Em: *Les Cahiers d'Outre-mer*, tomo XXIV, n. 94, p. 105-22 (Bordeaux), 1971.
79. "Villes et Métropoles Incomplètes: Possibilités et Processus de Promotion". Em: *Revue de Géographie Alpine*, tomo LIX, n. 4, p. 525-32 (Grenoble), 1971.
80. "Croissance et Urbanisation en Algérie". Em: *Méditerranée*, n. 8, oct.-déc., p. 731-40 (Paris), 1971.
81. "Espaces et Villes du Tiers Monde" (em colaboração com B. Kayser). Em: *Revue Tiers Monde*, Presses Universitaires de France, tomo XII, n. 45, jan.-mars, p. 7-13 (Paris), 1971.
82. "Analyse Régionale et Aménagement de l'Espace: vers une Méthode d'Etude des Forces 'Externes' d'Elaboration des Sous-espaces dans les Pays Sous-développés". Em: *Revue Tiers Monde*, Presses Universitaires de France, tomo XII, n. 45, jan.-mars, p. 199-203 (Paris), 1971.
83. "Commerce Alimentaire et Force Régionale de la Ville dans les Pays Sous-développés: une Méthode d'Analyse". Em: *Revue Tiers Monde*, Presses Universitaires de France, tomo XII, n. 48, oct.-déc., p. 819-24 (Paris), 1971.
84. "Los dos Circuitos de la Economía Urbana de los Países Subdesarrollados". Em: *La Ciudad y la Región Para el Desarrollo*. J. Funes / Comisión de Administración Pública de Venezuela, p. 67-99 (Caracas), 1972.
85. "Les Statistiques et la Croissance Urbaine dans les Pays Sous-développés". Em: *La Croissance Urbaine en Afrique Noire et à Madagascar*. Centre de Géographie Tropicale/CNRS (Bordeaux/Paris), 1972.
86. "Les Villes Incomplètes des Pays Sous-développés". Em: *Annales de Géographie*, ano LXXXI, n. 445, p. 316-23 (Paris), 1972.

87. "Le Décollage Urbain". Em: *Revue de Géographie de Lyon*, v. 47, n. 1, p. 5-25 (Lyon), 1972.
88. "Analyse Régionale: vers une Nouvelle Méthode d'Approche" (em colaboração com G. Coutinas). Em: *Revue Tiers Monde*, Presses Universitaires de France, tomo XIII, n. 50, p. 243-6 (Paris), 1972.
89. "Dimension Temporelle et Systèmes Spatiaux dans les Pays du Tiers Monde". Em: *Revue Tiers Monde*, Presses Universitaires de France, tomo XIII, n. 50, p. 247-68 (Paris), 1972.
90. "Investigación Para el Futuro Urbano: Apreciación de las Actitudes y Possibilidades Nacionales: el Caso de América Latina". Em: *Revista Geográfica*, v. XII, n. 28-9, Universidad de Los Andes, ene.-dic., Merida, 1972.
91. "Urban Crisis or Epiphenomenon?" Em: *Proceedings of the International Population Conference*, p. 287-91 (Liège), 1973.
92. "Modelos Geo-industriales en los Países Sub-desarrollados". Em: *Seminario Regional Sobre Desarrollo Urbano-regional*, jun., 16 p., mimeo. (Caracas), 1973.
93. "Economic Development and Urbanization in Underdeveloped Countries: the Two-flow Systems of the Urban Economy and Their Spatial Implications". Em: *Urbanization and the Development Process*, D. McKee and Leahy (eds.), The Free Press (New York), 1973.
94. "La Urbanización Dependiente en Venezuela". Em: M. Castells (ed.) *Imperialismo y Urbanización en América Latina*, Editorial Gustavo Gili (Barcelona), 1973.
95. "Sous-développement et Poles de Croissance Economique et Sociale". Em: *Revue Tiers Monde*, Presses Universitaires de France, tomo XV, n. 58, abr.-jun., p. 271-86 (Paris), 1974. Também na revista *Mercurio* (Roma), 1974.
96. "Subdesarrollo y Polos de Crecimiento Económico y Social". Em: *Revista EuRE*, n. 9, p. 105-15 (Caracas), 1974.
97. "Ensayo de Explicación del Crecimiento de Guadalajara". Em: *Boletim del Instituto de Geografía*, Universidad Nacional Autónoma de México, v. V, p. 201-11 (México), 1974.
98. "The Periphery in the Pole, the Case of Lima, Peru". Em: H. Rose and G. Gappert, *The Social Economy of Cities*, Sage Publications, p. 335-60 (Beverly Hills), 1975.

99. "Space and Domination: a Marxist Approach". Em: *International Social Science Journal*, v. XXVII, n. 2, p. 346-63 (também em edição francesa, p. 368-86) (Oxford), 1975.
100. "Underdevelopment, Growth Pole and Social Justice". Em: *Civilisations*, v. XXV, n. 1-2, p. 18-31 (Bruxelles), 1975.
101. "Espace et Domination: une Approche Marxiste". Em: *Revue de l'Institut de Sociologie*, v. XXVII, n. 2, p. 369-85, (Bruxelles), 1975.
102. "Articulation of Modes of Production and the Two Circuits of Urban Economy Wholesalers in Lima, Peru". Em: *Asia Pacific Viewpoint*, n. 3, p. 23-36 (New Zealand), 1976.
103. "Economic Development and Urbanization in Underdeveloped Countries: the Two Sub-systems of the Urban Economy". Em: *Journal of the Geographical Association of Tanzania*, Jun., p. 6-36 (Dar-Es-Salaam), 1976.
104. "Le Circuit Inférieur: le Soi-disant Secteur Informel". Em: *Les Temps Modernes*, ano XXX, nov., p. 741-55 (Paris), 1976.
105. "Porquoi Hérodote? Suite des Commentaires. Silence de Marx, Silence des Philosophes? Non, Silence des Géographes". Em: *Hérodote*, n. 2 (Paris), 1976.
106. "Relações Espaço-temporais no Mundo Subdesenvolvido". Em: *Seleção de Textos*, n. 1, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Regional de São Paulo, dez., p. 17-23 (São Paulo), 1976.
107. "Une Géographie de la Médecine". Em: *Hérodote: des Réponses a Michel Foucault*, n. 6, avr.-jun., p. 28-29 (Paris), 1977.
108. "Société et Espace: la Formation Economique et Social Comme Théorie et Comme Méthode". Em: *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. LX, 1er sept., p. 261-76 (Paris), 1977.
109. "Introduction" (com Richard Peet) a "Socio-economic Formations and Spacial Organization". Em: *Antipode* (edição especial), v. 9, n. 1, Feb., p. 1-2 (Worcester), 1977.
110. "Society and Space: Social Formation as Theory and Method". Em: *Antipode*, v. 9, n. 1, Feb., p. 3-13 (Worcester), 1977.
111. "Sociedade e Espaço: a Formação Social Como Teoria e Como Método". Em: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, jun., p. 81-100 (São Paulo), 1977.

112. "Planning Underdevelopment". Em: *Antipode*, v. IX, n. 3, Dec., p. 86-98 (Worcester), 1977.
113. "Desenvolvimento Econômico e Urbanização em Países Subdesenvolvidos: os Dois Sistemas de Fluxos da Economia Urbana". Em: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 53, fev., p. 35-59 (São Paulo), 1977.
114. "L'Espace Partagé" (Introducción). Em: *Boletín del Centro de Investigaciones Geodidácticas*, n. 7, ano IV, p. 92-101 (Caracas), 1977.
115. "Des Réponses aux Questions de Michel Foucault". Em: *Hérodote*, 2ème trim., p. 28-9 (Paris), 1977.
116. "The Spatial Dialectics: the Two Circuits of the Urban Economy in Underdeveloped Countries". Em: *Antipode*, v. 9, n. 3, Dec., p. 49-60 (Worcester), 1977.
117. "A Totalidade do Diabo: Como as Formas Geográficas Difundem o Capital e Mudam as Estruturas Sociais". Em: *Contexto*, Hucitec, nov., p. 31-44 (São Paulo), 1977.
118. "A Divisão do Trabalho Social Como uma Nova Pista Para o Estudo da Organização Espacial e da Urbanização nos Países Subdesenvolvidos". Em: *3º Encontro Nacional de Geógrafos, Sessões Dirigidas*, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Universidade Federal do Ceará, jul., p. 37-50 (Fortaleza), 1978.
119. "De la Société au Paysage: la Signification de l'Espace Humain". Em: *Hérodote*, n. 9, jan.-mars, p. 66-73 (Paris), 1978.
120. "Rêve et Cauchemar: Problèmes Spatiaux de la Transition dans la Periode Technologique: le Cas de Tanzanie". Em: *Revue Tiers Monde*, tomo XIX, n. 75, jul.-sept., p. 563-72 (Paris), 1978.
121. "La Totalité du Diable". Em: *Espaces-Temps*, n. 8, p. 60-75 (Paris), 1978.
122. "Dos Aproximaciones al Estudio del Estado y del Sub-desarrollo". Em: *Revista Terra, Pensamiento Geográfico*, n. 3, Escuela de Geografía, Universidad Central de Venezuela, set.-oct., p. 137-54 (Caracas), 1978.
123. "Sociedad y Espacio: La Formación Social Como Teoría y Como Método" e "Introducción". Em: *Cuadernos de la Sociedad de Venezolana de Planificación*, n. 141-3 (1976), p. 5-21 (Caracas), 1978.

124. "A Responsabilidade Social do Geógrafo". Em: *Território Livre*, n. 1, Revista da União Paulista de Estudantes de Geografia, fev., p. 41-5 (São Paulo), 1979.
125. "Research for the Urban Future: the Case of Latin America". Em: *Congress Proceedings*, 22nd International Geographical Congress, p. 125-9 (Ottawa), 1979.
126. "Da Sociedade à Paisagem: o Significado do Espaço Humano". Em: *Boletim Baiano de Geografia*, ano 12, n. 18, v. 11 [também publicado na *Revista Chão*, mar., p. 15-7 (São Paulo), 1980; e na *Revista Arte em São Paulo*, n. 2, (São Paulo), 1981].
127. "The Cities of the Third World: Industrialization and Spatial Repercussions". Em: *Papers/Communication 22nd International Geographical Congress*, Aug., p. 10-7 (Montreal), 1979.
128. "Société et Espace Transnationalisés dans le Venezuela Actuel". Em: *Revue Tiers Monde*, tomo XXI, n. 84, oct.-déc., p. 709-20 (Paris), 1980.
129. "Sobre Geografia Nova, nos Periódicos". Em: *Revista de Cultura Vozes*, ano LXXIV, v. 74, maio, n. 4, p. 54-5 (Petrópolis), 1980.
130. "The Devil's Totality". Em: *Antipode*, v. 12, n. 3, p. 41-6 (Worcester), 1980.
131. "A Responsabilidade Social do Geógrafo". Em: *Boletim Recife de Geografia*, ano 1, n. 1, jan.-mar., p. 5-14 (Recife), 1980.
132. "Depoimento". Em: *Planejamento*, v. 8, n. 1-2, jan.-jun., p. 5 (Salvador), 1980.
133. "Da Sociedade à Paisagem: o Significado do Espaço Humano". Em: *Revista Chão*, n. 8, p. 15-7 (São Paulo), 1980.
134. "Espaço e Capital: o Meio Técnico-científico". Em: *Anais do 4º Encontro de Geógrafos Brasileiros*, jul., AGB (Rio de Janeiro), 1981.
135. "Structure, Totalité, Temps. L'Espace du Monde d'Aujourd'hui". Em: *Espaces-Temps*, n. 18-20, n. spécial: "Une Géographie à Visage Humaine? Espace/Marxisme. Traces, Empreintes, Pistes", jan., p. 103-22 (Paris), 1981.
136. "Dimensão Temporal e Sistemas Espaciais no Terceiro Mundo". Em: *Anuário do Instituto de Geociências*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 1-15 (Rio de Janeiro), 1981.

137. "Organização do Espaço e Organização Social: o Caso de Rondônia". Em: *Boletim Carioca de Geografia*, ano XXXII, p. 51-77 (Rio de Janeiro), 1982.
138. "Novos Rumos Para a Geografia Brasileira". Em: *Boletim Recife de Geografia*, ano III, n. 6, p. 15-8 (Recife), 1982.
139. "O Espaço e Seus Elementos: Questões de Método". Em: *Revista Geografia e Ensino*, n. 1, ano 1, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, p. 19-30 (Belo Horizonte), 1982.
140. "O Espaço Como Instância". Em: *Geografia*, Universidade Federal de Santa Catarina, p. 2-3 (Florianópolis), 1982.
141. "O Espaço e Seus Elementos". Em: *Geografia*, Universidade Federal de Santa Catarina, p. 4-5 (Florianópolis), 1982.
142. "Alocução" à 2ª Sessão do cap. "A América Latina e a África no Quadro das Relações Sul-Sul". Em: *Estudos Afro-brasileiros*, Cadernos Cândido Mendes, n. 6-7, p. 69-71 (Rio de Janeiro), 1982.
143. "A Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais". Em: "Simpósio Guerreiro Ramos: Resgatando uma Obra", *Revista de Administração Pública*, abr.-jun., v. 7, n. 2, p. 118-20 (Rio de Janeiro), 1983.
144. "A Geografia no Fim do Século XX: a Redescoberta e a Remodelagem do Planeta e os Novos Papéis de uma Disciplina Ameaçada". Em: *Revista Geonordeste*, n. 2, ago., Universidade Federal de Sergipe, p. 1-13 (Aracaju), 1984.
145. "A Geografia e a Nova Dimensão do Planeta". Em: *Revista Brasileira de Tecnologia*, v. 15, n. 5, set.-out., CNPq, p. 13-21 (Brasília), 1984.
146. "As Desigualdades Regionais na Guiné-Bissau". Em: *Estudos Afro-brasileiros*, Cadernos Cândido Mendes, n. 10, jun., p. 73-93 (Rio de Janeiro), 1984.
147. "Para Que a Geografia Mude Sem Ficar a Mesma Coisa". Em: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 59, out., p. 5-22 (São Paulo), 1984.
148. "Uma Pós-graduação de Transição". Em: *I Encontro de Pós-graduação em Geografia*, Departamento de Geografia – FFLCH/USP, Instituto de Geografia, Associação dos Geógrafos Brasileiros-SP, 16-8 dez., p. 292-300 (São Paulo), 1984.

149. "La Géographie à la Fin du XXème Siècle". Em: *Revue Internationale des Sciences Sociales*, n. 102, jan., (Paris), 1985.
150. "Novo Espaço, Nova Urbanização". Em: *Espaço e Debates*, n. 13, Introdução ao Número Especial (São Paulo), 1985.
151. "A Ideologia da Ocupação". Em: *Arquitetura e Urbanismo*, abr., p. 79-80 (São Paulo), 1985.
152. "A Responsabilidade Social dos Geógrafos". Em: *Jornal de Geografia*, Edição Especial, Centro de Ciências Exatas e Naturais das Faculdades Integradas de Uberaba, out. (Uberaba), 1985.
153. "Metamorfoses do Espaço Habitado". Em: *Arquitetura e Urbanismo*, nov., p. 88-9 (São Paulo), 1985.
154. "America Latina: Nova Urbanização, Novo Planejamento". Em: *Orientação*, n. 7, USP, dez. 1986, p. 47-52 (São Paulo), republicado em 1987.
155. "O Território e a Constituição". Em: *Revista de Administração Pública*, v. 20, n. 4, out.-dez. 1986, p. 65-9 (Rio de Janeiro), republicado em 1987.
156. "Tradição, Modernidade e Cultura na Cidade Grande". Em: *Espaço e Debates*, n. 17 (São Paulo), 1986.
157. "A Face Oculta". Em: *Arquitetura e Urbanismo*, ano 2, n. 7, ago. (São Paulo), 1986.
158. "Território, Cidadania e Constituinte". Em: *Arquitetura e Urbanismo*, dez.-jan. (São Paulo), 1986-7.
159. "Spatial Dialectics: 'the Two Circuits of Urban Economy in Underdeveloped Countries'". Em: *Antipode*, v. 17, n. 2-3 (Worcester), 1987.
160. "Qual o Papel do Cientista?" Em: *IV Seminário Nacional de Política em Ciência e Tecnologia – Cadernos USP*, n. 4, Universidade de São Paulo, nov., p. 21-8 (São Paulo), 1987.
161. "O Geógrafo e a Constituinte". Em: *AGB Informa*, n. 24, Associação de Geógrafos Brasileiros (São Paulo), 1987.
162. "Echapper à l'Emprise des Ideologies". Em: *Espace-Temps*, n. 36 (Paris), 1987.
163. "Passado e Presente nas Relações Entre Sociedade e Espaço e Localização Pontual da Indústria Moderna no Estado da Bahia". Em: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 65, 2º semestre (São Paulo), 1987.
164. "Ciência, Tecnologia e Identidade Cultural Brasileira". Em: *1º Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia*. Museu de Astronomia, CNPq (Rio de Janeiro), 1987.
165. "Território". Em: *Mapa Geral das Idéias e Propostas Para a Nova Constituição* (org.: Luiz Gutemberg), Fundação Petrônio Portela, Ministério da Justiça, p. 253-4 (Brasília), 1987.
166. Com outros autores, "Proposta da SBPC Para a Constituinte". Em: *Revista Ciência e Cultura*, n. 39 (4), p. 349-56, abr. 1987.
167. "América Latina: Nueva Urbanización, Nueva Planeación". Em: *Vivienda*, v. 12, n. 1, ene.-jun., Infonavit, (México), 1987.
168. "O Meio Técnico-científico e a Urbanização no Brasil". Em: *Revista Espaço e Debates*, n. 25 (São Paulo), 1988.
169. "Por um Espaço Transformador". Em: *Arquitetura e Urbanismo*, ano 5, n. 21, dez.-jan. (São Paulo), 1988.
170. "Espaço e Sociedade no Brasil: A Urbanização Recente". Em: *Geosul*, ano III, n. 5 (Porto Alegre), 1988.
171. "Reflexions sur le Rôle de la Géographie dans la Periode Technico-scientifique". Em: *Cahiers de Géographie du Québec*, v. 32, n. 87, déc. (Québec), 1988.
172. "A Evolução Recente da Industrialização no Estado da Bahia, Brasil". Em: *Latin American Studies*, n. 9, Centro de Estudos Latinoamericanos, Universidade de Tsukuba (Tsukuba), 1988.
173. "Interventions Lors du Colloque d'Issy-les-Moulineaux", *Netcom*, v. 3, n. 1 (Paris), 1988.
174. Entrevista, *Geoespacio*, ano III, n. IV, p. 5-8 (Montevideo), 1989.
175. "América Latina, Nueva Urbanización, Nueva Planificación". Em: *Geoespacio*, ano III, n. IV, p. 9-20 (Montevideo), 1989.
176. "São Paulo, Metrópole Corporativa". Em: *Desenvolvimento Metropolitano no Sudeste do Brasil*, Publicações da Universidade de Tsukuba (Tsukuba), 1988.
177. "O Meio Ambiente e a Formação ao Profissional de Ensino de Ciências Humanas". Em: *Anais do 1º Simpósio Estadual sobre Meio Ambiente e Educação Universitária – Área de Ciências Humanas*, Secretária do Meio Ambiente, Governo do Estado de São Paulo, p. 1110-7 (São Paulo), 1989.

178. "Espaço e Sociedade no Brasil: a Urbanização Recente". Em: *Geosul*, Revista do Departamento de Geografia, UFSC, ano III, n. 5, 1º sem. (Porto Alegre), 1988 (republicado em 1989).
179. "O Espaço Como Categoria Filosófica". Em: *Terra Livre*, n. 5 (número especial: "O Espaço em Questão"), AGB, p. 9-20 (São Paulo), 1989.
180. "Materiais Para o Estudo da Urbanização Brasileira no Período Técnico-científico". Em: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 67, 1º sem. (São Paulo), 1989.
181. "Modernidad, Medio Técnico-científico y Urbanización en Brasil". Em: *Revista Cuadernos del Cendes*, n. 13-4, ene.-ago. (Caracas), 1990.
182. "O Período Técnico-científico e os Estudos Geográficos". Em: *Revista do Departamento de Geografia da USP*, n. 4 (São Paulo), 1985 (republicado em 1990).
183. "Modernización, Medio Técnico-científico y Urbanización en Brasil". Em: *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, n. 10 (Madrid), 1991.
184. "Modernización, Medio Técnico-científico y Urbanización en Brasil". Em: *Cuadernos Venezolanos de Planificación* (Caracas), 1991.
185. "Modernisation, Milieu Technico-scientifique et Urbanisation au Brésil". Em: *Annales de Géographie* (Paris), 1991.
186. "O Espaço: Sistemas de Objetos, Sistemas de Ações". Em: *Anais do IV Encontro Nacional da Anpur*, maio, p.35-9 (Salvador), 1991.
187. "Meio Técnico-científico e Urbanização: Tendências e Perspectivas". Em: *Resgate, Revista de Cultura*, n. 3, Unicamp (Campinas), 1991.
188. "A Revolução Tecnológica e o Território: Realidades e Perspectivas". Em: *Caderno Prudentino de Geografia*, n. 13, (Presidente Prudente), 1991.
189. "Flexibilidade Tropical". Em: *Arquitetura e Urbanismo*, n. 38, out.-nov., p. 44-5 (São Paulo), 1991.
190. "O Tempo nas Cidades". Em: *Série Estudos Sobre o Tempo*, n. 2, coleção Documentos, Instituto de Estudos Avançados, USP (São Paulo), 1991.

191. "Modernité, Milieu Technico-scientifique et Urbanisation au Brésil". Em: *Annales de Géographie*, ano 101, jan.-mars (Paris), 1992.
192. "A Revolução Tecnológica e o Território: Realidades e Perspectivas". Em: *Terra Livre*, n. 9, p. 7-17 (São Paulo), 1992.
193. "1992: a Redescoberta da Natureza". Em: *Estudos Avançados*, n. 14, v. 6, jan.-abr., p. 95-106 (São Paulo) 1992.
194. "A Involução Metropolitana: a Região Cresce Mais Que a Metrópole". Número especial: "Geografia, Natureza e Cidadania". Em: *Caderno Prudentino de Geografia*, n. 14, jun., p. 168-95 (Presidente Prudente), 1992.
195. "A Região Cresce Mais Que a Metrópole". Em: *Investigaciones Geográficas*, n. 24, ago., p. 95-121 (México), 1992.
196. "Modernidade, Meio Técnico-científico e Urbanização no Brasil". Em: *Revista do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental*, Departamento de Geografia, USP, Publicação 1 (São Paulo), 1992.
197. "Modernidade, Meio Técnico-científico e Urbanização no Brasil". Em: *Cadernos Ippur*, ano VI, n. 1, UFRJ, dez., p. 9-22, (Rio de Janeiro), 1992.
198. "Modernidad, Medio Técnico-científico y Urbanización en Brasil". Em: *Cuadernos del Cendes*, p. 13-4 (Caracas), 1992.
199. "Retroceso Metropolitano y Economía Segmentada: el Caso de São Paulo". Em: *Investigaciones Geográficas*, n. 25, p. 81-111 (México), 1992.
200. "Entrevista". Em: *Geosul*, n. 12-3, ano VI, 2. semestre 1991 e 1. semestre 1992, p. 170-201 (Porto Alegre).
201. "Entrevista". Em: *Geographikós, una Revista de Geografía*, ano 2, n. 3, 2. semestre, p. 17-20, por Luis Briano y Federico Fritzsche, (Buenos Aires), 1992.
202. "Involução Metropolitana e Economia Segmentada: o Caso de São Paulo". Em: *Bahia, Análise e Dados*, v. 3, n. 1, jun., p. 5-17 (Salvador), 1993.
203. "Los Espacios de la Globalización" (traducción de Joaquín Bosque Maurel). Em: *Anales de Geografía de la Universidad Complutense de Madrid*, n. 13, p. 69-77 (Madrid), 1993.
204. "Temps-Monde et Espace-Monde. Relever le Défi Conceptuel". Em: *Strates*, n. 7, 1992-3.

205. "A Aceleração Contemporânea. Tempo Mundo e Espaço Mundo". Em: *Boletín Geográfico*, n. 19, Universidad Nacional del Comahue, ene., p. 1-10 (Neuquén), 1993.
206. "Les Espaces de la Globalisation". Em: *Points de Vue sur le Système Monde, Cahiers du Gemdev*, n. 20, mai, p. 161-72 (Paris), 1993.
207. "Imigração e Movimento". Em: *Revista de Cultura Vozes*, ano 87, v. 87, n. 3, maio-jun., p. 2-6 (Petrópolis), 1993.
208. "Por um Novo Planejamento Urbano-regional". Em: *Novas e Velhas Legitimidades na Reestruturação do Território*, Anais do IV Encontro Nacional da Anpur, p. 35-9 (Salvador), 1993.
209. "Modernidad, Medio Técnico-científico y Urbanización en Brasil". Em: *Cuadernos del Cendes*, n. 13-4, ene.-ago., p. 129-45 (Caracas), 1993.
210. "A Formação Universitária do Professor de Geografia". Em: *Revista Orientação*, Departamento de Geografia, USP, p. 43-4, (São Paulo), 1993.
211. "Materiais Para o Estudo da Urbanização Brasileira no Período Técnico-científico". Em: *A Questão Epistemológica da Pesquisa Urbana e Regional*. Cadernos do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam) – Núcleo de Estudos Urbanos (Neur), ano 2, n. 1, p. 9-21, 1993.
212. "Estudo da Urbanização Brasileira". Em: *Carta*, n. 8, Senado Federal, p. 125-37 (Brasília), 1993.
213. "Os Espaços da Globalização". Em: *Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, UFRJ/AGB, 13-7 set., p. 33-7 (Rio de Janeiro), 1993.
214. "Espaços Entrecruzados: Geografia no Brasil e na França". Em: *Coleção Documentos, Série Estudos Brasil-França 2*, Instituto de Estudos Avançados, USP, out., p. 15-25 (São Paulo), 1993.
215. "Metrópole: a Força dos Fracos é o Seu Tempo Lento". Em: *Ciência e Ambiente*, ano IV, n. 7, jul.-dez., p. 7-12, 1993.
216. "Objetos e Ações: Dinâmica Espacial e Dinâmica Social". Em: *Geosul*, n. 14, p. 49-59 (Porto Alegre), 1993.
217. "Espaço, Mundo Globalizado, Pós-modernidade" (entrevista). Em: *Revista Margem*, n. 2, p. 9-20 (São Paulo), 1993.
218. Entrevista-filme com Estudantes da ECA (Escola de Comunicações e Artes), USP, dez. (São Paulo), 1993.

219. "El Mundo y la Geografía Hoy". Em: *Revista Geográfica Venezolana*, v. 33, 1993 (1), p. 5-9 (Caracas), 1993.
220. "Técnicas, Tempo, Espaço". Em: *Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos*, v. 1, p. 381-85, 1994.
221. "Fome Só Acaba com Pacto Social Duradouro". Em: *O Estado de S. Paulo*, 16/1/1994 (Caderno Especial).
222. "São Paulo, Metrópole Internacional do Terceiro Mundo". Em: *Revista do Departamento de Geografia*, Universidade de São Paulo, n. 7, p. 7-24 (São Paulo), 1994.
223. "Como Você Conceitua as Noções de Urbanização e Metropolização" (entrevista). Em: *Revista Caramelo*, n. 7, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, p. 60-71 (São Paulo), 1994.
224. "O Retorno do Território". Em: Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza e Maria Laura Silveira, *Território: Globalização e Fragmentação*, Hucitec/Anpur, p. 15-20 (São Paulo), 1994.
225. "Universal Reason, Local Reason, the Spaces of Rationality". Em: *GeoJournal*, v. 36, n. 1, p. 108-10 (Boston), 1995.
226. "Raison Universelle, Raison Locale. Les Espaces de la Rationalité". Em: *Espace et Société*, n. 79, p. 129-35 (Paris), 1995.
227. "Los Espacios de la Globalización". Em: *Revista Universidad del Valle*, n. 10, abr., p. 36-41 (Cali), 1995.
228. "La Aceleración Contemporánea: Tiempo-mundo y Espacio-mundo". Em: *Revista Universidad del Valle*, n. 10, abr., p. 30-5 (Cali), 1995.
229. "Territorios, Redes y Regiones". Em: *Primeras Jornadas Platenses de Geografía*, Universidad Nacional de La Plata, 12-15 out. 1993, v. I, p. 18-23, 1995.
230. "Razão Global, Razão Local. A Formação Socioespacial Brasileira". Em: *1º Encontro Nacional Território Brasileiro e Globalização, Resumos, Comunicações e Mesas Redondas*, p. 211-2 (Aracaju), 1995.
231. "Discurso de Aceptación en Su Investidura de Doctor 'Honoris Causa' en la Universidad Complutense de Madrid" (8/11/1994). Em: *Discursos Correspondientes a las investiduras de Doctor "Honoris Causa"*. Curso Académico 1994-5, oct., p. 11-25 (Madrid), 1995.

232. "A Questão do Meio Ambiente: Desafios Para a Construção de uma Perspectiva Transdisciplinar". Em: *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, Ciudad y Medio Ambiente, homenagem ao professor D. Joaquín Bosque Maurel, p. 695-705 (Madrid), 1995.
233. "Globalização e Reforma Agrária". Em: *AGB Informa*, Enquete sobre Reforma Agrária, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 4º trim., n. 59, p. 9, 1995.
234. "Organização dos Territórios, Desigualdades Regionais, Cidades, Metrôpoles, a Vida Urbana". Em: *Projetos Estratégicos Alternativos Para o Brasil*, Fase-Fusb, Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 244-7 (Rio de Janeiro), 1995.
235. "As Humanidades no Brasil, Hoje: Dez Pontos Para um Debate". Em: *Humanidades, Pesquisa, Universidade*, Comissão de Pesquisa, Faculdade de Filosofia, USP (São Paulo), 1996.
236. "Globalização e Geografia: a Compartimentação do Espaço" (em colaboração com Maria Laura Silveira). Em: *Caderno Prudentino de Geografia*, n. 18, p. 5-17 (Presidente Prudente), 1996.
237. *Solemne Investidura de Doctor Honoris Causa*, com o "discurso de apresentação" do professor Carles Carreras, Universidad de Barcelona (Barcelona), nov. 1996.
238. "Discurso de Aceptación". Em: *Discursos Correspondientes a las Investiduras de Doctor "Honoris Causa"*, Curso Académico 1994-1995, Universidad Complutense de Madrid, oct. 1995 (Madrid), 1996.
239. "Da Paisagem ao Espaço: uma Discussão". Em: *Anais do II Encontro de Ensino do Paisagismo*, Unimarco Editora, p. 33-42 (São Paulo), 1996.
240. "Universidades e Cidades Pela Cidadania e Contra a Exclusão". Em: *Anais do Seminário Internacional Cidades Educadoras*, Universidade Federal do Paraná, p. 61-6 (Curitiba), 1996.
241. "Por uma Geografia Cidadã: por uma Epistemologia da Existência". Em: *Boletim Gaúcho de Geografia*, n. 21, p. 7-14 (Porto Alegre), 1996.
242. "Espaço Condiciona Atividade Econômica". Em: *Cadeias Produtivas e Microrregiões do Estado de São Paulo*, Terceiro Fórum Sebrae-SP, Sebrae, p. 14-20 (São Paulo), 1996.
243. Em colaboração com Maria Laura Silveira, "Globalización y Geografía: la Compartimentación del Espacio". Em: *Geografía Aplicada y Desarrollo*, ano XVI, n. 33, Cepeige, IPGH, p. 5-12 (Quito), 1996.
244. "O Lugar: Encontrando o Futuro". Em: *RUA – Revista de Urbanismo e Arquitetura*, n. 6, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 1996, p. 34-9 (Salvador), 1997.
245. "Pinto Aguiar: um Homem e Seu Tempo". Em: Fernando Rocha (ed.), *Progresso Editora: Tribuna e Paixão de Pinto Aguiar*, Empresa Gráfica da Bahia/Editora da Universidade da Bahia (Salvador), 1997.
246. "Une Géographe Internationale". Em: *Jacqueline Beaujeu-Garnier... une Géographe Universelle*, Prodig/CNRS, p. 31-4 (Paris), 1997.
247. "Los Nuevos Mundos de la Geografía". Em: *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, n. 16, Universidad Complutense de Madrid, p. 15-28 (Madrid), 1997.
248. "São Paulo, uma Evolução Contraditória". Em: *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, n. 16, Universidad Complutense de Madrid, p. 101-22 (Madrid), 1997.
249. "As Cidades Mutiladas". Em: Julio Lerner (ed.), *O Preconceito*, Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, Secretaria de Estado da Cultura, Governo do Estado de São Paulo, Imesp, p. 133-44 (São Paulo), 1996-7.
250. "Geografia, Pesquisa, Política e Sociedade". Em: *Revista Ciência Geográfica* (coletânea de artigos), AGB, jul. (Bauru), 1997.
251. Em colaboração com Maria Laura Silveira, "De uma Geografia Metafórica da Pós-modernidade a uma Geografia da Globalização". Em: *Revista de Cultura Vozes*, v. 91, ano 91, n. 4, jul.-ago., p. 14-30 (Petrópolis), 1997.
252. "Nuevas Concepciones de la Geografía". Em: *GeoUruguay*, Revista Uruguaya de Geografía, ano I, set., p. 117-23 (Montevideo), 1997.
253. "Los Nuevos Mundos de la Geografía". Em: Di Cione, Vicente (compilador), *Geografía por Venir. Cuestiones, Opiniones, Debates*, Cooperativa Editora Universitaria, Textos de Geografía, (Buenos Aires), 1997.

254. "La Geografía a Fines del Siglo XX: Nuevas Funciones de una Disciplina Amenazada". Em: Di Cione, Vicente (compilador), *Geografía por Venir. Cuestiones, Opiniones, Debates*, Cooperativa Editora Universitaria, Textos de Geografía, p. 7-30 (Buenos Aires), 1997.
255. "Globalização e Território" (conferência). Em: *Seminário Internacional Globalização e Desenvolvimento Regional: Cenários Para o Século XXI*, Sudene, 21-2/11/1996, Documentos Básicos, Sudene, p. 9-15 (Recife), 1997.
256. "A Aceleração Contemporânea: Tempo-mundo, Espaço-mundo". Em: Ladislau Dowbor, Octávio Ianni e Paulo Edgar A. Resende (orgs.), *Desafios da Globalização*, Vozes (Petrópolis), 1997.
257. "Da Política dos Estados à Política das Empresas". Em: *Cadernos da Escola do Legislativo*, ano 3, n. 6, Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, jul.-dez., p. 9-23 (Belo Horizonte), 1997.
258. "O Intelectual e a Universidade Estagnada". Em: *Revista Adusp*, n. 11, out., p. 16-20 (São Paulo), 1997.
259. Em colaboração com Mónica Arroyo, "Globalização, Regionalização: a Proposta do Mercosul". Em: *Caderno Técnico do Sesi/CNI* (tema: Indústria e Globalização da Economia), n. 24, p. 55-63 (São Paulo), 1997.
260. "O Professor Como Intelectual na Sociedade Contemporânea". Em: *Anais do XI Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino*, v. III, p.11-28 (Águas de Lindóia), 1998.
261. "Nação, Estado e Território". Em: Sônia Mendonça e Márcia Motta (orgs.), *Nação e Poder: as Dimensões da História*, Editora da Universidade Federal Fluminense, p. 23-9 (Niterói), 1998.
262. Em colaboração com Maria Laura Silveira, "Más Allá de las Metáforas... una Geografía de la Globalización". Em: *Estudios Geográficos*, Instituto de Economía y Geografía, LVIX, n. 230, ene.-mar., p.99-110 (Madrid), 1998.
263. "A Seca Social". Em: *Carta Capital*, ano III, n. 7, 27, p. 60-2 (São Paulo), 27/5/1998.
264. "Milton Santos, um Depoimento". Em: *SBPC, Cientistas do Brasil, Depoimentos*, Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, Edição Comemorativa do 50º Aniversário, p. 743-52 (São Paulo), 1998.
265. "As Exclusões da Globalização: Pobres e Negros". Em: *Thoth, Escriba dos Deuses, Pensamento dos Povos Africanos e Afro-descendentes* (informe de distribuição restrita do Gabinete do senador Abdias Nascimento), Senado Federal, n. 4, p. 147-60 (Brasília), 1998.
266. "Da Discriminação à Consciência Coletiva". Em: *Cadernos Cidadão*, n. 9, Sesc, nov., p. 4 (São Paulo), 1998.
267. "O Intelectual e a Universidade Independente". Em: *Revista USP*, n. 39, Universidade de São Paulo, set.-nov., p. 54-7 (São Paulo), 1998.
268. "Pronunciamento". Em: *Obrigado, Professor, Obrigada, Professora*, Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, p. 22-9 (Salvador), 1999.
269. "Modo de Produção Técnico-Científico e Diferenciação Espacial". Em: *Território*, ano IV, n. 6, jan.-jun., p. 5-20, 1999.
270. "O Dinheiro e o Território". Em: *Revista GEOgraphia*, ano I, n. 1, Programa de Pós-graduação em Geografia, UFF (Niterói), 1999.
271. "Atividades Para Visibilidade e Projeção da Anpur 1991-1993". Em: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 1, maio, p. 19-23, 1999.
272. Em colaboração com Adriana Bernardes, "Tarefas da Geografia Brasileira num Mundo em Transformação: um Momento de Sua Trajetória". Em: *Ciência Geográfica - Bauru*, v. 13, maio-ago., p. 4-22 (Bauru), 1999.
273. "O Território e o Saber Local: Algumas Categorias de Análise". Em: *Cadernos Ippur*, ano III, n. 2, UFRJ, ago.-dez., p. 15-26 (Rio de Janeiro), 1999.
274. "A Universidade: da Internacionalidade à Universalidade". Em: *Jornal da ADUFRJ*, ano V, Seção Sindical dos Docentes da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 5 (Rio de Janeiro), 1-7/10/1999.
275. "Como Reconstruir a Democracia em um Mundo Perversamente Globalizado" (transcrição de conferência). Em: *Fórum da Sociedade Civil Para o Diálogo Europa, América Latina e Caribe*, Rede Brasileira Pela Integração dos Povos, out., p. 48-56 (Rio de Janeiro), 1999.

276. "Globalización y Territorio: de la Compartimentación a la Fragmentación". Em: Guillermo Ángel Velázquez e María Celia García, *Calidad de Vida Urbana. Aportes Para Su Estudio en Latino America*. Centro de Investigaciones Geográficas, Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional del Centro de La Provincia de Buenos Aires (Tandil), 1999.
277. "La Fuerza del Lugar. Orden Universal. Orden Local" (conferencia de cierre del 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina). Em: *Geographikós: una Revista de Geografía*, n. 8, ano 7, 2º semestre 1997 (Buenos Aires), 1999.
278. "O Dinheiro e o Território". Em: *GEOgraphia – Revista de Pós-graduação em Geografia*, ano I, n. 1, Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, jun., p. 7-13 (Niterói), 1999.
279. "Modo de Produção Técnico-científico e Diferenciação Espacial". Em: *Lecturas Geográficas. Homenaje al Professor José Estébanez Álvarez*, v. I, Editorial Complutense, Universidad Complutense de Madrid, ene., p. 1537-51 (Madrid), 2000.
280. "Lazer Popular e Geração de Empregos". Em: *Lazer Numa Sociedade Globalizada: Leisure in a Globalized Society*, Sesc/ WLRA, p. 31-7 (São Paulo), 2000.
281. "Popular Leisure and Job Creation". Em: *Lazer Numa Sociedade Globalizada: Leisure in a Globalized Society*, Sesc/ WRLA, p. 345-51 (São Paulo), 2000.
282. "Globalização, Espaço e Democracia" Em: *Cadernos do Centro de Estudos e Pesquisas do Vale do Piracicaba*, p. 7-23 (Piracicaba), 2000.
283. "Há Duas Políticas Hoje no Brasil: a das Grandes Empresas e a dos Pobres". Em: encarte da revista *Problemas Brasileiros*, n. 340, Publicação do Conselho de Economia, Sociologia e Política da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP), do Sesc e do Senac, jul.-ago., p.3-16 (São Paulo), 2000.
284. "Diálogo Reflexivo: com o professor Milton Santos e o professor José Misael Ferreira do Vale" [realizado em Bauru em 27/7/1997]. Em: *Milton Santos. Cidadania e Globalização*, AGB, Editora Saraiva, p. 21-30 (Bauru), 2000.

285. "Globalização, Cidadania e Meio Técnico-científico-informacional". Em: *Milton Santos. Cidadania e Globalização*, AGB, Saraiva, p. 15-20 (Bauru), 2000.
286. "O Papel Ativo da Geografia, um Manifesto". Em: *Território*, ano V, n. 9, jul.-dez., p. 103-9, 2000.
287. "O Papel Ativo da Geografia: um Manifesto". Em: *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, n. 270, Universidad de Barcelona, ene. (Barcelona), 2001.

ARTIGOS EM JORNAIS E REVISTAS (SELEÇÃO)

- "Território, Espaço Banal, Lugar-comum". Em: *Jornal da Tarde* (São Paulo), 9/11/1996.
- "É Necessária a Execução de Três Pactos". Em: *O Estado de S. Paulo* (São Paulo), 5/5/1997.
- "A Revanche do Território". Em: *Folha de S. Paulo*, Tendências e Debates (São Paulo), 3/8/1997.
- "Intelectuais em Risco". Em: *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), 21/9/1997.
- "As Duas Esquerdas". Em: *Folha de S. Paulo* (São Paulo), 7/12/1997.
- "O Que Fazer com a Soberania". Em: *Correio Braziliense* (Brasília), 11/12/1997.
- "Os Deficientes Cívicos". Em: *Folha de S. Paulo*, Mais! (São Paulo), 24/1/1999.
- "O Chão Contra o Cifão". Em: *Folha de S. Paulo*, Mais! (São Paulo), 28/2/1999.
- "Ordem Internacional e Direitos do Homem". Em: *Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais* (Rio de Janeiro), mar., 1999.
- "O Estudante Vicentino". Em: *Informe – Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, Universidade de São Paulo, nova série, n. 1 (São Paulo), mar., 1999.
- "Cidade Pede um Novo Urbanismo". Em: *A Tarde* (Salvador), 29/3/1999.
- "O País Distorcido". Em: *Folha de S. Paulo*, Mais! (São Paulo), 2/5/1999.
- "A Vontade de Abrangência". Em: *Folha de S. Paulo*, Mais! (São Paulo), 20/6/1999.
- "Guerra dos Lugares". Em: *Folha de S. Paulo*, Mais! (São Paulo), 8/8/1999.
- "A Normalidade da Crise". Em: *Folha de S. Paulo*, Mais! (São Paulo), 26/9/1999.
- "Uma Metamorfose Política". Em: *Folha de S. Paulo*, Mais! (São Paulo), 17/10/1999.
- "Nação Ativa, Nação Passiva". Em: *Folha de S. Paulo*, Mais! (São Paulo), 21/11/1999.
- "Uma Nova Explosão das Classes Médias". Em: *Jornal dos Economistas*, n. 126, nov. 1999.
- "O Recomeço da História". Em: *Folha de S. Paulo*, Mais! (São Paulo), 9/1/2000.
- "Da Cultura à Indústria Cultural". Em: *Folha de S. Paulo*, Mais! (São Paulo), 19/3/2000.
- "Brasil na Encruzilhada, Entre a Submissão ao Pensamento Único e um Autêntico Projeto Nacional". Em: *Carta Capital* (São Paulo), 12/4/2000.
- "O Povo Brasileiro: Como Nós Podemos Ser". Em: *A Tarde* (Salvador), 18/4/2000.
- "Aceleração à Moda Brasileira". Em: *Caros Amigos*, ano IV, ed. 37, (São Paulo), abr., 2000.
- "Ser Negro no Brasil Hoje". Em: *Folha de S. Paulo*, Mais! (São Paulo), 7/5/2000.
- "Revelações do Território Globalizado". Em: *Folha de S. Paulo*, Mais! (São Paulo), 16/7/2000.
- "Por uma Nova Federação". Em: *Correio Braziliense* (Brasília), 16/7/2000.
- "Ideologias Empíricas e Engodo Universal". Em: *Correio Braziliense* (Brasília), 20/8/2000.
- "Quem Somos? Para Onde Estamos Indo?". Em: *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), 2/9/2000.
- "Armadilhas da Integração". Em: *Correio Braziliense* (Brasília), 17/9/2000.
- "Altos e Baixos na Política". Em: *Folha de S. Paulo*, Mais! (São Paulo), 1º/10/2000.
- "Por um Modelo Brasileiro de Modernidade". *Correio Braziliense* (Brasília), 15/10/2000.
- "O Tempo Despótico da Língua Universalizante". Em: *Folha de S. Paulo*, Mais! (São Paulo), 5/11/2000.
- "Democracia dos Brucutus?". Em: *Correio Braziliense* (Brasília),

- 12/11/2000.
- "O Brasil da Globalização". Em: *Correio Braziliense* (Brasília), 10/12/2000.
- "A Inatingível Consciência Jurídica". Em: *Correio Braziliense* (Brasília), 7/1/2001.
- "O Novo Século das Luzes". Em: *Folha de S.Paulo, Mais!* (São Paulo), 14/1/2001.
- "Lições de Porto Alegre". Em: *Correio Braziliense* (Brasília), 4/2/2001.
- "Elogio da Lentidão". Em: *Folha de S.Paulo, Mais!* (São Paulo), 11/3/2001.
- "Da Violência à Barbárie". Em: *Correio Braziliense* (Brasília), 11/3/2001.
- "Como Reverter a Globalização Perversa". Em: *Caros Amigos Especial, Fórum Social Mundial* (São Paulo), mar. 2001.
- "O Mapa Social da Educação". Em: *Correio Braziliense* (Brasília), 8/4/2001.
- "Fundamentos Sem Moral". Em: *Correio Braziliense* (Brasília), 6/5/2001.
- "O Intelectual Anônimo". Em: *Correio Braziliense* (Brasília), 3/6/2001.

ENTREVISTAS RECENTES A JORNAIS E REVISTAS

- "Um Encontro". Em: www.gilbertogil.com.br/santos/entrevis.htm (São Paulo), 1/8/1996.
- "O Mundo Está Geografizado". Em: *Diário Catarinense* (Florianópolis), 3/12/1996.
- "Globalização Para Babacas" [entrevista a Fernando Conceição]. Em: *A Província da Bahia* (Salvador), 1º/1/1997.
- "O Brasil É um País Que Renunciou a Ter um Projeto Nacional". Em: *O Estado de S. Paulo* (São Paulo), 19/1/1997.
- "O Território Deve Ser Democratizado". Em: *Jornal da Tarde* (São Paulo), 23/3/1997.
- "El Mercosur Integra a las Grandes Empresas, No a las Sociedades". Em: *Redacción, Revista de Política, Economía y Negocios*, v. XXIV, n. 264, mar., p. 63-5 (Buenos Aires), 1997.
- "Qual o Principal Pecado da Imprensa Hoje?" Em: *Folha de S.Paulo*, (São Paulo) 9/3/1997.
- "Pensamento de Combate". Em: *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), 6/4/1997.
- "O Centro Tem o Papel de Comunhão". Em: *O Estado de S. Paulo*, p. Z-12 (São Paulo), 22/4/1997.
- Entrevista à *AU – Revista Arquitetura e Urbanismo*, ano 12, n. 71, Pini Editora, abr.-maio (São Paulo), 1997.
- "Milton Santos Abre o Verbo" (transcrito), *Deriva*, AGB – Niterói, n. 2, maio (Niterói), 1997.
- "Cidades na Era Global". [entrevista a Marcus Figueiredo]. Em: *Cidades*, ano 2, n. 13, p. 12-4, maio 1997.
- "Capitais do Mundo Globalizado" [entrevista a Marcus Figueiredo, com a colaboração de Adriana Bernardes]. *Cidades*, ano 3, n. 14, p. 44-6, 1997.
- "Tecnologia Cederá Espaço, Prevê Teórico". Em: *Diário de Bauru*,

- Caderno Política e Economia (Bauru), 24/6/1997.
- "O Horror Não Dura Eternamente". Em: *Rumos do Desenvolvimento*, ano 21, n. 137, jun. 1997, p. 4-9, ABDE (Rio de Janeiro).
- "O Mercado Não Resolve Tudo". Em: *Cadernos do Terceiro Mundo*, ano XXIII, n. 200, p. 20-3 (São Paulo), jun.-jul. 1997.
- "Para Milton Santos, Processo de Globalização Está Sendo Revertido". Em: Bauru, 24/7/1997, p. 8.
- "Conversa com um Intelectual Combativo" [entrevista a Elizabeth Lorenzotti]. Em: *Revista Sem Terra*, jul.-ago.-set. 1997.
- "O Geógrafo de Campos e Espaços" [entrevista a João Pombo Barile]. Em: *O Tempo*, Caderno Engenharia e Arte, p. 4-5 (Belo Horizonte) 7/9/1997.
- "Milton Santos: a Grande Crise Já Se Instalou". Em: *Jornal dos Economistas*, n.103, nov. 1997.
- "Temos Tudo Para Construir uma Nova Sociedade". Em: *Democracia Viva*, n. 2, fev. (São Paulo), 1998.
- "Milton Almeida dos Santos: um Paladino Solitário". Em: *Ciência Hoje*, v. 24, n. 139, jun. (São Paulo), 1998.
- "A Esperança de uma Globalização Democrática". Em: *O Estado de S. Paulo* (São Paulo), 13/7/1998.
- "Milton Santos: um dos Intelectuais Brasileiros Mais Respeitados em Todo o Mundo Fala Sobre a Importância do Tempo Livre". Em: *E – Publicação do Sesc* (São Paulo), jul. 1998.
- "O Futuro a Partir da Sociodiversidade". *Informativo CRQ-III*, Conselho Regional de Química, III Região dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, jul. 1998.
- "Mestre Milton". Em: *Caros Amigos*, n. 17 (São Paulo), ago. 1998.
- "Entrevista Milton Santos". Em: *Veredas – Centro Cultural Banco do Brasil*, ano 3, n. 33 (Rio de Janeiro), set. 1998.
- "La Geografía Tiene Hoy Su Edad de Oro". Em: *Meridiano – Revista de Geografía*, n. 6, Centro de Estudios "Alexander von Humboldt" (Buenos Aires), oct. 1998.
- "O Futuro Já Chegou". Em: *Carta Capital*, ano IV, n. 84 (São Paulo), out. 1998.
- "Milton Santos: das Modas ao Modo. Trajetórias da Geografia

- Humana". Em: *Sexta-feira, Antropologia, Artes e Humanidades* (São Paulo) out. 1998.
- "O Futuro Já Chegou" [entrevista à *Carta Capital*]. Em: *Calendário Cultural-Publicação da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária*, Universidade de São Paulo (São Paulo), dez. 1998.
- "Milton Santos: Geografia e Cidadania". Em: Caderno Idéias, *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), 26/12/1998.
- "Mestre Milton" [entrevista à *Caros Amigos*]. Em: *Manual do Bicho 99*, Caaso-USP, p. 36-49, fev. (São Carlos), 1999.
- "Milton Santos". Em: *Teoria e Debate*, ano 12, n. 40, p. 32-9, fev.-mar.-abr. 1999.
- "Distinción al Dr. Milton Santos". Em: *Boletín del Centro de Estudios Alexander von Humboldt*, ano 3, n. 4 (Buenos Aires), mar. 1999.
- "O Homem Produz as Catástrofes". Em: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14/3/1999.
- "Não Sou Militante de Coisa Nenhuma, Exceto de Idéias" [entrevista à professora Zilda Iokoi]. Em: *Revista Adusp*, n. 17, Associação dos Docentes da USP, p. 6-13 (São Paulo), jun. 1999.
- "La Geografía Constituye un Camino Esencial Para Entender la Globalización..." [entrevista a Mónica Arroyo]. Em: Claudia Barros (coord.), *Geografía. La Organización del Espacio Mundial*. Ángel Estrada y Cia. S.A. (Buenos Aires), 1999.
- "O Pobre Reage à Globalização". Em: *Diário de Pernambuco* (Recife), 6/12/1999.
- "Milton Santos. Conversa com Pedro Maciel". Em: *Suplemento Literário*, n. 54, Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, p. 4-10, dez. (Belo Horizonte), 1999.
- "Tempo Livre Será a Oportunidade do Século" [entrevista a Denise Neumann]. Em: *O Estado de S. Paulo*, (São Paulo), 1º/1/2000.
- "500 anos É Data Para Europeu Comemorar, Diz Milton Santos". Em: *Diário do Grande ABC*, 23/1/2000.
- "Um Olhar Dissonante" [entrevista com Denise Stocklos]. Em: *Folha de S.Paulo* (São Paulo), 7/3/2000.
- "Uma das Maiores Nações Urbanas do Mundo" [entrevista a

- Lizete Teles de Menezes]. Em: *Gazeta Mercantil* – 80 Anos (São Paulo), 3/4/2000.
- “Os 500 Anos Pelo Avesso”. Em: *O Globo* (Rio de Janeiro), 15/4/2000.
- “Milton Santos Valoriza o Homem na Globalização” [entrevista a Ubiratan Brasil]. Em: *O Estado de S. Paulo* (São Paulo), 2/5/2000.
- “Não Dá Para Fazer Politicagem” [entrevista a Hila Rodrigues]. Em: *O Estado de Minas* (Belo Horizonte), 28/5/2000.
- “A Fábula do Depois de Amanhã” [entrevista a José Carlos Fernandes]. Em: *A Gazeta do Povo* (Curitiba), 18/6/2000.
- “Pátria da Mediocridade” [entrevista a Cibele Buoro]. Em: *Educação* (São Paulo), jul. 2000.
- “A Pobreza Necessária” [entrevista a Maria Nassif]. Em: *Valor Econômico* (São Paulo), 14-6/7/2000.
- “AL Não Teve uma Real Redemocratização” [entrevista a Marcelo Bicalho Behar]. Em: *Folha de S. Paulo* (São Paulo), 30/7/2000.
- “No Mundo Cabem 80 Bilhões, Sem Problemas”. Em: *Revista da Adufg*, n. 4, ago. (Goiânia), 2000.
- “Um Sábio Sem Pressa” [entrevista a Moisés Mendes]. Em: *Zero Hora* (Porto Alegre), 12/8/2000.
- “A Universidade se Burocratizou” [entrevista a Martha Neiva Moreira]. Em: *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), 27/8/2000.
- “Por um Mundo Melhor” [entrevista a Débora Ribeiro]. Em: *O Globo* (Rio de Janeiro), 12/9/2000.
- “Globalização: Universidade e Seu Papel na Sociedade” [entrevista a Glauco Faria Rodrigues, Julienne Gananian]. Em: *Informe – Informativo da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – USP*, set. (São Paulo), 2000.
- “Meu Caso É um Acidente Geográfico” [entrevista a professores da Universidade Federal de Santa Catarina: Luiz Fernando Scheibe, Margareth Afeche Pimenta e Selvino Assmann]. Em: *Jornal Universitário* (Florianópolis), 27/11/2000.
- “Grandes Empresas Dominam Política, Diz Milton Santos” [entrevista a Célia Chaim]. Em: *Folha de S. Paulo* (São Paulo), 8/1/2001.
- “O Resgate do Humanismo” [entrevista a Carlos Ribeiro]. Em:

- A Tarde* (Salvador), 14/1/2001.
- “O Brasil (Segundo Milton Santos)” [entrevista a Cassiano Elek Machado]. Em: *Folha de S. Paulo* (São Paulo), 2/2/2001.
- “Desruralização do Nordeste Será Revolucionária” [entrevista a Haroldo Sereza]. Em: *O Estado de S. Paulo* (São Paulo), 3/2/2001.
- “Quem Está na Frente É o Povo” [entrevista a Carlos Tibúrcio e Silvio Caccia Bava]. Em: *Cadernos Le Monde Diplomatique*, jan. (São Paulo), 2001.
- “Geógrafo Ataca o Uso Político de Estatísticas” [entrevista a Ana Gabriela Roiffe]. Em: *Folha de S. Paulo* (São Paulo), 27/3/2001.

Este livro foi composto nas fontes Méridien e Vectora, ambas desenhadas por Adrian Frutiger (1928-).

A trajetória de Frutiger abrange as eras de composição de tipos em metal, fotocomposição e tecnologia digital. Sua primeira família importante de fontes foi a Méridien, de 1955. Baseada na fonte Jenson (século 16), e pertencendo à categoria de fontes “intermediárias”, incorpora características tanto do estilo “antigo” (como Times New Roman e Garamond), quanto do “moderno” (fins do século 18, como Bodoni). É uma fonte muito legível e esteticamente agradável.

Já a Vectora, criada por Frutiger em 1991, é uma fonte contemporânea, sem serifa, desenvolvida para a tecnologia digital. Insere-se na categoria das fontes “góticas” e teve por inspiração as desenhadas por Morris F. Benton (Franklin Gothic e News Gothic).

Segundo Frutiger, “é muito mais difícil desenhar um tipo sem serifa do que um serifado – muitos erros podem ser acobertados pelas serifas”. Seu grande desafio sempre foi desenvolver fontes sem serifa, que requerem uma precisão muito maior.

Este livro foi impresso em setembro de 2002 pela Geo-Gráfica e Editora Ltda., sobre papel offset 90g/m², com fotolitos fornecidos pela Publifolha.

Milton Santos (1926-2001) é, por consenso, o maior nome da geografia em nosso país. Mas o alcance de suas idéias vai muito além do estudo dessa disciplina – cujas feições entre nós foram, em boa medida, definidas por ele. O professor baiano foi uma daquelas personalidades que definem seu tempo, ensinando os contemporâneos a compreenderem a si mesmos e à cultura em que vivem.

Professor da USP e da Universidade Federal da Bahia, entre outras instituições do Brasil e do exterior, presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros, foi preso durante o regime militar, exilando-se depois na França. De volta ao país em 1978, passaria a ter papel mais decisivo ainda no debate de idéias que levaria o Brasil, pouco a pouco, a um Estado democrático. E continuaria, até o fim da vida, criticando as aberrações da globalização, cujos efeitos soube teorizar com rara lucidez.

Entre seus mais de 20 livros e centenas de artigos, incluem-se *Por uma Geografia Nova* (1978), *Espaço e Método* (1985), *Por uma Economia Política da Cidade* (1994) e *Por uma Outra Globalização* (2000).

O País Distorcido reúne os textos escritos por Milton Santos para a *Folha de S. Paulo* ao longo de 20 anos (de 1981 a 2001). Somam-se a eles sete entrevistas, que registram a eloquência de uma das maiores figuras do Brasil contemporâneo.

Wagner Costa Ribeiro é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da USP e autor de *A Ordem Ambiental Internacional* (2001) e *Relações Internacionais: Cenários Para o Século XXI* (2000), entre outros trabalhos.

Carlos Walter Porto Gonçalves é professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense e autor de *Geo-grafias: Movimientos Sociales, Nuevas Territorialidades y Sustentabilidad* (2001) e *Amazônia, Amazônia* (2001), entre outros livros.